



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DA PONTE HERCÍLIO LUZ

Após um total de 32 (trinta e duas) reuniões ocorridas durante o ano de 2019, os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito objeto deste Relatório foram concluídos. Este excerto inicial é acrescentado ao corpo do Relatório Final, tendo em vista (I) a ocorrência de 03 (três) reuniões em que tal Relatório foi discutido e (II) a impossibilidade da descrição de reunião em que o Relatório é deliberado constar do próprio Relatório.

Na data de 2 de dezembro de 2019 ocorreu a 30ª Reunião da Comissão em que o então Relator, Deputado Bruno Souza, apresentou sua proposta de Relatório Final. Na ocasião, com fundamento na extensão do Relatório, os Parlamentares componentes da CPI solicitaram prazo adicional para analisar o documento.

Na semana seguinte, em 10 de dezembro de 2019, seguiu-se reunião na qual o Relatório Inicial foi discutido e votado, de forma que o colegiado, por 05 (cinco) votos a 04 (quatro), o rejeitou. Havendo proposta alternativa de voto por parte do Deputado Ismael dos Santos, esta foi deliberada e também rejeitada por 05 (cinco) votos a 04 (quatro). Uma vez que o Deputado Fernando Krelling manifestou voto contrário a ambas as possibilidades de voto, recebeu a incumbência de redigir o voto vencedor e apresentá-lo em reunião posterior.

Por derradeiro, em 17 de dezembro de 2019, o voto vencedor apresentado pelo Deputado Fernando Krelling foi aprovado por unanimidade. Sua redação consistiu na manutenção do Relatório original (de lavra do Deputado Bruno Souza), com modificações pontuais (pgs. 1779, 1780 e 1787) de redação nas conclusões.

Este documento, portanto, consiste na conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ponte Hercílio Luz, em que foi adequado o Relatório do Deputado Bruno Souza ao voto vencedor do Deputado Fernando Krelling, conforme aprovado por unanimidade em 17 de dezembro de 2019. Todas as atas de reuniões, com transcrição integral realizada pela Taquigrafia da Assembleia Legislativa, constam dos autos.



1. INTRODUÇÃO

Cuida-se do relatório circunstanciado da Comissão Parlamentar de Inquérito (RIALESC, art. 163, *caput*) que visa apurar ilicitudes praticadas nas obras da Ponte Hercílio Luz em procedimentos licitatórios enumerados em rol exemplificativo no seu requerimento de constituição – doravante referido como “relatório” ou “relatório final”. Nesse sentido nota-se que o objeto da Comissão abarca os instrumentos conhecidos estabelecidos pelo Estado visando a realização de obras e serviços de engenharia – sejam de manutenção ou restauração – envolvendo a Ponte.

Parte significativa da constituição deste relatório deriva de previsões regimentais, com destaque para o teor do Art. 163, §2º e seus respectivos incisos:

Art. 163. Ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado contendo a sinopse de todo o processo, com suas conclusões, que será publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa e encaminhado:

[...]

§2º Do relatório constarão a constituição e finalidade da Comissão, sua composição prazos observados e roteiro dos trabalhos realizados com destaque para:

I – transcrição dos depoimentos ouvidos;

II – depoimentos arrolados, mas não viabilizados;

III – eventuais viagens realizadas;

IV – documentação recebida e anexada;

V – parecer do Relator; e

VI – conclusões da Comissão.

Os apartados deste documento, portanto, seguirão a linha disposta pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa, sem prejuízo das disposições contidas tanto na Constituição Federal quanto na Constituição Estadual acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito.



2. CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

2.1. BREVE HISTÓRICO ACERCA DO REQUERIMENTO, ASSINATURAS, PARECER JURÍDICO, DESPACHO DA PRESIDÊNCIA, PUBLICAÇÕES OFICIAIS DOS ATOS, INDICAÇÃO DOS MEMBROS, REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PRIMEIRO ROTEIRO DOS TRABALHOS;

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída a partir do Requerimento RQC/0016.6/2019, que aportou na Casa Legislativa em 06.02.2019. Desde a diplomação dos deputados estaduais eleitos para a legislatura em curso houve a difusão do intento de instaurar a CPI por parte do Deputado Estadual Bruno Souza.

No total o requerimento contou com a assinatura de 31 (trinta e um) dos quarenta parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a saber (tal como o publicado no Diário da Assembleia nº 7.392):

1. Ada de Luca
2. Altair Silva
3. Ana Caroline Campagnolo
4. Bruno Souza
5. Coronel Mocellin
6. Dr. Vicente Caropreso
7. Fabiano da Luz
8. Felipe Estevão
9. Fernando Krelling
10. Ismael dos Santos
11. Ivan Naatz
12. Jair Miotto
13. Jerry Comper
14. Jesse Lopes



15. João Amin
16. Laércio Schuster
17. Luciane Carminatti
18. Luiz Vampiro
19. Marcius Machado
20. Maurício Eskudlark
21. Mauro de Nadal
22. Moacir Sopelsa
23. Nazareno Martins
24. Neodi Saretta
25. Nilso Berlanda
26. Ricardo Alba
27. Romildo Titon
28. Sargento Lima
29. Sergio Motta
30. Valdir Cobalchini
31. Volnei Weber

No corpo do requerimento constavam os requisitos para a instauração da CPI bem como a fundamentação quanto à relevância do fato determinado utilizado como objeto. Enviado o requerimento à Presidência da ALESC, esta o remeteu à Procuradoria Jurídica, que exarou, por meio do Procurador Geral, Dr. Ptolomeu Bittencourt Junior, parecer com o seguinte dispositivo:

Isso posto, conclui-se que o presente Requerimento de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito preenche todas as formalidades constitucionais e regimentais, cabendo, na sequência aplicar o disposto no art. 41, §2º, do RIALESC. (11.02.2019)

Na data de 14.02.2019 foi comunicado ao Plenário, pela Presidência da Casa, o número de vagas cabível a cada bancada ou bloco parlamentar, de maneira que em 21.02.2019 restou constituída a Comissão com os seguintes membros:



1. Jessé Lopes
2. Sargento Lima
3. Bruno Souza
4. João Amin
5. Marcos Vieira
6. Kennedy Nunes
7. Luciane Carminatti
8. Fernando Krelling
9. Jerry Comper

A partir de sua constituição foi convocada a reunião de instalação para a data de 27.02.2019 às 17 horas, cuja pauta constituiu-se da definição do (i) Presidente, (ii) Vice-Presidente e (iii) Relator nos termos regimentais. Foram escolhidos, por votação, os Deputados Marcos Vieira, para a Presidência, João Amin, para a Vice-Presidência e Bruno Souza para a Relatoria.

Em reunião realizada na data de 12.03.2019, este Relator apresentou o primeiro roteiro de trabalhos (fls. 44-46), cuja premissa era o prazo inicial de 120 (cento e vinte) dias para a conclusão da Comissão. Nota-se, conforme descrito abaixo, a ocorrência de prorrogação por igual período, o que inicialmente não constava do roteiro e cujo resultado, por implicação, foi a inobservância de parte das disposições contidas neste.

Tendo em vista o fato de que a transcrição integral das atas de reuniões integra o presente relatório, passa-se a analisar os demais aspectos.

2.2. RESUMO DO PRAZO DA CPI (TERMO INICIAL E FINAL DA INSTRUÇÃO E DO RELATÓRIO FINAL), NÚMERO DE VOLUMES, PÁGINAS, REUNIÕES E TESTEMUNHAS OUVIDAS;



Uma vez ocorrida a prorrogação do prazo, nos termos referidos acima, o Colegiado, a partir de solicitação do Relator, realizou consulta à Procuradoria Jurídica da ALESC acerca dos prazos da CPI. Em parecer fundamentado, de lavra do Procurador Geral, chegou-se a entendimento sintetizado nas seguintes tabelas:

TRABALHOS DA COMISSÃO

INICIAL	FINAL	NÚMERO DE DIAS
23.02.2019	22.06.2019	120
23.06.2019	17.07.2019	25
01.08.2019	03.11.2019	95
TOTAL	-	240

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

INICIAL	FINAL	NÚMERO DE DIAS
04.11.2019	02.12.2019	30

Relevante destacar o fato de que em virtude do Regimento Interno da ALESC, os prazos foram considerados suspensos durante o recesso parlamentar ocorrido em julho.

No decorrer dos trabalhos desenvolvidos a Comissão reuniu documentação em 85 (oitenta e cinco) volumes físicos e 18.182 (dezoito mil cento e oitenta e duas) páginas, além de mídias digitais constituídas por CDs, DVDs e pendrives. Os números apresentados não contam com este relatório, prestes a ser anexado, bem como outros expedientes de ordem administrativa que porventura venham a integrar os autos após a apresentação do relatório final.



Foram ouvidos ao todo 40 (quarenta) nomes, sendo 38 (trinta e oito) como testemunhas e dois como convidados, a saber, na ordem em que foram ouvidos:



1. Sebastião Moraes Mattos
2. Vilmar Tadeu Bonetti
3. Paulo Procopiak de Aguiar
4. Roberto Ozório de Almeida
5. Raul Ozório de Almeida
6. Edison da Rosa
7. Eduardo Alberto Fancello
8. Paulo de Tarso Rocha Mendonça
9. José Luiz Piccoli
10. Edgar Antônio Roman
11. José Mauro Lopes Pereima
12. Flávio Volpato
13. Telmo Fernando Mattar
14. Fernando Vieira Torres
15. Ricardo Procopiak Saporiti
16. Tolstói Maia Duarte
17. Sidney Lourenço Dal Sasso
18. Hubert Beck Júnior
19. Arnaldo Martins
20. Delbi Joel Canarin
21. Moacyr Thadeu de Menezes
22. Roberto Alexandre Zattar
23. Laércio Osvaldo Martins
24. Paulo Ney Almeida
25. Jorge Luiz Guimarães Barros Filho
26. Fernando Augusto Yudyro Hayashi
27. Gleison Lemos
28. Marcos Peixoto Amin
29. Karla Regina Krauel



- 30. Eduardo Hamond Régua
- 31. Sebastião Florentino de Almeida Rezende
- 32. Paulo Roberto Meller
- 33. Wenceslau Jerônimo Diotallevy
- 34. Wilfredo Brillinger
- 35. Celso de Magalhães Carvalho
- 36. João Raimundo Colombo (**convidado**)
- 37. João Nogueira Motta
- 38. Carlos Luiz Guedes Carneiro
- 39. Valdir Cobalchini (**convidado**)
- 40. Romualdo Teophanes de França Júnior

3. TRANSCRIÇÃO DOS DEPOIMENTOS OUVIDOS

3.1. Reuniões sem a presença de testemunhas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2019, ÀS 9H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhora Deputada, senhores Deputados, muito bom-dia.

Havendo quórum regimental, vamos dar início à reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que vai investigar eventuais ilicitudes na reforma da Ponte Hercílio Luz.



Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar todas as senhoras e todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc.

Informamos que recebemos do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes ofício comunicando a sua ausência no dia de hoje e não indicando qualquer Deputado para substituí-lo.

Solicito à assessoria que distribua a ata da reunião de instalação da CPI para aprovação dos senhores Deputados. *(Pausa.)*

Senhores Deputados, antes de passar a palavra ao eminente Deputado Bruno Souza, Relator desta CPI, eu me sinto na obrigação de tratar de um assunto hoje exposto no Bom Dia SC. Trata-se, pois, de uma eventual suspeição do meu nome e do nome do Deputado João Amin como participantes desta CPI - mas quero dividir em duas ou em três partes o que foi colocado.

Primeiro é quanto à minha não assinatura no requerimento de constituição da CPI. Quero dizer a todas as senhoras e a todos os senhores que eu não fui procurado pelo Deputado Bruno Souza para assinar o requerimento da CPI, quando muito um assessor de sua excelência procurou a minha assessora para dar o documento. Eu tenho por costume, para qualquer documento que eu assine nesta Casa, em especial um documento muito importante, que o requerente, o Deputado solicitante me procure para me convencer da necessidade.

Então, Deputado Bruno, quero levar ao conhecimento que realmente é verdade, vossa excelência pessoalmente não me procurou para assinar o requerimento. Mas não quer dizer que em não assinando o requerimento este Deputado não possa fazer parte da CPI. O nosso Regimento permite, até porque fui indicado pelo bloco de dez Deputados para fazer parte desta CPI, assim como foi com o Deputado Kennedy Nunes.

Quanto à presidência da Comissão, eu não pedi para ser o Presidente; indicaram-me e eu aceitei, até porque pela minha formação de advogado, entenderam ser melhor eu estar na presidência, e também pelos anos de



exercício de mandato e pelos anos de presidência de diversas Comissões desta Casa. Os Deputados que me conhecem sabem como eu tenho me pautado ao longo desses doze anos de mandato, com muita transparência, com muita responsabilidade e trabalhando sempre em favor da sociedade catarinense. E quando abri os trabalhos desta CPI coloquei da mesma forma que vou trabalhar com muita transparência, com muita responsabilidade e de forma colegiada.

Em se tratando de forma colegiada, como acabo de dizer, é atribuição do Presidente assinar, ele sozinho, os ofícios para fazer qualquer tipo de requisição. O Deputado Bruno já me encaminhou duas ou três solicitações, mas eu ainda não assinei, e por quê? Porque como eu disse na instalação, quero tratar isso de forma colegiada, então todos os nomes sugeridos para fazer parte da assessoria da CPI serão levados ao conhecimento de vossas excelências. Isso se chama transparência e eu vou continuar me pautando desta forma. Estão aqui [as solicitações] e eu vou levá-las ao conhecimento de vossas excelências.

Quero dizer a todos vocês que entendo que não pratiquei nenhum ato que possa estar levantando a minha suspeição. A minha postura nesta Comissão será a postura de um Magistrado, e vou dar o exemplo de um Desembargador, que ao participar de qualquer Câmara e em lá tramitando algum processo, e vendo ele que naquele processo tem interesse, ele pode se declarar impedido. E eu da mesma forma, em qualquer ato, em qualquer processo que tramitar nesta Comissão, se entender que eu tenha que me declarar impedido de votar ou de dar opinião, assim o farei com a maior tranquilidade. [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Então, senhoras e senhores, essa é a fala que eu queria fazer a todos vocês e volto a reiterar: não pratiquei nenhum ato para alguém levantar a minha suspeição, até porque os trabalhos da CPI mal estão começando.

Então, senhoras e senhores, era o que eu tinha para falar e abro a palavra a todos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pela ordem, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Como eu tive a sorte de chegar ali no plenário agora e conseguir me inscrever por segundo - se eu não me engano tinham dois Deputados inscritos, mas a Ana Campagnolo se inscreveu em quarto ou quinto e o Ismael em primeiro -, eu vou fazer a minha defesa com relação à matéria de hoje de manhã do Bom Dia Santa Catarina na tribuna. Se a sessão começar às 14h, em torno de 14h20min; se a sessão começar às 14h15min, em torno de 14h35min. Mas eu não poderia, pelo menos em respeito aos outros Deputados da CPI, até porque fui eleito Vice-Presidente por unanimidade, deixar de dizer que em nenhum momento eu vou tentar prejudicar. Tudo o que aconteceu até nas minhas eleições de 2008, 2012 e 2014, e também na de 2018, foi legal, foi aprovado pela Justiça Eleitoral.

E eu tenho um a mais... e aí é até prestando contas a quem confiou em mim para Vice-Presidente: eu sou filho de uma pessoa que esteve por duas vezes Governador do Estado de Santa Catarina desde que a ponte foi fechada. Se algum colaborador do ex-Governador Esperidião Amin cometeu algum ato, ele vai pagar por isso aqui, se a gente conseguir provar. Se eu não tenho qualquer tipo de restrição para apontar para esse assunto, não vai ser qualquer outro que vai me impedir de tentar fazer um bom trabalho.

Com relação às falas dos jornalistas Renato Igor e Anderson Silva hoje pela manhã, para os quais eu já liguei hoje; e Faraco, para o qual eu liguei ontem, eu quero dizer que eu vou tentar fazer do limão uma limonada. Se eles estão falando de alguma impossibilidade moral minha, eu vou tentar demonstrar muita energia, muita humildade, assessorando o Relator da CPI, para que os fatos sejam esclarecidos.

São R\$ 700 milhões investidos num local que, quando inaugurado, vai ser só um cartão postal, não vai ter utilidade de mobilidade nenhuma. Quem viveu ontem o que viveu Florianópolis... A ponte vai poder suportar um caminhão que passa pela Anita Garibaldi, a obra mais bonita da Dilma Rousseff, só que ali o



anzol da área continental e o Parque da Luz, na área insular, vão impedir que esse grande caminhão, que esse grande veículo possa entrar e sair da ponte.

E a gente também pode até avançar aqui. Eu sugeri ao Deputado Bruno Souza e ele aceitou, pessoas técnicas e engenheiros para nos ajudar nessa averiguação do fato determinado que a CPI tem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Como Relator eu teria que me manifestar, até porque acredito que fui sempre um defensor e sempre impulsionei para que esta CPI acontecesse. De fato, hoje de manhã os fatos não foram... não foi uma reportagem agradável, ainda mais quando se trata de um Deputado como o João Amin, que sempre foi um grande incentivador da CPI e um dos primeiros a assiná-la; um entusiasta e sempre deixou muito clara essa posição que ele externou aqui, sempre falou que, justamente, tinha que investigar o que tivesse que investigar, não só nessa ação, mas como também tem nos apoiado em todas as outras ações que o meu gabinete vem tomando dentro da Assembleia as quais ele julgue de bom tom.

E o senhor [refere-se ao Deputado Estadual Marcos Vieira], apesar de a CPI ter demorado três meses para ser protocolada e de ter sido de conhecimento notório, realmente nós não conversamos pessoalmente. Claro que isso [a matéria veiculada na imprensa] traz um certo desconforto ao seio desta Comissão. Não há nada de ilegal em receber doação eleitoral, de forma nenhuma. Eu mesmo, como um grande crítico do financiamento público de campanha, não teria como achar ilegal uma doação de campanha; isso não traz ilegalidade alguma. Isso não quer dizer que não venham junto também alguns desconfortos ou alguns inconvenientes, como no caso desta CPI. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Eu, claro, não acredito, e com todo o respeito que eu tenho a vossa excelência, esta não é a situação ideal, logicamente, não adianta dizermos que



é, porque não é a situação ideal termos um Presidente que tem algum tipo de, não vínculo, mas que tenha um histórico ou uma passagem... Então deixo registrado esse meu ponto. Para mim não é a posição ideal, mas na CPI o colegiado da Comissão é soberano. Eu queria externar apenas este meu desconforto, mas creio que se forem mantidas da forma como estão mantidas, CPI e sua composição, que nós possamos então fazer, como o Deputado João falou, do limão uma limonada, dando celeridade a todos os processos e que a gente possa apresentar, dentro do prazo, um relatório ideal. E ao contrário do que o Presidente às vezes alega, não por mal, mas de forma involuntária, que é uma responsabilidade do Relator, a responsabilidade é deste colegiado. O próprio Presidente algumas vezes se contradiz quando diz que tem que trazer tudo para o colegiado, mas quando aponta responsabilidade, aponta apenas para o Relator. Não, a responsabilidade de produzir um resultado é deste colegiado inteiro. Então, que a gente possa, como colegiado, fazer desse limão uma limonada.

Não é a situação ideal, eu gostaria de deixar isso registrado de novo, e também não tenho nenhuma intimidade com o Deputado, não conheço o seu trabalho, então não tenho capacidade de julgar para cá ou para lá, mas espero que ao final desses 120 dias o nosso julgamento recíproco de um e do outro, do trabalho de um e de outro, possa ser positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, continua a palavra em aberto. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira falar, quero finalizar a minha parte dizendo que todos os atos que vou praticar no âmbito interno desta Comissão serão de forma bem transparente e de forma colegiada.

Então eu poderia, Deputado Jerry, ontem mesmo após uma reunião preliminar com o Deputado Bruno sobre a infraestrutura que a Comissão terá, poderia ter assinado os ofícios encaminhando-os aos órgãos competentes para requisitar os funcionários, mas estou tomando a liberdade de trazer aqui ao conhecimento de vossas excelências para que todos possam, sim ou não, dar



esse aval na requisição de funcionários ou de qualquer outra estrutura para o bom funcionamento desta Comissão.

Mas vamos então, senhores Deputados.

Com a palavra o Deputado Bruno Souza, na condição de Relator da matéria, para trazer ao conhecimento da senhora Deputada e dos senhores Deputados o roteiro de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como a solicitação de documentos.

Vossa excelência com a palavra para fazer a explanação.

(A Deputada Estadual Luciane Carminatti manifesta-se fora do microfone pedindo a palavra pela ordem.)

Pela ordem, com a palavra a Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI - É possível entregar a cópia a todos os demais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Ah, sim. Solicito à assessoria que entregue a cópia dos documentos que o Deputado Bruno vai fazer a leitura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente, enquanto todos recebem o documento, poderíamos falar sobre o que o Presidente falou de trazer os nomes que iremos requerer? Podemos inverter a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Se vossa excelência desejar, não há problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pode ser então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Tenho em mãos o ofício do Deputado Bruno solicitando a requisição do servidor Gabriel Vicente Ferreira de Carvalho, engenheiro lotado no Tribunal de Contas de Santa Catarina, e do servidor Roberto Silveira Fleischmann, auditor fiscal de controle externo, lotado no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Ainda há a



requisição do servidor Patrick Barcelos Teixeira, analista de contas públicas, lotado no Ministério Público de Contas de Santa Catarina.

O Deputado João Amin sugere o nome do engenheiro Roberto de Oliveira, que é o coordenador do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Florianópolis. Esse nome, Deputado João Amim, não pode ser requisitado por não ser servidor público, mas ele pode, quando muito...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ser convidado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – ...ser convidado para colaborar. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

E também apresento o nome da senhora Flávia Letícia Fernandes Baesso, também auditora concursada do Tribunal de Contas e ex-diretora de Licitação do Tribunal de Contas por oito anos. Ontem ainda conversei com o Presidente do Tribunal de Contas, o Conselheiro Adircélio, e amanhã vou fazer uma visita a sua excelência para tratar desses nomes. Mas se vossas excelências...

Vou passar a palavra ao Deputado Bruno Souza para falar sobre os nomes propostos pelo mesmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Estadual João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Assim que tiver o horário dessa reunião com o Tribunal de Contas, se puder comunicar aos demais membros, eu gostaria de participar, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Foi isso o que combinei ontem com o Deputado Bruno Souza. Ele declinou, porque já esteve com o Conselheiro.



Com a palavra o Deputado Estadual Bruno Souza, para falar sobre os nomes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente, a estrutura que relatei aqui e solicitei para que de forma consultiva nós pudéssemos ter eventualmente a presença dos servidores Marcos Luiz Rovaris, Renato Bertoldi e também do nosso servidor aqui da Casa, Victor Kist, apenas de forma consultiva, e eu solicitei três servidores do Tribunal de Contas do Estado.

Em conversa com o próprio Presidente Adircélio nós chegamos a esses nomes. Não solicitei mais, solicitei apenas essa estrutura porque considero adequada, e a nossa Comissão, do meu ponto de vista, não pode se tornar igual à Ponte Hercílio Luz, com um custo sem fim. Temos que ser também ponderados em relação a isso, porque cada servidor desses tem a sua função no seu órgão de origem. Por isso, o meu comedimento em solicitar apenas o essencial para o nosso trabalho no dia a dia. Todos os três listados aqui são servidores que já têm conhecimento de causa, já conhecem todo o trâmite, conhecem a matéria. O Roberto Silveira Fleischmann é um auditor muito experiente do Tribunal, está muito acostumado a fazer esse tipo de auditoria, então o solicitei, e foi indicado pelo próprio Tribunal; o Patrick Barcelos Teixeira e o Gabriel Vicente Ferreira de Carvalho também são dois servidores que já atuaram no caso.

Então, do meu ponto de vista, essa é a estrutura necessária sem nenhuma extravagância. A minha equipe também dispõe de pessoas que vão estar inteiramente à disposição, até porque o trabalho no dia a dia exige comprometimento e, às vezes, uma equipe grande acaba dividindo demais as competências e a competência e a responsabilidade acabam muitas vezes não sendo de todos, não sendo de ninguém. Então essa é a composição necessária que eu indiquei para o trabalho do dia a dia, sem nenhum exagero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, quero ainda comunicar a vossas excelências que todo servidor



público, quem quer que seja, que dará apoio à CPI, será designado por ato, até para fazer constar dos autos todo o trabalho feito por todas essas pessoas.

Também ontem, na reunião preliminar com o Deputado Bruno, além da nossa coordenadora das Comissões, estavam presentes ainda, representando o Presidente da Casa, Deputado Julio Garcia, o chefe de gabinete, senhor Eron, o diretor-geral, senhor Neroci, além também de mais alguns assessores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O chefe de gabinete do Deputado João Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – E o chefe de gabinete do Deputado João Amin, já que infelizmente ele não pôde se fazer presente.

Foi uma reunião meramente de trabalho administrativo interno da Comissão para que pudéssemos dar início. O Presidente [Presidente da Alesc] colocou dois espaços a nossa disposição, vai dar toda a estrutura de mesa, como computadores. Fiz questão de solicitar que se colocasse à disposição da CPI um Procurador Jurídico da Casa para nos dar esse acompanhamento jurídico, nos dar um caminho certo, se estamos conduzindo, fazendo, assinando documento certo ou não, e também solicitei o serviço de taquigrafia, que é extremamente importante, e [os profissionais] estão aqui, que vai nos ajudar, até porque as atas terão que ser bem detalhadas, com os depoimentos.

Solicitei também que nos dessem toda a estrutura de som e áudio, porque nós queremos fazer todas as reuniões da Comissão públicas, transmitidas pela televisão da Assembleia e se não for possível que sejam gravadas, para tornar público. Então foi essa a estrutura solicitada e o senhor Presidente já determinou que a assessoria da Casa desse total apoio à Comissão. [Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]

Senhores Deputados, então o Deputado Bruno Souza já tratou dos três servidores.

Coloco em discussão a requisição dos nomes. (Pausa.)



Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação a requisição desses três nomes.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada a requisição desses três nomes.

Peço à assessoria que elabore os ofícios para que eu possa assinar e encaminhar ao Presidente da Casa.

Sobre o nome da senhora Flávia Letícia Fernandes Baesso, que eu apresento, sobre o qual conversei preliminarmente com o Presidente do Tribunal de Contas, acho muito difícil ela vir, tendo em vista o trabalho que hoje exerce na presidência do Tribunal de Contas. Ela é realmente uma pessoa extraordinária, com conhecimento muito grande em processo de licitação do Tribunal, uma das grandes especialistas que temos em Santa Catarina. Então vou conversar com o Conselheiro Adircélio amanhã e se ele concordar, trago à deliberação de vossas excelências. Da mesma forma o nome do engenheiro Roberto de Oliveira, que o Deputado João Amin apresentou, também quero, Deputado João Amin, na hora oportuna, quando for necessário, convidá-lo [o engenheiro Roberto de Oliveira] para fazer parte da Comissão.

Senhores Deputados, não havendo mais nomes a serem examinados, vamos dar continuidade.

Passo a palavra outra vez ao Deputado Bruno Souza para que possa ler o roteiro dos trabalhos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhores Deputados, eu trouxe aqui um roteiro que será um norte, logicamente que ele aceita ajustes e adequações conforme o decorrer das semanas, mas ele serve como um guia do nosso trabalho para os próximos dias.

Desde a instalação da CPI nós teremos 17 semanas corridas até chegar o dia 24 de junho de 2019, quando exaurir o prazo de 120 dias da CPI. Sendo assim, fizemos um roteiro conforme as 17 semanas que nos cabem nesse primeiro prazo de 120 dias.



A primeira semana foi a instalação da CPI, no dia 27; na segunda semana tivemos o Carnaval e não houve trabalho; hoje estamos aqui apresentando o roteiro e também apresentarei a requisição de documentos preliminares; na quarta semana será feita a análise dos documentos retornados junto à equipe técnica de apoio, ou seja, iremos fazer a requisição dos documentos hoje, nesta reunião, e na quarta semana e na quinta semana nos dedicaremos à análise desses documentos, que esperamos já estejam em nossas mãos o quanto antes para que, na próxima semana e na subsequente nós possamos fazer essa análise documental.

Na sexta semana...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Deputado Bruno, vossa excelência me concede um aparte?

Se puder deixar em aberto, na quarta semana e na quinta semana, a possibilidade de solicitação de outros documentos que possam surgir... Daí a gente continua dentro desse prazo, na quarta semana e na quinta semana, com a possibilidade de requisitar outros documentos, seja para... aqui a maioria é do Deinfra, pelo que vejo no relatório, mas para que se recebemos alguma sugestão, possamos incluir essa nova requisição de documentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Excelente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado João Amin... Deputado Bruno, vossa excelência me permite?

No requerimento de instalação da CPI o fundamento principal, se não me falha a memória, são dezoito contratos. É isso, Deputado Bruno?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É isso, o escopo inicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Isso. No meu entendimento, já no dia de hoje nós temos que deliberar sobre a requisição desses documentos, dos dezoito, para acelerar a CPI.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, está tudo aqui, mas o Deputado João está correto, porque algum documento pode surgir, eventualmente interligado a um dos casos, que tenha escapado da nossa visão em um primeiro momento.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: "Fato consumado.")

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, sim, mas de qualquer forma a qualquer tempo a CPI também pode decidir sobre a aquisição de outros documentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito.

Na 6ª semana será feita a listagem e a solicitação de convocação de indicados e de testemunhas – a ideia é que nas duas semanas de trabalho documental a gente possa chegar a uma listagem de nomes para convocarmos ou convidarmos a dar o seu testemunho; na 7ª semana, novamente, depois de ouvi-los, depois da listagem e convocação, nós continuaremos a análise dos documentos com a equipe técnica; e aí, sim, na 8ª semana chegaremos às oitivas dos depoentes - essa é a ideia, é a vontade. Na 9ª semana teremos a primeira etapa de oitiva, ou seja, a 9ª semana, a 10ª semana, a 11ª semana e a 12ª eu reservei no cronograma para que a gente possa ouvir as testemunhas e os envolvidos - claro que se não houver o número de pessoas para essas reuniões todas, nós nos dedicaremos à análise documental e à análise dos depoimentos. *[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: Clovis Pires da Silva]*

Na 13ª semana [acontecerão] reuniões finais da equipe técnica para a elaboração do parecer. E aí, depois das oitivas – logicamente depois da análise documental e das oitivas –, nos dedicaremos à confecção desse parecer na reta final.

A meta na 14ª semana é apresentar um relatório preliminar, no dia 29 de maio, já com algumas indicações, alguns pareceres e conclusões.



A 15ª semana é o prazo de vista, caso alguém tenha, algum Deputado queira apresentar um relatório, ou um relatório paralelo, ou algum voto de vista, estará aberto a isso.

A 16ª semana: leitura e aprovação do parecer final aqui na Comissão - lá no dia 12 de junho. E aí no dia 19 de junho nós iremos enviar o relatório circunstanciado pela CPI, que deverá ser votado em plenário, mas aí não é mais o prazo da CPI, é o prazo do plenário.

Não sei se ficou alguma dúvida aos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, após a exposição do Deputado Bruno, abro para discussão o roteiro de trabalhos da CPI.

Vossas excelências [estão] com a palavra. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, coloco em votação o roteiro.

Os senhores Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovado o roteiro exposto pelo eminente Deputado Bruno Souza.

Vamos ao segundo requerimento do Deputado Bruno, através do qual ele apresenta uma relação de documentos a serem requisitados.

Vossa excelência com a palavra para expor, Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade fizemos aqui o requerimento de diversos documentos, dentre eles os contratos analisados no pedido inicial da CPI, mas não nos limitamos a isso. Tem diversos pedidos a mais aqui que acredito irão ajudar a compor e a complementar todo o trabalho que nós faremos. Eu não sei se há a necessidade de eu ler um por um, porque é uma lista longa, mas eu trouxe e disponibilizei para cada um dos Deputados uma cópia de todos os documentos que iremos solicitar — que eu estou solicitando neste requerimento. E, logicamente, todos esses documentos também ficarão à disposição de todos os Deputados da Comissão para consulta



e análise. Enfim, estarão à disposição não do Relator, mas à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, vossas excelências têm o documento na mão. Por gentileza, leiam. *(Pausa.)*

Pergunto a vossas excelências: alguma dúvida? *(Pausa.)*

Se algum Deputado desejar acrescentar, levamos à discussão. Da mesma forma, se desejarem que seja reiterado algum documento a ser requisitado, também levamos à discussão. Mas se os senhores Deputados concordam com a relação apresentada pelo eminente Deputado Bruno Souza, eu encerro a discussão.

Senhores Deputados, não havendo manifestação dos senhores Deputados, encerro a discussão.

Coloco em votação.

Os senhores Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovada toda a relação de requisição de documentos proposta pelo eminente Deputado Bruno Souza.

Solicito à assessoria que providencie o ofício de cada um, em separado, desses documentos para serem encaminhado aos órgãos competentes.

Deputado Bruno, vossa excelência continua com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade quero deixar todos esses documentos recebidos e todo o trabalho da Comissão sempre à disposição de todos os Deputados. Quem tiver interesse em ter acesso ao que nós estamos produzindo e trabalhando, está mais do que aberto, e seria de bom grado, ficaria muito contente com a participação e a colaboração de todos.

Eu tenho... Eu peço só um minuto, porque...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vossa excelência continua com a palavra. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade eu queria... uma sugestão do Jessé em relação ao... eu queria fazer um convite — eu não sei se o Deputado [Sargento Lima] teria interesse, mas o Deputado Jessé me fez a sugestão de convidá-lo [Deputado Sargento Lima] para ser o sub-Relator da matéria junto comigo — se teria interesse em fazer parte da sub-Relatoria comigo. Para mim seria importante ter a sua experiência nessa participação. Como é um...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Desde que passe pela Casa aqui e todos aprovem, sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Sargento Lima, a escolha é pessoal do Relator.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Feito o convite ao Deputado Sargento Lima para ser o Relator Adjunto, sua excelência concorda.

Então fica escolhido o Deputado Sargento Lima para ser o Relator Adjunto desta CPI.

Mais alguma manifestação? Alguma manifestação de algum senhor Deputado? (*Pausa.*)

Senhores Deputados, eu tenho uma manifestação a fazer quanto ao dia e a hora da reunião da CPI. As nossas Comissões Permanentes funcionam, normalmente, nas terças e quartas pela manhã ou, quando muito, no início da tarde. Eu quero crer que em muitas reuniões da CPI vamos ter uma demanda de horas para poder funcionar. Eu quero sugerir a mudança do horário, até porque não ficou pré-determinado: que possamos fazer a nossa reunião às quartas-feiras, após a Ordem do Dia, às 17 horas. Na terça-feira normalmente a Ordem do Dia é um pouco mais cheia e na quarta-feira um pouco mais magra,



começando sempre às 16 horas, e aí nós podemos adentrar um pouco mais. Se fosse fazer na terça-feira, Deputado João Amin, vossa excelência teria que optar pelo jogo ou pela CPI. *(Risos.)*

[O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: "Vamos ver se vai ter quórum. O futebol... (inaudível)."]

Mas brincadeira à parte, senhores Deputados, faço aqui a proposta de mudarmos [o horário] e aí, sim, [a reunião da CPI será] todas as semanas, quarta-feira, às 17 horas.

Deputada Luciane, Deputado João Amin...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Às 17 horas muitas vezes a sessão não encerrou, mas, então, que seja imediatamente após a sessão, no caso, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim. Mas vamos deixar pré-fixada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – ...até para fins regimentais, às 17 horas.

Havendo aprovação dos senhores Deputados, [a reunião] passa a ser às quartas-feiras. A próxima reunião, hoje é dia 12, [será] no dia 20. Então, dia 20 de março reunião normal. Evidentemente que sem prejuízo de convocação de reunião extraordinária da Comissão quando houver necessidade ou a requerimento de qualquer Deputado.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a tratar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Questão de ordem, senhor Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Só uma pergunta, na verdade, sobre os prazos para despacho dos ofícios, enfim, das solicitações que nós fizemos e os despachos. A gente tem alguma ideia de quando houver algum ofício, alguma solicitação... a gente tem alguma ideia de?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Os ofícios a serem expedidos quero assinar todos eles hoje, todos, sem exceção. E vou fixar prazo, pelo menos, de cinco dias a dez dias para que os órgãos possam...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – ...remeter para esta Comissão. E se não remeter no prazo, a justificativa do porquê.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pelo que eu entendi do Deputado Bruno Souza, que toda reunião que nós tivermos deliberação, quando necessitar de assinatura de Presidente ou de qualquer outro membro, que isso seja feito no mesmo dia, que a assessoria possa providenciar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...os documentos no mesmo dia para serem expedidos ainda ou no mesmo dia ou no dia seguinte, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vamos dar agilidade, com certeza. Esse é o intuito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente reunião, convocando outra, ordinária, para o dia 20 de março, às 17 horas.



Muito bom-dia e obrigado. *[Transcrição: Ana Clara Mota / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]*

3.1.1. 2ª

A ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Boa tarde.

Cumprimento todos os senhores Deputados que fazem parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como também quero externar os meus cumprimentos a todas as senhoras e a todos os senhores telespectadores da TVAL e senhoras e senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc.

Além do quórum regimental, damos por aberta a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga eventuais ilicitudes praticadas nas obras da Ponte Hercílio Luz. Os senhores Deputados receberam, em seus respectivos gabinetes, a cópia da ata da primeira reunião da Comissão.



Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem a queira discutir, colocamos em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Senhores Deputados, antes de passar a palavra ao eminente Deputado Bruno, levo ao conhecimento de vossas excelências que todos os ofícios foram expedidos em razão da aprovação das solicitações feitas pelo Deputado Bruno, que é o Relator da CPI. Nós já recebemos a comunicação da senhora Cibelly Farias, Procuradora-Geral de Contas, que indicou o servidor Patrick Barcelos Teixeira, aqui presente, seja bem-vindo. Já recebemos também do Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Junior o ofício cedendo [à CPI] em caráter transitório Roberto Silveira Fleischmann, que é administrador, e Gabriel Vicente Ferreira de Carvalho, que é engenheiro. Vamos conversar amanhã pela manhã um pouco. *(Dirige-se aos servidores indicados.)* Então sejam bem-vindos.

Todos os ofícios foram expedidos para todas as empresas e todos os órgãos públicos solicitados pelo Deputado Bruno foram aprovados por esta Comissão. A primeira empresa que remeteu toda a documentação foi a RMG Engenharia, de Belo Horizonte, Minas Gerais, e esses documentos já estão acostados aos autos. Também recebemos do próprio Relator, Deputado Bruno, ofício solicitando a juntada de uma série de documentos, inclusive em formato PDF dos autos da Ação Civil de Improbidade Administrativa, de número 0917903-81.2018.8.24.0023, documentos estes que já estão sendo juntados aos autos.

Solicito à assessoria que recolha toda a documentação. O processo também já foi instaurado e está aqui, já são vários volumes. *[Transcrição: Bruna Maria Scalco]*



Antes de passar a palavra ao Deputado Bruno, consulto os senhores Deputados se querem fazer manifestação acerca dos documentos.

(Pausa.)

Não havendo manifestação, passo a palavra ao Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Boa tarde a todos os Deputados e a todos os presentes. Agradeço muito a presença de quem vem nos acompanhar, quem vem pelo interesse no tema, aquele que se faz presente hoje, e essa participação da sociedade é sempre fundamental para aumentar a nossa resposta. O que nós estamos fazendo aqui é justamente um comprometimento com essa transparência que a Casa Legislativa deve ter com a sociedade, e [também] fazendo jus a nossa função, como Deputados eleitos, para fiscalizar e entregar respostas adequadas àqueles temas que tangem a nossa administração pública.

Então o meu boa-tarde e o meu muito-obrigado pela presença de cada um de vocês.

Como vocês podem ver, os documentos não são poucos (*aponta para os documentos sobre a mesa*), nós fizemos essa... pedimos esses documentos que agora chegam e se juntam a todo o bojo do processo, e teremos outros documentos também a solicitar. Mas esses já permitem que a gente comece, que a gente faça, dê um início muito fundamentado daquele trabalho que a gente pretende fazer.

Nós temos uma preocupação muito grande — e a apresentação que iremos fazer é justamente com esse objetivo — de trazer uma transparência a mais para a Comissão, para os nossos trabalhos, para aquilo que nós fazemos, e é a nossa intenção que todos entendam o que está acontecendo. Por isso já queremos começar esta segunda reunião — a primeira [reunião] após a instauração da CPI — com uma apresentação contextual de todo o histórico dos instrumentos contratuais desde 82 até hoje, para que todos possam calibrar o entendimento sobre o tema.



Então eu pedi a nossa equipe que produzisse uma apresentação para que pudesse ficar à disposição de todos para tirar qualquer dúvida e a gente pudesse começar a ter um debate e um ponto de partida de tudo o que a gente vai fazer.

Esta semana também, apenas para conhecimento de todos, o nosso Relator Adjunto se juntou à equipe e demonstrou muito interesse, o Deputado Sargento Lima esteve conosco, se inteirou de todos os documentos, de todo o processo. O Deputado Jessé também solicitou que fizéssemos uma apresentação de tudo o que está ocorrendo, também a fizemos ao Deputado, que demonstrou muito interessado no tema; e o Deputado João, Vice-Presidente, também havia solicitado, mas não conseguimos agendar um horário que fosse oportuno para os dois. Mas teremos essa oportunidade também de esclarecer todas as dúvidas que eventualmente eles tiverem. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

A intenção aqui, depois de aprovados os documentos, era primeiro apresentar os membros que foram cedidos pelos outros Poderes para fazer parte desta Comissão, aos quais já quero de antemão agradecer a esses Poderes e também aos servidores que se fazem presentes. Então a partir de hoje, o Patrick já está com a equipe, se juntam o Gabriel e o Fleischmann, aos quais eu dou as minhas boas-vindas e agradeço pela participação nesta missão de esclarecimento. Peço que levanten a mão para que todos saibam quem são.

(Os senhores Gabriel Vicente Ferreira de Carvalho e Roberto Silveira Fleischmann levantam a mão.)

Muito obrigado.

O Patrick Barcelos Teixeira vem do Ministério Público de Contas, a quem eu solicitei que estivesse aqui na mesa conosco, junto com o Victor Henrique Rorato, que trabalha comigo, é da minha equipe, e está coordenando esses trabalhos da equipe.



Então eu solicitei que fosse feita essa apresentação, que foi preparada pelo Patrick e pelo Victor, aos quais eu vou passar a palavra, e no decorrer [da apresentação] vamos fazer alguns comentários, mas a ideia é que a gente possa fazer toda a apresentação e, no final, se algum Deputado tiver algum questionamento, a gente possa tentar esclarecer. Enfim, a ideia é poder dar esse visual, esse *start*, esse início aos trabalhos e esse balizamento. Está certo?

Então, sem mais delongas, passo a palavra ao Victor para que ele possa começar a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) –
Deputado Bruno, vossa excelência me permite?

Gostaria que vossa senhoria (*dirige-se ao senhor Victor Henrique Rorato*), antes de iniciar a apresentação, falasse o seu nome completo para ficar registrado. Está com a palavra por até vinte minutos para a apresentação o senhor Victor.

O SR. VICTOR HENRIQUE RORATO – Obrigado, Presidente.

Meu nome é Victor Henrique Rorato e junto com o Patrick Barcelos Teixeira temos o intuito de uniformizar o conhecimento sobre o *status* atual da questão da ponte para que haja uma noção clara do que nós estamos investigando e do contexto histórico, pelo menos geral, desta CPI.

(Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.)

A sequência tem poucos pontos, inclusive os *slides* estão prestes a serem distribuídos aos senhores em cópia, e nós faremos um breve...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Se me permite interromper... Eu solicito... Consulto a TVAL se em vez de focar no Victor haveria condição de a câmera focar direto na [apresentação] para que o público externo possa...

(Os técnicos da TVAL gesticulam positivamente.)

O.k.



O SR. VICTOR HENRIQUE RORATO – Nós apresentaremos um breve histórico, até com o apoio do Patrick; os momentos históricos que nós estamos investigando; e as ações que já tramitam acerca da matéria.
[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]

Inicialmente a ponte, e são fatos até um pouco triviais, foi construída num lapso de quatro anos, nos anos 20, e foi inaugurada em 26. Ela operou desde esse momento até 1982, ano em que foi interditada, e foi completamente interditada somente em 91, sendo que no lapso entre 82 e 91 houve períodos em que ela foi liberada parcialmente para circulação.

Ela também foi tombada como patrimônio artístico e arquitetônico, foi tombada em três ocasiões, pelo Município, pelo Estado e pelo País, nos anos de 92, 97 e 98.

Só para se ter uma ideia do custo da obra, ali nós temos as cifras, só que para nós termos uma noção mais adequada, essas cifras do custo da ponte equivalem a um pouco mais do que duas vezes o Orçamento total do Estado à época, o Orçamento do Estado. E o empréstimo para construí-la só foi quitado em 1978. Ou seja, nós temos a informação de que ela foi inaugurada em 26 e foi quitada em 78.

Aqui, para fins didáticos (*aponta para a imagem*), nós colocamos uma linha do tempo acima no *slide*. Nós temos alguns momentos históricos, sobre os quais nós vamos passar brevemente. Entre 82 e 89 nós requisitamos documentação ao Deinfra, porém nós não temos muitos documentos acerca desse período. Inclusive, pretendemos fazer uma apuração mais pormenorizada nesta CPI para conseguir obter uma documentação mais robusta.

Já entre 1990 e 2005 nós temos nove instrumentos contratuais que estão relacionados no requerimento da CPI, e esses instrumentos se direcionavam exclusivamente à conservação e à manutenção. Portanto, eles não tinham o objetivo, pelo menos caracterizado à época, de fazer com que a ponte voltasse a ser liberada para circulação, inclusive oito deles foram firmados quando ela já estava interditada. Nesse período nós



não vamos aprofundar todos os valores e a atuação detalhada das empresas nessa apresentação, que tem a ideia de ser breve, mas as empresas que atuaram foram essas que estão relacionadas: a Vivenda Construção e Incorporação, Engecert, Construtora Roca, Steinman International e um convênio com a UFSC, que também foi firmado.

Então chegamos a um período um pouco mais recente, de 2006 a 2014, em que foram firmados alguns dos grandes instrumentos contratuais que relacionam maiores valores e são os primeiros que tiveram, de fato, a intenção de reabilitar e restaurar a ponte. Nós temos aí esses cinco instrumentos que vão ser bem analisados e que já foram objeto, inclusive, de uma ação civil pública que está em trâmite de uma representação do Tribunal de Contas, como vamos falar mais adiante. *[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]*

Nesse período nós temos essas empresas atuando na Ponte Hercílio Luz: Construtora Roca; TEC - Engenharia Catarinense; Prosul; Concremat; e o Consórcio Florianópolis Monumento, que é constituído pela Construtora Espaço Aberto e pelo CSA Group.

E aí nós chegamos ao contexto atual, que é o momento histórico mais recente. Nós temos mais de uma dezena de instrumentos contratuais e nisso nós nos referimos não somente aos contratos, mas também aos aditivos, que acabam sendo protagonistas numa situação em que deveriam ser, talvez, coadjuvantes. E nós temos vários contratos de consultoria, assessoramentos, serviço de supervisão e fiscalização e esses contratos ainda estão em andamento com as empresas Empa, Fares e Associados Engenharia Ltda., a Teixeira Duarte, que é a grande executora, é uma empresa portuguesa que tem uma certa experiência nesse tipo de obra, que já fez restaurações e reabilitações de monumentos similares, e a RMG Engenharia, inclusive empresa que já submeteu à nossa apreciação os documentos requisitados.

Em resumo, nós temos aí três dezenas de instrumentos contratuais, quatorze empresas envolvidas e o próprio Estado, dentro de um período de



quatro décadas. Essa seria a síntese do objeto da CPI. É evidente que conforme os documentos vão chegando, nós vamos elegendo focos e tendo um conhecimento melhor desse contexto.

Nós temos dois procedimentos que já tramitam acerca do tema: um deles é uma representação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, que é de 2015 e que, naquele momento, em valores atualizados, contabilizou em R\$ 563 milhões o que foi, digamos, comprometido na Ponte Hercílio Luz; e temos uma ação civil pública movida recentemente, em 17 de dezembro do ano passado, em que há foco nos dois contratos mais pesados, por assim dizer, nos dois contratos que têm mais valores envolvidos, totalizando um valor de R\$ 233 milhões investigados e discutidos nessa ação civil pública, que ainda está em fases iniciais tramitando no Tribunal de Justiça.

Já nos encaminhando para uma parte final desta apresentação, nós podemos dizer que foram comprometidos centenas de milhões de reais nesses instrumentos contratuais relacionadas à ponte e ela continua fechada, o que traz um ponto de interrogação para praticamente todo cidadão catarinense. Ao que tudo indica, o Estado acabou tomando inúmeras decisões equivocadas nesse período e nós vamos investigar a fundo, é certo, para demonstrar isso documentalmente com provas robustas. *[Transcrição: Henrique Vargas]* Mas, aparentemente, não há registros de que o Estado executou manutenções preventivas até que a ponte fosse interditada, e quando passou a fazer manutenção ela já estava interditada e essas manutenções eram, principalmente, para evitar um colapso estrutural. E esses valores não evitaram a necessidade de um contrato maior, recente, e mais robusto, extremamente custoso para a reabilitação dela.

Alguns questionamentos iniciais que nós temos e pretendemos esclarecer ao longo da CPI é se ocorreram comprometimentos orçamentários financeiros ilegais ou irregulares, e, caso nós vejamos e confirmemos que tem um comprometimento dessa natureza, quais são os



causadores ou responsáveis pelos danos ao erário, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada.

Nós também poderemos conhecer, que seria uma das grandes respostas que se procura na CPI: quais os valores reais de dano ao erário e quais são os montantes comprometidos em cada instrumento contratual, porque muitos ainda se afiguram nebulosos. Nós temos instrumentos contratuais e os valores efetivamente empenhados, que não são a mesma coisa.

Nós podemos também apurar a parcela de responsabilidade do Estado e também confirmar, com algum fundamento técnico, se na hipótese de haver manutenção anterior à interdição, haveria um reduzido custo de restauração, reabilitação, se a ponte ainda poderia estar sendo usada pelo cidadão.

Então, o que tínhamos para hoje era principalmente isso, e ficamos abertos a quaisquer esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Continua com a palavra o Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Agradeço a apresentação dos dois. A ideia era justamente apresentar esse contexto inicial e fazer uma prestação de contas do que está acontecendo.

Tudo o que foi apresentado aqui, todos os documentos levantados – alguns chegaram aqui hoje, acabaram de chegar – já estão sendo analisados. Ou seja, não é um trabalho que irá começar, nós já estamos analisando isso. Então o que a gente quis fazer é apresentar o que nós estamos começando a fazer, mas já está em andamento, até para que a Comissão possa acompanhar esse trabalho de perto. Por isso que é uma prestação de contas para os Deputados e também para a população que acompanha.



E, agora, acredito que nós também estamos abertos, se houver algum questionamento de algum Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhores Deputados, finalizada a apresentação por parte do Deputado Bruno Souza, abro a discussão aos senhores Deputados.

Deputado Jessé Lopes, com a palavra vossa excelência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - Queria parabenizar o Deputado Bruno pela escolha da equipe, pessoal bem empenhado e muito técnico. E queria sugerir que todos os outros [Deputados] também pudessem estar se colocando à disposição para ajudá-los, acompanhando os bastidores e também a apuração de toda a documentação. Eu me coloco de novo à disposição, Bruno, e o nosso gabinete também para ajudar, se precisar de mais gente para colaborar com essas investigações, até mesmo antes de chegar aqui na Comissão. [Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Com a palavra o Deputado Sargento Lima.

(O Deputado Sargento Lima declinou usar da palavra.)

Mais alguma manifestação dos senhores Deputados. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Estadual João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Eu queria cumprimentar o Presidente, Deputado Marcos Vieira, o Deputado Bruno Souza e, em nome da Deputada Luciane Carminatti todos os demais Deputados; o pessoal do TCE que se faz presente; e também o engenheiro Marcos Rovaris, que é engenheiro do Estado à disposição da Assembleia Legislativa. Eu tenho alguns apontamentos.

Primeiro [quero] parabenizar o trabalho, esse estudo feito pelo Deputado Bruno e sua equipe juntamente com o TCE, e fazer alguns



registros. Nós sabemos que o trabalho da CPI vai ser muito dinâmico, quem sabe, em algum momento, não vai ser possível ser encaminhado aos Deputados uma pauta com 24 horas de antecedência, mas sempre que for possível, que seja encaminhada, seja uma hora ou duas horas antes, a pauta da reunião. Eu faço esse requerimento ao Presidente com a aquiescência do Relator.

Também é importante que seja disponibilizado para a CPI - eu faço esse requerimento verbal, mas posso encaminhar, na sequência, de maneira formal... Com certeza o trabalho que vai ser executado vai encontrar algum ponto de destaque que mereça ser chamada a atenção. É importante ver as manifestações do Tribunal de Contas do Estado e da própria Assembleia Legislativa com relação às prestações de contas dos anos que estamos investigando - eu sei que são quatro décadas -, mas ver todas as manifestações, os apontamentos e as recomendações, até porque, às vezes, o Tribunal de Contas, por exemplo, faz um apontamento, mas recomenda que a prestação de contas seja aprovada por parte... ao governo do Estado. Então isso é importante ser feito.

Eu faço, na sequência, por escrito, Deputado Marcos Vieira e Deputado Bruno, mas já me adianto falando que é importante esse documento para podermos também fazer o cruzamento. Vai que a investigação da CPI aponte para um superfaturamento de tal contrato. Temos que ver se esse contrato estava previsto no Orçamento do governo daquele ano e como é que foi a aprovação daquele Orçamento naquele ano, ou seja, para nós termos começo, meio e fim. Não sei se há algum questionamento sobre isso, mas é importante até para podermos fazer esse cruzamento de dados.

E, tanto os relatórios, as pautas das reuniões específicas da Comissão, quanto do grupo técnico, que também sejam encaminhadas aos demais Deputados. Acho que isso vem ao encontro do que o Deputado Jessé falou, para que possamos sempre nos atualizar e até para o trabalho legislativo, para o trabalho de Deputado, consultar um técnico sobre



determinadas situação que foi apontada no grupo de trabalho. Ó, tem um problema estrutural de alguma parte da ponte; tal empresa fez o trabalho. E aí a gente vai buscar o conhecimento técnico, até para embasar o nosso conhecimento como Deputado. [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

Então faço esses apontamentos. Na sequência, Presidente, encaminharei de maneira formal, mas gostaria de até fazer isso aqui de maneira verbal, para que se houver algum questionamento, a gente possa conversar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) –
Senhores Deputados, todos aceitos.

Quero ainda também, antes da [fala da] Deputada Luciane Carminatti, determinar à assessoria que se os Deputados quiserem ter acesso aos documentos da CPI, estão liberados, tá? Com certeza absoluta. Evidentemente que dentro da reserva legal que tem que ser colocada, até para não causar nenhuma demanda judicial posterior. Mas a documentação obrigatoriamente tem que ficar liberada para acesso dos Deputados que fazem parte da CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) –
Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – A Deputada Luciane Carminatti pediu primeiro. Pela ordem, com a palavra a Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Então, eu quero [falar] justamente nessa linha dos documentos. A minha pergunta é se haverá digitalização desses documentos ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, vai ser... Mas vamos lá, é interessante a colocação da Deputada Luciane e do Deputado João Amin.



Eu quero aqui sugerir que toda a estrutura técnica da CPI, que são os técnicos que vão trabalhar internamente, possam, quando solicitado pelos Deputados, se colocarem à disposição para também explicar e instruir Deputado para eventual manifestação. Isso é muito importante.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – O.k., essa é uma pergunta. E a segunda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Os próprios técnicos também, quando necessário for a presença de um Deputado na sala que cuida da documentação, que convide o Deputado para lá se fazer presente para também ajudar nesse trabalho, tirando dúvidas de legislação... Tudo aquilo que for pertinente para que a gente possa liberar o caminho para um bom andamento da CPI.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – O.k.

A minha segunda questão vai no seguinte sentido: a gente tem aqui a assessoria técnica que foi encaminhada pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas, e também... Basicamente o Ministério Público e o Tribunal de Contas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Também Tribunal de Contas, o próprio Tribunal de Contas.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – E a Casa aqui.

A gente tem acompanhado aqui, nas diferentes análises que as Comissões internas da Casa fazem, que por diversas vezes nós temos olhares dos técnicos diferenciados sobre uma mesma questão. A pergunta que eu faço vai na linha de que a gente possa também, a partir do assessoramento, que eu acho que é extremamente positivo para nós contarmos com esses quadros, mas que a gente possa também, em caso de dúvida, de margem a outras interpretações e análises, contar com outros profissionais para que a gente não fique também, muitas vezes, com



dificuldade de argumentação, se é só um parecer técnico. [Transcrição: Rafael de Souza Milke.]

É mais no sentido de sustentação mesmo, né? Para que a gente possa abrir... Se é uma academia, se é uma área específica, um Conselho, como o Conselho de Engenharia, outros Conselhos ou órgãos, para que possam também assessorar esta Comissão para termos muita fundamentação nas nossas posições. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputada Luciane Carminatti, esse assessoramento tem que ser formal, não pode ser informal. O que foi autorizado por esta Comissão até agora foi a vinda dos técnicos do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Se nós desejarmos mais algum assessoramento externo, tem que ser solicitado oficialmente para poder ser formalizado.

Nada obsta que, evidentemente, um assessor do gabinete da vossa excelência, se quiser junto com vossa excelência manusear toda a documentação junto com os técnicos da CPI, não há problema. Mas assessoramento externo, só quando convocado.

Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Só para também registrar a presença, até porque fez parte do grupo de trabalho, como minha sugestão, a inclusão no grupo de trabalho do engenheiro Roberto de Oliveira, que se encontra aqui na CPI. Agradeço a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Muito obrigado, seja bem-vindo.

Deputado Bruno com a palavra. Vossa excelência havia pedido, mas dei pela ordem para a Deputada Luciane.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade apenas para [dizer que] qualquer dúvida que houver - o Presidente já falou isso, mas quero reinterar - nós estamos à disposição. Agora tem uma sala



no 3º andar onde estaremos todos lá trabalhando, isso já foi disponibilizado. Então se alguns Deputados tiverem alguma questão, alguma sugestão, ter acesso a algum documento, eles estarão todos concentrados lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – A Coordenadoria das Comissões faz a guarda dos documentos, a nossa coordenadora, os documentos serão numerados e todos relacionados para poder... Eu até sugeri fazer a relação para facilitar depois a pesquisa, por volume, empresa por volume, enfim, tudo.

Senhores Deputados, continua aberta a palavra.

Deputado João Amin, semana que vem vai ter a pauta. Eu havia solicitado, mas houve um equívoco hoje. Mas também se houver a possibilidade ou a necessidade de uma reunião extra da Comissão, atendendo a qualquer Deputado ou até o Deputado Bruno, nós vamos fazer e vamos convocar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pela ordem, Presidente.

Eu faço questão de registrar que eu sei que não vai ser possível devido à maneira como as reuniões vão acontecer, o grupo de trabalho vai ser formado... Eu sei que, às vezes, não vai ser possível com 24h de antecedência, mas quando tiver a pauta pronta que seja encaminhada. Se a reunião for às 17h, pode ser encaminhada às 16h30min para o plenário, não tem problema nenhum, mas só para nós chegarmos aqui sabendo o que vai ser tratado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno com a palavra.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, é justo o pedido e da nossa parte nós nos esforçaremos para isso e, mais que isso, Deputado João, nós vamos tentar também encaminhar semanalmente uma atualização aos Deputados dos trabalhos que nós estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Interessante.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a discutir nem a deliberar, dou por encerrada a presente reunião. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Transcrição: Ana Clara Mota / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]

3.1.2. 3ª

A ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 3 DE ABRIL DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Muito boa-tarde a todas as senhoras e a todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como às senhoras e aos senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc. Quero cumprimentar também as demais pessoas que se encontram neste ambiente.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga eventuais ilicitudes na reforma da Ponte Hercílio Luz.



Os senhores Deputados receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovada a ata da 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Os senhores Deputados receberam cópia da pauta para a reunião de hoje e também recebo neste instante ofícios do eminente Deputado Bruno Souza, Relator desta CPI. Mas vamos então aos itens da pauta.

Discussão e votação da ata ocorreu.

Do expediente: recebemos diversos documentos e de todos os ofícios expedidos para as empresas e para os órgãos públicos solicitando cópia de documentos, todos fizeram manifestação. Alguns remeteram para esta Casa a documentação solicitada e outros estão pedindo prazo de prorrogação.

Vou fazer questão de relacionar ou mencionar para vossas excelências as empresas que pediram prorrogação de prazo. A empresa Prosul – Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda. informa que deseja mais noventa dias a partir do recebimento do ofício nesta Comissão, que foi dia 28/03, tendo em vista “tratar-se de documentação que retroage ao período compreendido entre os anos de 2006 até 2014”, e faz a justificativa; também recebemos da empresa TEC - Técnica de Engenharia Catarinense, argumentando por que não ter remetido no prazo e solicitando mais trinta dias de prazo; também recebemos da Concremat Engenharia e Tecnologia S.A. a solicitação de prorrogação para entrega da documentação de cem dias, conforme consta no ofício encaminhado a esta Casa.
[*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]



A empresa Espaço Aberto havia enviado ofício solicitando prazo de 48 horas, mas a assessoria nos informa que a empresa Espaço Aberto entregou hoje toda a documentação necessária...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Æ-hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Aproximadamente dez caixas de documentos. Vou colocar esta pauta porque já chegou a documentação. Chegou o ofício depois que a pauta estava fechada. Do Crea [chegou ofício] pedindo também prorrogação para entrega até 30 de abril. A Espaço Aberto também entrega em meio magnético.

Senhores Deputados, essa é a situação quanto à devolução dos documentos.

Vamos abrir a discussão para introduzir a dinâmica da decisão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Bruno, Relator da CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente, infelizmente foi com desapontamento que recebemos a resposta de algumas empresas solicitando prazos, que obviamente são exagerados e extrapolados. E eu me impressiono muito quando vejo uma empresa pedindo noventa dias de prazo, quando o próprio prazo da CPI já não comporta mais noventa dias. Ou seja, nós temos menos de noventa dias para apurar, para fazer a análise documental e ainda fazer as oitivas e produzir o relatório. Então obviamente que não tem sentido algum e são despropositados esses pedidos.

Nós não podemos deixar esta CPI se tornar o que se tornou a Ponte Hercílio Luz, algo com começo e sem fim, as obras de começo. Isso nós não vamos repetir aqui e por isso é necessário que se entenda a seriedade que nós estamos tentando fazer aqui. Quando eu recebo um [pedido de] prazo desse, eu, honestamente, me sinto de certa forma até ofendido, porque nós estamos aqui



tentando fazer algo sério, mas aí parece que não estão levando a sério do outro lado.

Por isso, em respeito aos membros desta Comissão, em respeito a este Parlamento, em respeito ao trabalho que nós estamos tentando fazer, eu fiz um ofício solicitando mais uma vez um... numa primeira etapa, uma solução um pouco... vou dar um pouco mais de prazo, que seria a solução um pouco mais cordial. E aí, não cumprido esse novo prazo, e é um prazo de quatorze dias até o dia anterior – sem ser essa próxima reunião, a outra – não cumprido, aí, sim, nós faríamos uso da nossa atribuição, isso já está no ofício, uso das nossas atribuições, porque esta é uma Comissão que tem essa atribuição e por isso eu digo que esse é um trabalho sério, não é apenas para gerar calor, fumaça, aqui nós temos que ter resultado. Então, não cumprido esse prazo, nós faríamos a busca e a apreensão desses documentos.

Faço essa solicitação aos Deputados da Comissão para que nós possamos fazer com que levem a sério o trabalho que nós estamos fazendo aqui.
[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Realmente, mostra-se um descaso com a CPI, tendo em vista, realmente, o prazo que nós temos para fazer a apuração e o prazo que eles querem nos entregar a documentação. Então eu vou junto com o Deputado Bruno nessas exigências de duas semanas, juntamente com o pedido de busca e apreensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhores Deputados, antes de passar a palavra ao Deputado Sargento Lima, eu quero aqui fazer um esclarecimento, porque antes da reunião eu conversei com o Deputado Bruno no plenário. Ele externou a vontade de propor aqui a concessão de mais sete dias para a documentação. Eu ponderei a ele que se todos têm dificuldades, possamos dar um prazo mais elástico no sentido de fazer com que, em duas reuniões... Ou seja, no dia anterior à segunda reunião, ou seja, nós vamos ter reunião na semana que vem no dia 10 e vamos ter dia 17. Então eu havia



proposto ao Deputado Bruno, e ele concordou comigo, que se abra prazo às empresas, indistintamente, até as 19h do dia 16. E aí, sim, se elas não entregarem a documentação, nós vamos deliberar sobre o que fazer no dia 17. Foi a solicitação que fiz ao Deputado Bruno e ele aceitou.

Então eu quero, no dia de hoje, aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Pela ordem, o Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade conversamos, mas o que eu deixei, o que eu expressei na ocasião foi que então esta Comissão faria, sim, a solicitação de busca e apreensão. Até porque, se não o que vai acontecer é que esse prazo pode ser simplesmente desrespeitado novamente. Ninguém aqui quer chegar a essa medida, mas acredito que seja importante que se tenha junto, indexado, a consequência de não se dar o crédito devido a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, vou colocar em discussão e votação os dois itens do requerimento de vossa excelência. Se nós aprovarmos o novo prazo, fica prejudicada a discussão e a votação da busca e apreensão. Só para a semana em que realmente a empresa não entregar a documentação.

(O senhor Relator, Deputado Bruno Souza, manifesta-se fora do microfone pedindo ao Presidente que repita a sua fala.)

Eu disse: vou colocar em discussão e votação em separado. Vossa excelência pede, no Item I, "Que esta comissão aguarde (...) pelo prazo de 02 (duas) semanas a chegada da documentação requerida - a qual será aceita ainda que remetida por meio digital;" Pois bem, e no Item II vossa excelência diz que em não remetendo a esta Comissão, faz-se a busca e a apreensão.



Vou colocar em votação o Item I - o Deputado sugeriu isso -, se for aprovado o Item I com prorrogação de prazo, o Item II fica prejudicado. Só será discutido e votado se alguma empresa não apresentar a documentação. Aí esta Comissão tomará a decisão necessária. *[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos / Revisão: Clovis Pires da Silva]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas eu não entendi por que fica prejudicado, na verdade. Porque é só... aqui, é claro, é na hipótese de não recebimento da documentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vossa excelência já está pedindo autorização do dia de hoje para que esta Comissão tome a decisão de se em não remetendo, faça-se a busca e a apreensão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Exato, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Mas no meu entendimento, estou dizendo para vossa excelência o seguinte: vou colocar em votação em separado os dois itens.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tudo bem, mas um não prejudica o outro, eles não são excludentes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Então esta Comissão vai tomar a decisão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas eu tenho uma sugestão ao requerimento do Bruno Souza, de que no tópico um se adicione 19h do dia 16/4, para fixar esse prazo, porque duas semanas pode gerar dupla interpretação. Não é a nossa interpretação, mas pode gerar uma dupla interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, até, até...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Até as 19h...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Até as 19h.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ... de 16/4.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Não será no dia 16, será até o dia 16, às 19h.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito, perfeito. Acatado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Até porque quatorze dias é muita complacência. A Concremat Engenharia e Tecnologia pediu cem dias, e qual foi a data que ela foi notificada da entrega desse documento?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Faz um mês já, um mês.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Ela já teria trinta dias da notificação, tendo que fazer a entrega do documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Sargento Lima, concordo com vossa excelência, é tempo demais. Concordo com o prazo de até o dia 16, às 19h, que é um prazo razoável, 16 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Em duas semanas bastante coisa pode acontecer, né, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, com certeza, não tenho dúvida.

Senhores Deputados, em votação então o Item I da solicitação do Deputado Bruno, que diz o seguinte: "Que esta comissão aguarde ainda pelo prazo de 02 (duas) semanas a chegada da documentação requerida - a qual será aceita ainda que remetida por meio digital;". Ou seja, e aqui por sugestão, será até 16/4/2019, às 19h.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.



Então esta Comissão aprova a prorrogação do prazo para que as empresas que ainda não remeteram a documentação façam até o dia 16/4/2019, às 19h, quando encerra o expediente desta Casa.

Vamos agora ao segundo item.

Solicita ainda o Deputado Bruno que “Na hipótese de não recebimento da documentação solicitada até a data de 17.04 (quarta-feira) que esta comissão se reúna tendo como uma de suas pautas a realização de busca e apreensão junto aos destinatários recalcitrantes.”

No meu entendimento essa discussão fica prejudicada até a semana da entrega ou não, mas coloco em discussão e vou colocar em votação.

Com a palavra o Deputado Bruno. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Com todo o respeito ao Presidente, eu tendo a discordar, porque se não entregue for... só entrará... essa atitude só será necessária se não for entregue. E aí não há necessidade de uma nova discussão, porque essa seria de qualquer forma a medida subsequente a não entrega. Ou seja, só entrará em vigor se não for entregue e, se não for entregue, será a medida novamente sugerida.

Então não há essa necessidade e acredito que é importante que a não... que a solicitação um seja acompanhada de uma consequência do recalcitrante, senão é só mais uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra a senhora Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Eu entendo que nós precisamos agilizar e, dessa forma, a minha sugestão é que votemos. Caso não venha até essa data e esse horário, automaticamente a Comissão já autoriza para que se faça busca e apreensão, porque senão teremos que voltar aqui para deliberar sobre isso. Acho que não tem sentido.



Então, para a gente também ganhar tempo eu acho que... E pelo que eu observei aqui, tem empresas que já entregaram, né? Então o que faz com que uma empresa entregue e outras – ambas trabalharam na mesma obra, com as mesmas responsabilidades – tenham que ter mais trinta dias, sessenta dias, noventa dias, cem dias aqui? Acho que não tem sentido isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais que o queira discutir, coloco em votação o Item II do requerimento do Deputado Bruno Souza, que diz que “Na hipótese de não recebimento da documentação solicitada até a data de 17.04 (quarta-feira) que esta comissão se reúna tendo como uma de suas pautas a realização de busca e apreensão junto aos destinatários recalcitrantes.”

Vossa excelência está pedindo aqui que se faça uma reunião.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – “(...) que esta comissão se reúna tendo como uma de suas pautas a realização de busca e apreensão (...)”.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perdão. O “se reúna” veio junto no texto, não é. Seria ã... Eu faço um em tempo aqui e novamente altero para que seja automático. É justamente esse o... Isso vem de encontro justamente ao que eu estou tentando fazer, então não faria sentido. É justamente o oposto, que a gente não se reúna e que seja automático.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Questão de ordem, senhor Presidente.

Já fica subentendido que ele errou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, continua em discussão.

(Pausa.)



Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que concordam com a busca e apreensão caso a documentação não venha, permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Senhores Deputados, encerrado o item a do expediente, vamos ao item b.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu tenho uma dúvida, uma sugestão de ordem operacional. Eu acredito que seja importante a gente ter uma reunião no dia 16, às 19h, ou os Deputados serem comunicados anteriormente se chegou ou não o documento. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Faremos a comunicação.

Item b, encaminhamento de documentos e informações. Recebemos ofício do Deinfra dizendo que a documentação está toda disponível no Deinfra. Vamos remeter novo ofício ao Deinfra e, caso o Deinfra não nos remeta, entra na hipótese do Item II do ofício, do requerimento do Deputado Bruno.

Também recebemos ofício do Presidente do Tribunal de Contas fazendo o encaminhamento da documentação, que está aqui; também recebemos em meio magnético da empresa Teixeira Duarte a documentação solicitada; também recebemos da Empa S/A Serviços de Engenharia em meio magnético toda a documentação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Também recebemos da Junta Comercial do Estado a documentação solicitada.



Mas antes de vossa excelência [falar], quero pedir à assessoria que faça a acostada de toda a documentação ao processo e que dê conhecimento ao Relator da matéria para que possa disponibilizar para a sua equipe técnica.

Com a palavra vossa excelência, Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade, apenas para explicar para os membros da CPI a situação do Deinfra.

O Deinfra não nos enviou a documentação solicitada, não nos entregou, e acredito que eles não entenderam que se tratava de uma solicitação a qual eles deveriam cumprir, não era facultado não entregar. A resposta que nos enviaram é que: olha, nós não vamos enviar, mas a documentação está aqui. Então, se quiserem vir para cá e procurar...

Ou seja, não foi isso que foi solicitado pela CPI, o que novamente me desagrada um pouco pelo esforço que todos estamos fazendo. Então nós fazemos aqui uma nova solicitação ao Deinfra, porque quando do inquérito do Ministério Público de Contas eles usaram do mesmo expediente, falaram que não iam enviar e que estaria lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno, será dado ao Deinfra o mesmo prazo das outras empresas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Exato. Então... Só o problema é que os documentos lá se encontram, ao que parece... Enfim, eles têm um problema organizacional e isso tem que ser sanado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, vamos à ordem do dia. Item a: requisição de documento nos termos da planilha anexa, visando a instruir complementarmente os trabalhos da Comissão.

O Deputado Bruno requer que sejam emitidos novos ofícios fazendo a requisição de novos documentos. É isso, Deputado Bruno?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Exatamente.

[*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – A documentação está toda aqui relacionada. Peço à assessoria que faça a distribuição aos senhores Deputados. É basicamente ao Deinfra... É, Deinfra um ofício, dois, três, quatro, cinco e um ofício à Universidade Federal de Santa Catarina.

Coloco em discussão.

(*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Os senhores Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Peço à assessoria que remeta cópia dessa solicitação aos senhores Deputados e que providencie o ofício.

Item *b*, discussão de medidas referentes a requisições documentais não satisfeitas pelos destinatários. Discussão e votação da lista inicial de testemunhas conforme rol e justificativas anexas. Os senhores Deputados também receberam.

Passo à leitura das pessoas relacionadas pelo eminente Deputado Bruno Souza: senhor Roberto Ozorio de Almeida... Dispensar o endereço? Dispensar, né?

(*O senhor Deputado Estadual Bruno Souza manifesta-se fora do microfone: "Dispensa."*)

Senhor Roberto Ozorio de Almeida, senhor Raul Ozorio de Almeida, senhor Sebastião Moraes Mattos, senhora Cristiane dos Santos Piccoli, senhor José Luiz Piccoli, senhor Vilmar Tadeu Bonetti e senhor Paulo Procopiak de Aguiar. São essas as pessoas solicitadas e relacionadas pelo eminente Relator.

Em discussão.



(Pausa.)

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Ficam aprovados os nomes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Questão de ordem. Apenas para explicar para os Deputados que se trata...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Muito obrigado.

Que se trata justamente das pessoas que nós precisamos ouvir referente ao período inicial de 82 a 89. Então são sócios de empresas que estão relacionadas naquele período. E a especial importância destes é por conta da escassa documentação que nós temos desse período mais distante. Então as oitivas dessas pessoas, dessas testemunhas são extremamente importantes para que a gente possa esclarecer esse período a respeito do qual não temos muita documentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno, no calendário proposto, no roteiro proposto por vossa excelência e aprovado, está previsto o início no dia 17, na quarta-feira, daqui a duas semanas. É isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Como vossa excelência deseja, que todos venham no mesmo dia ou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Deputado, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vossa excelência sugere.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então, eu consulto a nossa consultoria da Comissão e também a experiência dos



Deputados que já atuaram em CPIs. Acredito que como são muitas testemunhas, não sei se há a possibilidade de desdobrar em dois dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – São quantas pessoas? [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – São sete pessoas. E gostaria também de consultar a nossa equipe técnica, em respeito ao trabalho que tem feito, se poderia ser em dois dias. Essa é a sugestão, em duas reuniões, em duas etapas, mas que não fosse uma em uma semana e a outra na outra semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Quero aqui propor. Já que no dia 16, Deputado Bruno, nós temos que encerrar o prazo da documentação, quero propor dividir em duas etapas: dias 16 e 17.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Ficam estipulados, então, os dias 16 e 17, sendo quatro em um dia e três no outro ou no primeiro dia três...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Perfeito? Então ficam estipuladas as reuniões para a oitiva nos dias 16 e 17. Quanto à dinâmica, depois vossa excelência nos apresenta o roteiro.

Ainda em discussão. Por gentileza, é importante a participação dos senhores Deputados.

Quero ainda fazer aqui o registro e vou fazer a leitura de mais dois ofícios do Deputado Bruno.

(*Passa a ler.*)

“Diante da adequação dos trabalhos executados pela equipe técnica até a presente data, este Relator entende que, muito embora os servidores da casa possam aportar relevante auxílio, no momento as demandas do grupo de trabalho



não ensejam a necessidade de que sejam destacados de suas funções para operação exclusiva junto à CPI.

Nesse sentido, requer seja dada continuidade à operação da Comissão nas condições atuais, sem prejuízo de requisição de servidores da casa a ser realizada oportunamente, caso necessário.” (*Cópia fiel.*)

Com a palavra o Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito. Na verdade é para não utilizar e ocupar um servidor que, com todo o respeito, tem boa vontade, mas que no momento nós estamos conseguindo realizar as atividades sem a necessidade... Não há motivo também para ocupá-los e dispensá-los de outras atividades importantes. Por isso eu faço esse requerimento para que sejam dispensados dessa obrigação.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: “Quem são?”*)

São os da Casa, que inicialmente haviam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O próprio... um Procurador da Casa, enfim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Só que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Eles já estão convocados. Podemos deixá-los onde estão e na hora da necessidade, chamá-los.

Com a palavra o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – A necessidade já pode ser dia 16, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim. Havendo concordância, feita a leitura. [*Transcrição: Ana Clara Mota.*]

E, por último, o terceiro ofício do Deputado Bruno.



(Passa a ler.)

"A partir do retorno de volume significativo de documentos em resposta às solicitações desta Comissão, este Relator requer seja concedida carga à equipe técnica independentemente da numeração e carimbo das páginas – os quais poderão ser realizados progressivamente nos próximos dias.

Destaca-se que nos últimos dias, diante do tempo consumido (...) o grupo de trabalho não tem podido progredir (...)."

Deputado Bruno, vou me permitir dizer que somente anexado no processo com as páginas numeradas e rubricadas, sob pena de sumir qualquer documento. Isso é questão processual.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então nós temos que... Seria interessante então, Presidente, que nós conseguíssemos estabelecer algum... porque a Casa também não tem responsabilidade, o pessoal das Comissões tem se esforçado o máximo, mas como o volume é muito grande, acabamos de receber dez páginas de processo, dez caixas, perdão, dez mil páginas. Ou seja, esse documento só chega para nós depois de carimbado e numerado, o que leva dias, claro, porque é humanamente impossível resolver isso rapidamente. Só que o problema é que, apesar de todo o esforço, é tempo que a nossa equipe poderia estar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Concordo plenamente com vossa excelência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Conseguimos ter alguma solução paliativa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, vamos fazer. Não vou autorizar sem que haja, para a anexação no processo, a sua numeração e a sua rubrica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tudo bem, mas...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Porque senão não se conserta mais depois, a hora que se...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Mas já havia pedido à assessoria para fazer um esforço. Se tiver que requisitar mais algum servidor da Casa para auxiliar nisso... E eu quero aqui sugerir que a nossa coordenadora das Comissões, a Natel, seja a responsável pela rubrica de todas as folhas de todo o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso não é... (Ri.) O.K., mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Eu já fui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ela vai lembrar disso por muitos anos. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Eu fui escrivão do processo do *impeachment* e eu sei o que é rubricar. (Ri.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Muda a rubrica, muda para um ponto (*dirige-se à servidora Maria Natel Scheffer Lorenz*). (Ri.)

Presidente, então se houver a disponibilidade de convocar mais um servidor para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, mas vamos lá. Assim que for feita a juntada, rubricado e numerado, vai-se liberando em carga toda a documentação, com certeza absoluta, o mais rapidamente possível. Tá?

Senhores Deputados, estou à disposição se vossas excelências desejarem mais alguma discussão. Deputado Bruno?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – De minha parte eu estou satisfeito, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada esta reunião, convocando outra, ordinária, para o dia 10. *(Ata sem revisão dos oradores.)*
[Transcrição: Bruna Maria Scalco / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]

3.1.3. 4ª

A ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2019, ÀS 10H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, muito bom-dia. Quero também dar o meu bom-dia a todos as senhoras e a todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como às senhoras e aos senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc.

Havendo quórum regimental, vamos dar início à reunião da CPI da Ponte. E suas excelências receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL, de 21 de fevereiro de 2019, para investigar ilicitudes praticadas nas obras da Ponte Hercílio Luz.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão.



Aprovada.

Recebo o expediente da eminente Deputada Luciane Carminatti comunicando a sua ausência no dia de hoje, mas indicando o senhor Deputado Fabiano da Luz. Seja bem-vindo, Deputado. Da mesma forma, recebo expediente do Deputado Sargento Lima dizendo que em virtude de agenda externa não pôde comparecer, mas que indicava o Deputado Felipe Estevão. Igualmente, seja bem-vindo, Deputado.

Senhores Deputados, passada a discussão e a votação da ata [da reunião anterior], vamos ao segundo item da ordem do dia, que consta de orientações acerca da dinâmica das inquirições; novos nomes para inquirição (relação anexa); e relatório de progresso do grupo de trabalho.

Com a palavra o eminente Relator, Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Bom dia a todos. Eu peço desculpas pela minha voz, mas eu fui acometido por uma gripe ousada que resolveu me atacar...

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: "Não foi o Vasco.")

É, o Vasco também... O Vasco, ontem, infelizmente... *(Risos.)*
Infelizmente tivemos Deputados que não torceram direito... *(Risos.)*

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Pode ser... *[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]*

Mas, Presidente, primeiro falando sobre a ordem das inquirições, conforme debatido na última reunião, nós dividimos em dois dias e já estipulamos a ordem dos depoentes para que obtenhamos o melhor resultado das oitivas e possamos esclarecer os fatos. Então entrego... encaminho ao Presidente essa lista com os nomes para fazermos as inquirições.

Também faço uma ressalva: peço para que os Deputados que compõem a CPI e agradeço muito a presença dos Deputados que hoje



representam outros Deputados aqui, mas que estes já se preparem para esses dois dias, porque serão dias... As oitivas tendem a ser longas, demoradas. Então se preparem para estar aqui durante todo o processo para fazermos uma boa abordagem.

Deixo já os nomes com o Presidente a fim de que possa conduzir os trabalhos e também vou encaminhar a cada Deputado um relatório de progresso dos trabalhos feitos até agora. Então cada Deputado vai receber um relatório com todos os progressos até o dia 10...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vossa excelência tem o documento para que eu possa distribuir?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, já foi feita uma cópia e está sendo entregue agora.

(Procede-se à entrega do documento aos Deputados presentes).

Então esse documento com o relatório de progresso mostra o que a equipe técnica fez até agora, toda a documentação obtida — vocês terão esses detalhes —; a nossa atuação no Deinfra também, que é um caso especial; a abordagem dada a todos os contratos; os focos atuais; e as perspectivas em relação ao nosso cronograma.

Está bem detalhado e se restar alguma dúvida de algum Deputado após isso, nós estamos à disposição também para sanar qualquer dúvida.
[Transcrição: Bruna Maria Scalco.]

Eu trago aqui também, Presidente, a relação atualizada das testemunhas para as oitivas, e fiz a solicitação da retirada de uma das testemunhas porque ficamos sabendo agora que ela faleceu há pouco tempo. Então ainda não aparecia no sistema o seu registro de óbito e agora veio a aparecer, por isso a gente faz a retirada dessa testemunha e atualizamos a lista com algumas novas pessoas, que acredito já tenha sido enviado expediente ao Presidente.

Da minha parte era isso, Presidente.



Também peço desculpas a todos que acompanham e têm interesse na Comissão pela nossa prorrogação, mas foi algo além da nossa vontade. Infelizmente ontem... Infelizmente, não, acontece isso, a Ordem do Dia ultrapassou o horário da CPI e foi necessária essa realocação do horário para hoje de manhã. Então agradeço a compreensão de todos por isso, não foi da vontade dos Deputados, foi mais forte do que nós devido à Ordem do Dia que ainda acontecia no plenário e impedia a realização da reunião desta Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Abro a palavra para os senhores Deputados se manifestarem acerca da fala do Deputado Bruno Souza.

Com a palavra o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Na verdade, Presidente, não é sobre a fala do Deputado Bruno Souza, mas, sim, um pedido. Eu, da mesma forma como a Comissão vem fazendo, venho pedindo para algumas pessoas ajudarem na Comissão, na verdade para elas terem acesso à documentação, pois estão me ajudando tecnicamente. Eu já pedi pelo doutor engenheiro Roberto de Oliveira, para que ele fique... Como ele não é servidor público, então não tem como ser requerido pelo órgão dele ou ficar à disposição da Assembleia. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

Da mesma forma eu faço esse convite — e lhe apresento por ofício, senhor Presidente Marcos Vieira — ao engenheiro Carlos Alberto Riederer, que sempre me ajudou e se dispôs nesses momentos, sobre esse assunto, a também me ajudar. Ele está me trazendo informações valiosíssimas. E obviamente que para ter acesso à sala precisa... Eu estou comunicando formalmente que eu peço para que ele ajude a Comissão e particularmente a mim.

E iria fazer esse registro mesmo, porque também a gente tem informações... Só para conferir, Deputado Bruno, a pessoa que faleceu é o



Luciano Presta. Eu ia fazer esse registro hoje aqui, já que ele acabou falecendo e não pode nos... colaborar com a CPI.

Então seriam apenas esses dois registros, Presidente Marcos Vieira, Relator Bruno e demais Deputados, para que a gente possa fazer um bom trabalho aqui na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, esta presidência defere a solicitação do Deputado João Amin e comunica a assessoria que também dê acesso ao Deputado João Amin, por intermédio do engenheiro Carlos Alberto Riederer.

Está autorizado, Deputado João Amin.

Senhores Deputados, mais alguma manifestação?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente, apenas para fazer um comunicado em relação ao progresso da nossa última reunião. Infelizmente as empresas que não haviam entregue os documentos ainda não nos entregaram, e restam alguns dias apenas do prazo.

Então apenas para comunicar que não nos foram ainda entregues [os documentos] e eu torço que esse prazo seja cumprido, para que a gente não tenha que passar para medidas mais drásticas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com certeza.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a discutir, dou por encerrada a presente reunião, convocando outra reunião para quarta-feira (*sic*) da semana que vem.

Muito obrigado e bom dia. (*Ata sem revisão dos oradores.*)
[Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão e Leitura Final: Siomara G. Videira]



3.2. TESTEMUNHAS E CONVIDADOS

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhora Deputada, muito boa-tarde, e boa tarde igualmente a todos os senhores Deputados. Também quero cumprimentar todas as senhoras e todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata da Ponte Hercílio Luz. E vossas excelências receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL, de 21 de fevereiro de 2019.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.



Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Queria cumprimentar todos e todas e fazer... Presidente, eu tenho dois ofícios que eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado João Amin, já lhe concedo a palavra. Deixe-me dar início à reunião, efetivamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, mas é que eu preciso que seja agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — É que eu quero registrar as correspondências recebidas, passar para a assessoria, e ao entrar na pauta, já concedo a palavra por primeiro a vossa excelência.

Senhoras e senhores, eu pediria à segurança da Casa, pelo fato de estarmos com a sala lotada, que só permita a entrada de mais algumas pessoas se tiver, evidentemente, a saída de outras, porque nós temos limitação neste ambiente, o Corpo de Bombeiros limita a entrada nesta sala.

Acuso o recebimento da documentação da empresa Prosul e também da TEC Engenharia. Eu passo à assessoria para que faça o devido despacho.

(Procede-se à entrega dos documentos à assessoria.)

Também levo ao conhecimento de vossas excelências que até a presente data, a presente hora, ainda não foi entregue nesta Casa os documentos solicitados à empresa Concremat Engenharia e Tecnologia S/A (fiscalizadora) e também do Conselho Regional de Engenharia. Mas ao que



me parece o Conselho Regional de Engenharia enviou um *e-mail*. Peço à assessoria que me traga o *e-mail* do Crea. (*Pausa.*)

Enquanto a assessoria busca o *e-mail* do Crea, informo também que o Deinfra não remeteu a documentação, mas se colocou à disposição para que a assessoria da CPI pudesse ir lá.

Eu consulto o Deputado Bruno se a sua assessoria fez visita no Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, sim. Houve a visita e se colocaram à disposição para nós averiguarmos as documentações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Podemos dar por cumprido o Deinfra?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade não, porque eles estão ainda... eu gostaria de deixar em aberto, porque eles ainda estão reunindo documentação. Então... Há muita documentação que não foi localizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Feito o devido esclarecimento pelo Deputado Bruno, passo à leitura do *e-mail* do Crea endereçado a esta Comissão.

(*Passa a ler.*)

"Conforme informado em contato telefônico mantido nesta data, os documentos requeridos a este Conselho através do Ofício nº 018/2019/CPI serão apresentados a esse órgão em 17/4/2019." (*Cópia fiel.*)

Então o Deinfra se compromete a entregar os documentos amanhã — o Crea, desculpem.

Consulto os senhores Deputados se concordam com o *e-mail* do Crea. (*Pausa.*)



Havendo a concordância, fica autorizado o Crea a fazer a entrega do documento até amanhã, às 18h.

Vai ficar faltando, então, somente uma empresa, a Concremat.

Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Vou cumprimentar mais uma vez todos e todas.

Presidente, eu tenho dois ofícios que eu gostaria de fazer a leitura antes de entregar a vossa excelência para que dê o recebido, mas que são importantes para o nosso trabalho na Comissão.

Primeiro é o pedido para que coloque na lista de oitivas das pessoas que vão ser testemunhas aqui o Eduardo Hamond Régua, que é engenheiro civil, foi gerente de Obras, diretor de Operações, diretor de Obras, superintendente Regional do Deinfra, e também Roberto Alexandre Zattar, funcionário do Deinfra e consultor de Licitações do órgão.

E o segundo ofício, Presidente, é o seguinte: a gente vem tentando buscar as informações, principalmente na sala da Comissão Parlamentar de Inquérito, e tenho tido muita dificuldade — ontem comentei com o Deputado Bruno Souza —, porque os documentos estão sempre sendo autuados e digitalizados. A gente sabe que é um volume muito grande, mas eu gostaria que fosse encaminhada ao meu gabinete uma lista de três documentos, porque eu preciso disso com urgência.

Primeiro, "(...) todos os documentos que pautaram o contrato entre o Consórcio Florianópolis-Monumento e o Estado de Santa Catarina (contrato nº 264/2008) até sua rescisão (processo licitatório, atas de julgamento, propostas de preço, recursos eventualmente apresentados pelos licitantes, contrato firmado, pedidos de aditivos e outras exigências e solicitações firmadas pelo Consórcio, notificação e demais ofícios exarados pelo DEINFRA;



2. ação judicial apresentada pela empresa Espaço Aberto em face do Estado de Santa Catarina e que versa sobre a rescisão contratual;

3. ação judicial proposta pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina em que o órgão ministerial requer a devolução de R\$ 233.67 milhões de reais relacionados às obras da Ponte Hercílio Luz." (*Cópia fiel.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado João Amin, vamos para o segundo requerimento.

De plano, eu defiro o pedido de vossa excelência, mas que a assessoria cumpra o que já fora determinado: documento só sai depois de autuado, numerado e rubricado, para que não se perca ou extravie qualquer documento. Mas desde já solicito à assessoria da Comissão que tome providências quanto ao requerimento do Deputado João Amin.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Já lhe concedo a palavra, Deputado Bruno, só um instante, por gentileza.

Quanto ao segundo requerimento, através do qual o Deputado João Amin solicita que sejam também ouvidas as seguintes pessoas: Eduardo Hamond Régua e Roberto Alexandre Zattar, eu coloco em discussão aos senhores Deputados. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, colocamos em votação.

Os senhores Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovados também os dois nomes para serem ouvidos.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, a comissão técnica tem ficado sempre à disposição na sala designada para o trabalho e recebeu, na verdade, diversos assessores, diversos Deputados durante esse período todo de trabalho. Inclusive estamos elaborando um



relatório semanal com todo o trabalho, com a evolução desses trabalhos.
[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]

Acontece que esses volumes solicitados pelo Deputado João Amin são mais da metade dos 48 volumes totais que nós temos até agora.

Então a sugestão que eu deixo de encaminhamento — porque ainda se está organizando todos esses volumes porque é muita coisa — é organizar o espaço para que o Deputado possa ter vistas no local, já que está aqui na Assembleia ao acesso a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito obrigado.

Senhores Deputados...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Só para... Deputado Bruno, ontem à tarde a gente não teve acesso a essas informações, e como o prazo de oitiva termina no dia 15 de maio... e para formular os nossos questionamentos a gente precisa dessas informações — eu ainda não tive acesso a essas informações.

Por isso, eu gostaria de saber onde elas estão neste exato momento. Ontem não estava na... ontem eu não consegui procurar... eu não consegui ter acesso a essas informações na sala. Então, que se separe essas três relações de documentos numa mesa específica. Então eu peço para isso ser feito, e a gente pode analisar, especificamente, esse volume.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sem problemas, Deputado. A mesma dificuldade que o Deputado tem, nós tivemos porque recebemos os documentos sempre com uma demora grande.

O Deputado acompanhou o começo da Comissão, viu como nós demoramos até termos a equipe constituída. Enfim, também estamos passando pela mesma urgência em relação a prazos, também estamos preocupados com o decorrer dos prazos. Mas será feito, sem prejuízo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) —

Senhores Deputados, no dia de ontem este Presidente enviou ao Presidente desta Casa, Deputado Julio Garcia, o Ofício nº 047/2019/CPI.

(Passa a ler.)

“Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo a Vossa Excelência que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, devidamente instalada pelo ato da Presidência nº 0030-DL, solicitou as empresas e instituições envolvidas que remetessem documentos pertinentes à investigação, no entanto, algumas empresas pleitearam por prorrogar o prazo que foi reaberto, sendo concedido o prazo limite para o dia 16/04/2019, às 19h, sob pena, por parte desta Comissão, de Busca e Apreensão.

Para tanto, em havendo essa necessidade, solicito desde já a Vossa Excelência parecer da Procuradoria desta casa, esclarecendo quais os respectivos procedimentos diante de tal medida, porém que seja encaminhado a esta CPI antes do horário final para apresentação de documentos, qual seja, 19 horas de amanhã.

Aproveito a oportunidade, para requisitar um Procurador deste Parlamento para que acompanhe as oitivas a serem realizadas dias 16 e 17 de abril, corrente, às 17 horas, no intuito de por ventura nos auxiliar com as inquirições.

Na oportunidade, reiterando os cumprimentos e antecipando agradecimentos, renovo os protestos de profundo respeito e consideração.

Atenciosamente,

Deputado Marcos Vieira — Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.” *(Cópia fiel.)*

Eu remeti ontem ao Presidente; o Presidente remeteu à Procuradoria e a Procuradoria enviou a resposta, que está aqui e solicito depois que a assessoria, ao final, emita cópia e dê para todos os senhores Deputados. E



o Procurador designado é o próprio Procurador-Geral da Casa, o doutor Ptolomeu Bittencourt, que faço questão que fique aqui, sentado, para acompanhar [a reunião] e também nos dar as orientações.

Vamos então, senhores Deputados, [prosseguir a reunião].

Hoje nós teríamos, conforme os ofícios expedidos, convocado quatro pessoas para prestar esclarecimentos no dia de hoje. No entanto, recebi no dia de hoje requerimento do advogado Francisco Yukio Hayashi, Procurador do senhor José Luiz Piccoli e de Cristiane dos Santos Piccoli. Ele faz um arrazoado, qualifica as pessoas. Eu vou ler.

(Passa a ler)

“(...) vêm, por seu advogado, considerando a designação de sua oitiva para as 17h do dia 16/04/2019, requerer e expor o que segue:

1. Excelência, os requerentes foram intimados, na condição de representantes da empresa Engecert Construções, Comércio e Representação Ltda., para serem inquiridos pelos d. membros da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para apurar eventuais irregularidades nos contratos de restauração da Ponte Hercílio Luz.

2. Ocorre, primeiro, que este causídico possui compromisso inadiável na noite do dia 16/04/2019, sendo provável que fique impedido de acompanhar o ato na íntegra. Por esse motivo, pede-se com a devida vênia que o depoimento seja adiado para o dia 17/04/2019 ou outra data, segundo a conveniência da c. Comissão – ficando, inclusive, à disposição para aguardar ‘encaixe’ no dia 17/04/2019.

3. Em segundo lugar, requer-se a dispensa da requerente Cristiane dos Santos Piccoli. De fato, a Sra. Cristiane não possui conhecimento de fatos relacionados ao objeto da Comissão. O senhor José Luiz Piccoli, que é engenheiro civil e possui conhecimento do objeto dos serviços prestados pela empresa Engecert Ltda., estando totalmente à disposição da c. Comissão para responder a todos os questionamentos que os d. membros considerarem pertinentes.



4. Requer a concessão de prazo para a juntada do instrumento do mandado da Sra. Cristiane dos Santos Piccoli." (*Cópia fiel.*)

Assinado pelo Procurador, e está aqui anexada a procuração.

Respondi ao senhor advogado, Francisco Yukio Hayashi, o Ofício nº 046/2019/CPI.

(*Passa a ler.*)

"Senhor Advogado,

Cumprimentando-o, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência Nº 0030-DL, de 2019, em resposta ao requerimento assinado por Vossa Senhoria, na qualidade de Procurador do Senhor JOSÉ LUIZ PICCOLI e da Senhora CRISTIANE DOS SANTOS PICCOLI, aceito as razões constantes no referido requerimento e designo o dia 17/04/2019 às 17:00 horas para que ambos compareçam para a oitiva da CPI.

Portanto, nego a dispensa do comparecimento da Senhora CRISTIANE DOS SANTOS PICCOLI, conforme requerido.

Fica desde já, Vossa Senhoria notificada de que deverá fazer a juntada do instrumento de mandato da Senhora CRISTIANE DOS SANTOS PICCOLI até o dia 17/04/2019, às 17:00, sob pena de na oitiva da mesma, Vossa Senhoria estar impedido.

Sem mais para o momento, apresento os meus sinceros agradecimentos." (*Cópia fiel.*) Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão.

Então entendi de que, em razão do que foi exposto pelo Procurador, de pronto e de plano deferi o pedido parcialmente e transferi a convocação dos dois para amanhã, às 17 horas. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*] Que a assessoria faça a juntada dos documentos para amanhã.



Nós temos no dia de hoje as testemunhas do senhor Sebastião Moraes Mattos, gostaria que se apresentasse, por gentileza; e do senhor Vilmar Tadeu Bonetti, por gentileza.

Senhores, essas são as duas pessoas que nós vamos ouvir. Nós tomamos a seguinte decisão. Vamos ouvir primeiro o senhor Sebastião Moraes Mattos, que vai sentar aqui na mesa. E vamos pedir que a assessoria encaminhe o senhor Vilmar Tadeu Bonetti à sala da Coordenadoria para que ele possa esperar nós ouvirmos primeiro o senhor Sebastião.

(A assessoria conduz o senhor Vilmar até a sala da Coordenadoria.)

O senhor veio acompanhado de advogado? O senhor tem advogado?

O senhor Sebastião se faz presente sem acompanhamento de advogado.

Senhor Sebastião, gostaria que o senhor falasse o seu nome completo, a profissão, a idade, o local de nascimento e a empresa que o senhor trabalha para que possamos fazer o devido registro.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sebastião Moraes Mattos. Sou aposentado e nasci em Laguna, Santa Catarina, no dia 5 de março de 1939.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor trabalho na empresa?...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Vivenda Construções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Em qual período?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Há muitos anos, né, porque essa empresa eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Quantos anos o senhor trabalhou nessa empresa?



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Uns vinte anos antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então o senhor tem condições de precisar o período em que trabalhou, de tanto a tanto? Qual foi o período que o senhor trabalhou, por gentileza.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Todo o período que ela esteve na ponte, eu estava na empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas eu gostaria que o senhor dissesse os anos, iniciou o ano tal e encerrou o ano tal, por gentileza.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — É, eu não tenho mais esses documentos, procurei... até peço licença para esclarecer, se me derem mais um tempo eu posso trazer documentos, porque eles existem. Mas eu não tenho hoje, trinta anos depois, dizer exatamente quando comecei. Mas eu acho que dois anos e meio, começando em mil novecentos e... em 90, mais ou menos, e indo até 92, ou coisa parecida, né? Mas eu posso, lógico que eu não tive tempo também, como é um documento de trinta anos, vinte e oito, vinte e nove anos atrás eu não tive ainda acesso a eles, né? Mas eu posso trazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Sebastião, o senhor foi convocado para prestar depoimento na qualidade de testemunha, a fim de prestar informações quanto ao assunto que o senhor tomou conhecimento, que é a verificação de investigar eventuais ilicitudes praticadas nas obras da reforma da ponte.

O senhor tem o direito de ficar calado se o senhor desejar, a lei lhe dá essa condição. Mas também quero perguntar a vossa senhoria se o senhor faz o juramento de dizer a verdade somente a verdade no dia de hoje nesta Comissão.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Juro somente falar a verdade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) —
Assumido o compromisso por parte do senhor Sebastião Moraes Mattos, vou abrir a palavra ao Relator da CPI, Deputado Bruno, para que, por primeiro, possa fazer as perguntas ao senhor Sebastião.

A dinâmica será da seguinte forma: o Deputado Bruno faz a pergunta e o senhor Sebastião responde.

Vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Sebastião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Só um pouquinho. Solicito à assessoria que consiga um bloco de notas e uma caneta para o senhor Sebastião para que possa, se quiser, eventualmente, fazer anotações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Inicialmente agradecemos a presença. A ideia da CPI é conseguir esclarecer toda uma história que existe em relação a um monumento que é símbolo da nossa história de Santa Catarina. E o senhor fez parte de alguma forma desse período, e todos aqueles que se envolveram de alguma forma em um contrato, em um instrumento contratual, podem ser convidados a estarem aqui.

Então o senhor vem hoje na condição de testemunha, e agradecemos por isso, para que a gente possa desenvolver bem o trabalho.

Eu tenho um rol de perguntas aqui. E queria começar perguntando — acredito que o senhor já respondeu ao Deputado Marcos Vieira —, o senhor era sócio administrador da empresa Vivenda, num período contrato PJ nº 046 de 1990, executados entre setembro de 1990 a janeiro de 1992? O senhor era o sócio administrador?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Era sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quem era o gerente técnico na empresa nesse período?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — O gerente técnico era o senhor engenheiro Vilmar Tadeu Bonetti. Mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E ele...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Só complementando. Mas na ponte, no tempo do contrato, como nas obras outras tinha um engenheiro responsável, né, não é... ele era o responsável técnico da empresa, mas tinha um engenheiro que estava aqui, locado aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra o nome dele?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — *(Pausa.)* Mas tem os documentos lá que eu vou achar que tem o nome dele...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor consegue...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — ...todos os funcionários, todos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor consegue comprovar quem era o...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Porque era uma, uma norma mais minha do que da empresa de guardar folhas de pagamentos. De ano em ano guardar uma folha de pagamento pra que... a Previdência podia daqui a pouco pedir alguma... requisitar alguma coisa daquela pessoa quando ele fosse se aposentar, eu tinha como apresentar. Isso eu tinha... eu tenho uma pasta lá que tem coisa de vinte anos, vinte e cinco anos eu tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) —Então o senhor tem registro de quem trabalhou nessa obra...



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Tenho, tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...quem foi o... Além do responsável técnico, então eu suponho que o senhor também tem o registro dos outros funcionários que trabalharam...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Todos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...na obra?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Todos. Porque isto é uma coisa que eu guardava pessoalmente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — ...porque eu já sabia que lá na frente eles vinham pedir pra justificar a Previdência, pedir... então eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor tem essa documentação?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Tenho. Não de... um, ou dois, ou três... duas, três folhas de pagamento, né, não de todas as folhas de pagamento. Que eu guardava uma folha de pagamento a cada período.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas num período...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Num período.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...o senhor tem?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Tenho. De um pra prova... uma prova lá eu tenho de quantos trabalhavam, quem eram, vão encontrar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

E qual era a sua relação com o senhor Vilmar? Era uma relação... o senhor pode classificar a natureza da relação entre o senhor e o senhor Vilmar Tadeu que era...



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Nós éramos sócios.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era sócio?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Nós éramos sócios. Ele participava da empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom, e porque ele se retirou, qual o motivo que justamente o responsável, o gerente técnico, se retirou da empresa?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Como é?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E qual foi o motivo que ele se retirou da empresa?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, a empresa parou, né? A empresa continua hoje porque, na verdade, ela tem um precatório para receber do governo do Estado, e como esse precatório está há 30 anos, agora, parece que ele se decidiu aí... Eu não posso dar baixa na empresa, porque se eu der baixa no CGC eu não posso abrir uma conta para receber o precatório, simplesmente isso. Ela não estava em funcionamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas ele podia ter seguido com o senhor também. Houve algum motivo específico para ele se retirar...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e o senhor continuar?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — ...porque nós combinamos que ele sairia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi uma combinação entre os senhores.



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Foi combinado entre sócios, assim como ele entrou a empresa já existia. Ele veio participar da empresa e depois resolveu sair, nós fizemos um acordo lá, e ele saiu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Sebastião, a empresa firmou algum contrato com o Estado no ano de 1990 relativo à Ponte Hercílio Luz? O senhor lembra dessa referida contratação? É importante a gente ter isso nos autos.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Vossa excelência poderia repetir a... eu não ouvi bem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. A empresa firmou algum contrato com o Estado no ano de 1990 relativo à Ponte Hercílio Luz? O senhor lembra da referida contratação?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sim, nós trabalhávamos na ponte. Nós fizemos manutenção, não restauração, né, nós fazíamos a manutenção. Posso até esclarecer por que que nós chegamos na ponte. Porque nós... a Vivenda Construções fazia a manutenção do Porto de São Francisco. Naquele atestado nós entramos na licitação da ponte. Eu não quero me adiantar, mas parece que nós só entramos na ponte por mandado de segurança. Vossas excelências têm mais possibilidade, até porque isso já é uma coisa que pra mim já fica difícil de acessar, mas nós demos o melhor... o menor preço, mas fomos desclassificados. Entramos com o mandado de segurança e a Justiça mandou que nos contratasse.

Então, isso se pega no *site* do Tribunal de Justiça. Eu não tenho, não tive tempo, não tive... eu estou praticamente sozinho hoje, né, minha esposa faleceu há pouco tempo, e eu não estou muito envolvido nesses assuntos. Mas, quase certeza, a Vivenda entrou no contrato da Ponte Hercílio Luz via mandado de segurança.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os senhores tinham a oferta mais barata...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — E não fomos contratados.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e não foram contemplados.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — E me lembro que na época fui eu que... Bom, se eu tenho o preço melhor, devo ser contratado, tenho os atestados de capacidade técnica. Como nós tínhamos entrado, conseguido entrar na licitação pelos atestados, nós... eu entendia que, entendo ainda hoje, quem oferecer o melhor preço...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — É a norma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra ainda quem era a outra empresa, não?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Era uma empresa que já existia lá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra o nome?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — ...anteriormente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não lembra o nome?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não lembra o nome.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Mas já estava lá anteriormente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. E quais foram os serviços contratados da empresa do senhor? Especificamente, quais foram os serviços contratados?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Olha, essa é uma dificuldade, porque se vossa excelência me perguntar pelos trabalhos



contratados no Porto de São Francisco, eu poderia... mas era manutenção, jateamento, aplicação de fundo. O material, era o... na época DER, né, que fornecia lá em São Francisco, era a empresa que controlava o Porto que fornecia o material, que é tinta, fundo, essa coisa. Nós fornecíamos equipamentos e homens.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas na Ponte Hercílio Luz quais foram os serviços que o senhor prestou?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Agora na ponte, eu... era só manutenção, era jatear, pintura, trocar parafusos. É fazer a manutenção corriqueira da ponte.

Nós, eu não posso... Eu tenho certeza que no Porto nós saímos muito bem porque tinha lá uma fiscalização rigorosa que era da fabricante da tinta, e eu me lembro bem porque ele conversou várias vezes comigo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E na Ponte Hercílio Luz, não...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não lembro disso. Não, acho que não houve isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...não havia fiscalização.

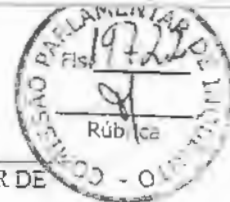
O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — É. Lá o fabricante da tinta dá uma garantia, né, tantos anos só pra aquela qualidade da tinta...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — ...ela vai resistir naquela situação. Então, o que é que tinha? Nós tínhamos que aplicar tantas micras... tanta...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — E o engenheiro da Sumaré, eu lembro bem porque ele conversou muitas vezes comigo, às vezes dizia:



“Olha, tem que aplicar tantas micra, se não aplicar, tem que refazer o serviço.”.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra quantos funcionários trabalharam na Ponte Hercílio Luz...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Olha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ... da empresa do senhor?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Hum... provavelmente uns 25, 30, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De 25 a 30?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS —É. Não... tinha mês que tinha mais, tinha mês que podia ter menos, né, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Sebastião, eu analisando o histórico da sua empresa percebi que o senhor tinha um histórico em alguns outros ramos.

A sua empresa já tinha prestado algum serviço similar ao da Ponte Hercílio Luz — além do Porto — de manutenção, ou reforma em estruturas, especificamente, metálica de grande porte?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não lembro isso, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Já tinha, não tinha experiência?...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — A última obra que eu fiz de estrutura, que nós fizemos foi a ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A ponte.

E, anteriormente, já tinham feito alguma estrutura desse tipo?



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — No Porto. Fizemos alguma coisa eu acho na ICC, no tempo da ICC, né, que também já não existe mais. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Fizemos alguma coisa, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra se os serviços foram executados, prestados integralmente ou parcialmente? Na Ponte Hercílio Luz o senhor prestou integralmente o serviço, eles foram todos executados?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Eu tenho a impressão, não... isso nós podemos ver depois, né? Que eu peço licença exatamente pra isso, pra abrir um parêntese que eu possa verificar documentos e encaminhar pra CPI para que eu possa colaborar melhor com a verdade. Eu não posso dizer aqui, de lembrança com segurança, que tipo de serviço foi.
[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]

Eu acho que nós tivemos um contrato, se não me engano, de dois anos. Aí foi feito (*sic*) uma nova licitação. Nós tivemos algumas dificuldades na segunda licitação, como tivemos na primeira também, tanto que, se houve um mandado de segurança é porque houve alguma dificuldade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A segunda licitação que o senhor se refere foi quando?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Essa de 90, né, a primeira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, essa foi a primeira?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — A primeira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E a segunda que o senhor se refere?



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Eu acho que nós entramos na segunda... eles tiveram que nos contratar, mas eles começaram a ficar nos devendo, aí nós rompemos o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Eles pagaram e contrataram a outra, né, que eu não sei quem é.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ao final, então, o senhor... o rompimento foi a partir dos senhores?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Eu acho que nós não chegamos no fim do segundo... do segundo contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então não foi prestado integralmente o serviço? Não foi executado integralmente?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Nem executado nem recebido, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E alguma, alguma parte do serviço prestado pelo senhor foi terceirizada?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nenhum?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra, mais ou menos, com certa precisão, durante quanto tempo foram executados os serviços? Quanto tempo a sua empresa ficou efetivamente no local fazendo trabalho?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Quanto tempo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso. Quanto tempo durou o seu trabalho efetivamente no local?



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Nós estivemos lá de... o senhor mesmo... vossa excelência mesmo já disse, de 90 a 92. Os contratos normalmente era de dois em dois anos. Então nós não terminamos o segundo. Nós ficamos nesse período entre 90 e 92.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, efetivamente, ficaram então durante todo esse período?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sim. E depois entrou outra empresa, que eu acho que era a que estava antes também, acho eu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E a empresa que entrou posteriormente era a mesma que tinha...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Acho que é.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...participado do primeiro certame? É isso?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — É. Eu com a direção do DER, eu só tive um contato, e foi quando eles me chamaram pedindo para rescindir o contrato porque... e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual o motivo?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Como eles estavam já, já... dificultando o pagamento, o quê que eu fiz? Vocês me pagam os atrasados e eu saí. E saí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas e eles estavam... Qual o motivo alegado pelo atraso do pagamento? O senhor pode nos...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Ah, isso é difícil explicar. Porque a mim ninguém pediu nada nem eu ofereci, mas é difícil explicar nas obras públicas como é que você recebe.



Eu até fiz um bom trabalho para o Senai. Receberam tudo direitinho, tá, o.k.? Quando nós vamos fazer um trabalho, que nós estamos aí com um precatório, que é a obra da penitenciária de São Cristóvão do Sul, se eu não me engano, nós estamos para receber até hoje.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra?...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Então, como é, vossa excelência me perguntou por que tinha dificuldade para receber. Colocam dificuldade, colocam. Tanto que essa... esse precatório praticamente ia falir a empresa, porque você constrói uma obra num local difícil, como era lá a Penitenciária de São Cristóvão do Sul, não recebe, você fica com problema de folha de pagamento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — ...você fica com problema de Previdência Social. E nós...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor diria que foi... que teve que romper um contrato importante.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — É, e pra mim também é melhor romper o contrato do que continuar e ficar pendente como eu fiquei nesse aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E a outra empresa, o senhor lembra se era a Roca?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Olha, tem um nome parecido com isso, eu não tenho certeza, mas é Roca ou Rocão ou coisa parecida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, não, vossa excelência, me permite, eu não estou dizendo aqui nenhuma... fazendo nenhuma alegação contra a Roca, nem conheço. Eu não conheço nenhum,



nenhum sócio ou diretor da Roca, mas a Roca estava antes de nós. Nós entramos com mandado de segurança, a Roca continuou depois de nós.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi.

E ainda no seu contrato foi necessário prolongar ou fazer um aditivo ao seu contrato? Foi necessário fazer algum prolongamento no contrato inicial com a sua empresa?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Acho que não, acho que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não lembro, mas eu acho que não teve... não foi... não houve prorrogação nem aditivo para fazer obras outras, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra se foi confeccionado, na época, algum relatório de execução de obra realizado? O senhor lembra disso? Se foi feito algum relatório de obra realizada? Se a sua empresa confeccionou algo em relação ao que foi feito?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Excelência, era hábito — como é hábito das empresas —, quando faz um serviço, por exemplo, como a manutenção do Porto de São Francisco, a manutenção da ponte, num determinado momento, pedir um atestado de capacidade técnica, né, que o habilita. Nós... isso eu pedi na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas eu me refiro...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Mas o porto forneceu a EPC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu me refiro ao senhor, a obra que o senhor fez na Ponte Hercílio Luz. Tinha algum relatório sobre a sua execução? O que o senhor fez lá?



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não. Não. Tinha as faturas e as faturas explicam direitinho o que... o serviço feito. E a nota fiscal emitia a fatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, da parte da sua empresa, não foi confeccionado nenhum relatório em relação aos serviços efetivamente confeccionados, realizados na Ponte Hercílio Luz?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, nós tínhamos, as obras têm um diário de obras. É bom que esclareça isso, tem um diário de obras. No final do dia, é diário, no final do dia a empresa tem que dizer o que fez, a etapa que cumpriu e, depois, o fiscal da obra da contratante tem que passar o visto, tem que conferir e passar o visto. E muitas vezes não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E esses diários de obras foram realizados?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Foram. Eles têm que ter, né, porque eles pagariam mediante diário de obra e o atestado do, do...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor recebia mediante a apresentação dos diários, era isso?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Ia até diário de obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra como eram feitas as medições?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Nós tínhamos trabalho, se não me engano, como nós tínhamos o Porto, hora-máquina, hora-homem-máquina. Nós tínhamos no Porto algumas dificuldades, eu reconheço porque lá tinha muito... muita umidade em São Francisco. E era no... na... como devia ter aqui também. Só que lá eles tinham um cuidado maior. Isso eu já sei, porque eu dizia pra eles na época: "Bom, então você aplica uma pintura em um dia úmido...". [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor se refere à Ponte Hercílio Luz?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Hein?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor se refere à Ponte Hercílio Luz ou ao Porto?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — O Porto... os dois, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque eu pediria que o senhor se...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Porque o Porto é no mar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...mantivesse na Ponte Hercílio Luz.

Como que era feita a medição na ponte, exatamente? Era hora-máquina? Como que eram feitas as medições?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Tinha, tinha um fiscal que via quantas horas e quantos homens trabalhavam. E assim era no Porto, eu me lembro bem, né, porque eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, mas na Ponte Hercílio Luz?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — E pagava por horas trabalhadas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então na Ponte Hercílio Luz, o senhor está me dizendo...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Deveria ser o mesmo tipo de contrato, que era praticamente em todos os lugares isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra dessas medições? Na ponte ali? Porque o senhor lembra muito bem do Porto, mas lembra também das medições na Ponte Hercílio Luz?



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sim. Ô, ô, ô ...a fiscalização tinha que assinar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então eu retomo a pergunta: e como eram essas medições?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, eu não participava disso, né? Eu era administrador...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ah, o senhor não participava?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Hein?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não participava das medições?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, porque eu tinha o engenheiro aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E no Porto participava?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não. Eu conversava mais com o Porto, né, porque esse pessoal da Sumaré tinha mais contato pessoal comigo. Às vezes vinha dizer: "Olha, isso aqui vocês têm que melhorar e tal, né?".

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E na Ponte Hercílio Luz ninguém tinha esse contato com o senhor?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, nunca, nunca tiveram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nunca teve contato com o senhor?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Só o respon...



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Contato que eu tive com eles foi apenas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E com quem o senhor mantinha contato sobre a obra da Ponte Hercílio Luz? Só com o seu responsável?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Com o engenheiro, a parte técnica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor não lembra o nome dele?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, eu estava em Criciúma, e ele estava aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor não lembra quem era?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Eu tenho lá, o nome dele tá na folha de pagamento, porque ele era, ele era engenheiro da equipe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor manteve contato com ele durante dois anos, mas não se recorda o nome dele?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, com ele eu conversava, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra quem era essa pessoa?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não lembro o nome hoje, mas eu me lembro (n) da fisionomia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Lembra da fisionomia, mas não lembra o nome? Mas lembra quem era?



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Lembro, né? Tá na folha, e essa folha que eu prometi trazer vai estar o nome dele, né, porque ele também era pago pelo contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor tem alguma cópia desses diários de obras que foram realizados?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, hoje não tem mais, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não tem?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não. Não porque a gente guarda isso por cinco, seis anos, depois... Diário de obra é, é volume muito grande, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas como o senhor falou que guardava também o relatório para Previdência dos seus funcionários, imaginei que talvez o senhor também tivesse esses diários de obra também.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, eu... O diário...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor teve... O senhor ainda tem, por acaso, teve algum tipo, teve algum termo de recebimento da obra? Quando o senhor terminou, encerrou o contrato, o senhor recebeu algum termo, da parte do governo do Estado em relação à obra?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Acho que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algo que me... Que eu fiquei um pouco curioso aqui: a sede da sua empresa é em Criciúma?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom, então... Durante o ouvi... No tempo que vigorou esse contrato — porque afinal foram quase dois anos — foi mobilizado algum canteiro de obra?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sim. O... A contratante, ou contratante — na época acho que já era DER ainda, né, hoje Deinfra, não é isso? — e eles forneciam, na cabeceira continental da ponte, um local aonde tinha refeitório, e dormitório, e nós guardávamos os nossos equipamentos lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quais eram os equipamentos que o senhor usava?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Era já... Hein?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quais eram os equipamentos mobilizados da sua empresa que estavam lá?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Ah... daqui eu não sei se tinha jato de areia, mas lá em... que hoje nem se usa mais o jato de areia, né, hoje, mas em São Francisco era jato, era compressor. Mas aqui acho que eles forneciam compressor também. Então nós tínhamos, ah, os equipamentos de pintura...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor visitava com frequência o canteiro das obras?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas chegou...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Porque eu tinha, eu tinha engenheiro, né, pra isso.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas com certeza veio algumas vezes *in loco*...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...para verificar a obra?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — A folha de pagamento vinha lá de Criciúma, naquele tempo não tinha a facilidade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E aí era o senhor que fazia os pagamentos?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Hein?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era o senhor que fazia...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...os pagamentos?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, mandava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra das condições estruturais da Ponte Hercílio Luz na época? Alguma memória do senhor sobre como estavam as condições da ponte naquela época?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não eram tão precárias, né, não eram tão precárias. Eu lembro que se trocava (*sic*) lá parafusos, rebites... que, quando ia pro... num atestado de... de... quando nós... Quando eu pedia um atestado de capacidade técnica para fornecer, eu me lembro que tive uma dificuldade até... acho que deve ter um ofício aí... e dizia o seguinte: Ah, o atestado de capacidade técnica de uma obra de



engenharia é dado por um engenheiro, né? Eu não sou da área de engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas a sua percepção sobre a ponte na época?...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Aí quem me deu esse atestado, que pra mim não serviu, foi uma economista.

Aí eu fiquei: "Pô, mas como uma economista?... como é que vou levar esse atestado, passado por uma economista, dizendo o que foi feito na ponte, o quê que nós prestamos de serviço.

E isso eu fiz um ofício para eles, dizendo: "Não, isso não serve como atestado de capacidade técnica.". É um médico [que] dá um atestado de capacidade técnica de engenharia, né, não servia para mim. E isso eu me lembro que eu fiz por correspondência, né, pedindo que quem desse o atestado fosse a área técnica da contratante, porque senão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Sebastião, o senhor me falou também que a maior parte do seu trabalho era jateamento, a troca de parafusos. E esses serviços eram realizados por 25 pessoas, em média, era isso? Durante todo o período?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — É, tinha o encarregado, tinha o engenheiro, tinha o encarregado. A maioria era pessoas que a própria contratante dizia que tinha capacidade técnica. Alguns vieram de Criciúma — que nós tínhamos alguns —, mas a maioria.... Vamos esclarecer: a maioria já vinha da (*ininteligível*). Porque era quase uma exigência deles: "Não, eles já conhecem como é o serviço, e tal". E já vinha muita gente da empresa que tava lá anteriormente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra do estado — é uma pergunta [que] para nós é interessante — das rótulas que ficavam na base das torres principais? [Os chamados pilones, que são aquelas torres principais, o senhor deve conhecer muito bem, já que teve um contrato lá. O senhor lembra de algum estudo ou avaliação



específica sobre essas rótulas? Lembra se a Vivenda prestou algum tipo de serviço e manutenção para essas peças específicas? *Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Ana Rita M. de Souza*

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra nenhum comentário da situação dos pilones? O senhor não lembra?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não. Eu sei que na época já se falava que tem uns olhais lá que precisavam ser trocados, mas era um serviço especializado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sobre os pilones nada?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — ...não era da capacidade nossa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor... O senhor tem algo para nos acrescentar sobre as condições estruturais da ponte? Se elas denotavam alguma realização de manutenções periódicas além da sua? Porque pelo que eu entendi a sua empresa foi contratada para fazer as manutenções periódicas. É isso?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — É, corriqueira, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Além disso, o senhor lembra se era, se algo fazia falta à época, se existia alguma manutenção que deveria ter sido feita e não fazia? O senhor lembra de algum detalhe desse tipo?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra se mais alguma empresa na época executava algum serviço na Ponte Hercílio Luz?



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eu acho que ninguém prestava serviço lá. Pelo menos o canteiro de obra lá, que é da própria contratante, era ocupado por nós, pela empresa Vivenda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não tinha outra empresa lá. Eu acho que não tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Durante o seu serviço lá, como que funcionava a supervisão por parte o hoje, Deinfra? Era diária? Eles estavam presente na obra? Como é que funcionava essa supervisão?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Nós tínhamos o engenheiro responsável da empresa, tínhamos encarregados que era mais ou menos ditados por eles, por quê? Porque eles diziam que já tinham experiência, essa coisa toda. Tínhamos encarregados, tínhamos o pessoal jatistas, pintores...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É da parte do Deinfra?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS - ...nós.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu sei. Da parte do Deinfra tinha alguma supervisão?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Tinha. Tinha que ter um engenheiro fiscal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Estava sempre lá presente?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Devia estar, né? Eu não... eu não... Como eu disse anteriormente, eu não participava no dia a dia ali. Mas o de engenheiro fiscal tem que... com outras obras, ele passa o visto diariamente... porque, às vezes, a gente tem dificuldade. O engenheiro fiscal não vem passar o visto...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Aí eu fico com o diário de obras sem assinatura do fiscal. Se eu não tiver assinatura do fiscal eu não posso confirmar que a, que a, que a parte que eu ditei ali eu escrevi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E ao final do contrato ainda existiam muitos serviços necessários a serem feitos?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Sim, aquela manutenção que nós fizemos ela teria que ser uma constante né? Como era constante no porto, era constante ali. Ela tem que ser... a ponte tem... mas não eram serviços grandes, eram serviços...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E foi requisitado para o senhor algum tipo de serviço que não fossem esses do contrato?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eu acho que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Sebastião, o contrato foi firmado no dia 05/09/1990. Ele foi, à época, um valor de 304,401 mil cruzeiros, sendo, quatro dias após, foi assinado o primeiro termo aditivo, acrescentando mais 15 milhões de cruzeiros. O senhor lembra por que isso aconteceu? E o senhor pode nos explicar?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Por que foi apenas quatro dias após assinado o contrato veio logo o primeiro aditivo?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E de um valor de 300 mil foi para 15 milhões. O senhor lembra o porquê disso?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não lembro. Nem tava pensando agora em aditivo porque se eles disseram... porque parece-me que era hora-máquina. Eu tenho um compressor e tenho o operador do



compressor e, no final, trabalhou seis horas no dia, anota lá que fez seis hora, o fiscal passou o visto e eu vou cobrar aquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas, e esse aditivo foi por conta disso? Quando foi...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não. Eu não lembro do aditivo. Não lembro. Posso... Pode ser que eu ainda tenha alguma coisa lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É porque o, o, na verdade, essa diferença de valor chama muita atenção...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – É uma coisa até meia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sair de 300 mil para um aditivo de 15 milhões. Então, o senhor não lembra o...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Até me surpreendo disso. Me surpreendo... Porque, se é quatro dias depois, não teria razão para fazer um aditivo de, de... A não ser que eles tenham deixado algum serviço fora que depois...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor não lembra desse aditivo?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não. Não me lembro do aditivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu vou lhe entregar um documento agora, senhor Sebastião, que... eu gostaria de perguntar se o senhor reconhece a sua assinatura no segundo termo aditivo ao contrato, justamente esse que nós estamos falando.

(O senhor Relator passa às mãos do depoente o documento.)

O senhor reconhece essa assinatura?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eu vou pegar minha identidade...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não, é uma pergunta que eu lhe faço. (Ri.)

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – ... parece que isso aqui não é meu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A é. (Ri.)

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Pelo menos aqui, assinatura Sebastião Moraes Mattos. A identidade vai dizer qual é a minha assinatura. É a que eu uso desde os 18 anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Essa assinatura então...

O SR. PRESIENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno, vou tomar a liberdade de encaminhar a vossa excelência a identidade para vossa excelência fazer uma conferência. De forma rápida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor pode então, por favor, apenas confirmar verbalmente para registro que essa não é a sua assinatura.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – É só conferir pela minha carteira de identidade com aquela lá... não. Que não é a minha assinatura. Essa aí não é a minha assinatura. Tem um tal de José aí se não me engano, né?

O SR. PRESIENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno se vossa excelência me permite, ele faz referência a esta assinatura aqui que não é dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, sim, isso. A que está em referência ao nome dele.

O SR. PRESIENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Ao lado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso. Apenas para registro então. O senhor...



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Se me permite, vou dar mais uma olhadinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Apenas para registro aqui da nossa... para registro da Comissão, o senhor não reconhece...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Essa assinatura aqui não é minha!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E não há nenhuma assinatura nesse documento do senhor? [*Transcrição: Ana Clara Mota*]

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – A não ser se tenha sido um procurador que eu também acredito que nós não teríamos dado procuração. Não estou dizendo que não fosse, mas se fosse por procuração tinha que botar o *PP* aqui... Tinha que identificar o procurador. Eu não posso dar uma procuração e, e, botar no contrato sem identificar que tá representado pelo procurador tal. Então, esta assinatura aqui absolutamente não é minha!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu faço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, vou me permitir dizer que a identidade que se encontra na minha mão tem o número 6R/77.780 e foi expedida no dia 04/11/1988, pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina.

Vou solicitar à assessoria que fotocopie a identidade dos dois lados, de forma colorida, e faça a devolução dos documentos ao Deputado Bruno.

Deputado Bruno continua com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Sebastião, eu peço desculpas por mais uma última pergunta relacionada a esse tema ainda, mas apenas para que no futuro a gente não precise entrar



em... novamente incomodar o senhor e para registro também. O senhor não tem nenhuma outra assinatura registrada em cartório além da sua identidade?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não tem nenhuma outra? Esta é a única que o senhor usa?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não. Não tenho, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É a única que o senhor usa?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – A minha assinatura é essa aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – É a da carteira de identidade. Eu tenho isso desde contador, no começo da minha vida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tudo bem...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Era a assinatura que eu assinava como contador e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Sebastião...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eu me formei em contabilidade, como técnico em contabilidade em 1957. Eu assino assim desde 1958, no mínimo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Uma última pergunta ao senhor. O senhor Vilmar entrou na sociedade em 1988...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Uhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Assumindo a gerência técnica. No período de setembro de 1990 a janeiro de 1992, a



empresa Vivenda recebeu recursos do Deinfra pela manutenção na Ponte Hercílio Luz. Sendo que em maio o senhor Vilmar saiu da sociedade. Teve alguma relação com esse contrato, já que os prazos, as datas são muito próximas, em janeiro acabou o contrato do senhor com a Ponte Hercílio Luz e em maio o senhor Vilmar se retirou da sociedade? Existe alguma relação nos fatos ou é mera coincidência?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – 88?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ele entrou em 88, saiu em junho... em maio de 92. Ele saiu em maio de 92. O seu contrato venceu em janeiro de 92, ou seja, ele saiu quatro meses depois. Existe alguma correlação nisso ou é mera coincidência?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não. Excelência houve um desequilíbrio financeiro na empresa. Exatamente, porque o Estado... eu não gostaria de usar a palavra, mas a palavra equivocada é essa, nos deu... não estou falando de pessoas, estou falando do Estado, o Estado nos deu calote! Então, a empresa ficou inviabilizada, por isso nós resolvemos abrir a sociedade. Ali era um técnico, era um engenheiro, bem mais novo do que eu, ele que fosse cuidar da vida dele e eu fui cuidar da minha. Mas... Tanto que eu estou aqui reafirmando: o Estado não pagou uma obra, e inviabilizou a empresa, que só não foi à falência, porque se desfez de alguns patrimônios para pagar fornecedores.

Eu fui, em razão desse precatório que nós ainda estamos recebendo, processado criminalmente por ter me apropriado, dizia lá a Procuradoria, do dinheiro da Previdência. Fui absolvido em primeira instância e fui absolvido em segunda. Por quê? Eu não pagava, porque não tinha os recursos para pagar. Está na sentença, eu posso juntar para vocês... do Tribunal Regional da 4ª... que foi o Estado que levou a empresa a estado falimentar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – O seu Vilmar Tadeu Bonetti saiu, porque nós não tínhamos mais condições de trabalhar. Eu já... repito



também, nós não tínhamos condições de trabalhar e nem de dar baixa na empresa, porque se nós déssemos baixa nós não estaríamos recebendo o precatório agora. Fica uma coisa meia... um imbróglio, né?! Que daí eu não posso dar baixa e não posso trabalhar, porque não tenho dinheiro para trabalhar, mas se eu der baixa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – ... que era muito melhor para mim, dar baixa logo. O Bonetti saiu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo. Senhor Sebastião...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – ... e eu dava baixa, pronto. Mas aí se eu desse baixa... agora, o juiz manda uma notificação, uma intimação para apresentar a conta para ele depositar o precatório, como que eu ia apresentar uma conta...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Sebastião...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – ... se eu não tinha CGC, tinha dado baixa na empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor gostaria de acrescentar alguma informação? Gostaria de deixar algo registrado na Comissão, algo que o senhor possa acrescentar para ajudar os trabalhos desta Comissão? O senhor, para finalizar, gostaria de deixar alguma informação?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eu não posso dar informação, excelência, agora, mas eu posso acrescentar documentos que eu tenha, que eu vá encontrar. Eu já disse, eu fiquei viúvo há pouco tempo, mudei tudo pro... mudei escritório, então, eu tô com... está tudo em inventário, mas, diante daquele fato que vossa excelência me apresentou por último aí, quem quer investigar sou eu!



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Sebastião...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eu vou apresentar os documentos que me estiverem à mão... se vossas excelências desejarem, né?!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Com certeza.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eu não posso trazer documento que a CPI não queira. Eu sou contribuinte, vossas excelências são Deputados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – De minha parte eu estou satisfeito, se puder contribuir com a documentação, a CPI, nós agradecemos na Comissão.

De minha parte eu estou satisfeito, Presidente. Senhor Sebastião, muito obrigado pelas suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Antes de passar a palavra para vossas excelências, eu quero solicitar ao seu Sebastião que reafirme o compromisso de enviar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito os documentos que vossa senhoria se referiu. Gostaria que o senhor assumisse o compromisso perante esta Comissão no microfone, declarando que assume o compromisso de entregar a esta Comissão documentos de interesse da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Todos os documentos que eu ainda tiver e tenho alguns, senão muitos, mas poucos, mas tenho, porque uma das coisas que eu guardo comigo é as folhas de pagamento, não todas, mas uma por ano ou uma a cada seis meses, para que isso repercuta na aposentadoria. Não era com essa intenção de hoje aqui né? A intenção é a seguinte, alguém vai pedir... a Previdência quer que ateste que ele trabalhou lá, tal, tal, tal... Eu tenho que ter algum documento.
[Transcrição: Bruna Maria Scalco]



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor assume o compromisso?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Esse eu assumo o compromisso de entregar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ok.

Senhores Deputados, vamos agora colher informação ou também eventual questionamento dos senhores Deputados.

Pela ordem, Deputado Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Boa noite, Senhor Sebastião.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — No processo de fiscalização da obra que você fazia todo final de dia, para a liberação mediante aos pagamentos, no laudo, era feito algum tipo de documento, fotografia para realização da prestação do atestado de qualidade do serviço? Era feito algum comprovante físico diário dessas fiscalizações ou não?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, nós dava... em toda obra. Eu estou falando agora na parte geral de construção, é...vai fazer uma obra para o Senai? Eles têm um engenheiro fiscal. Nós fazemos o diário de obras diariamente, diário, o nosso engenheiro assina e o engenheiro fiscal tem que confirmar ou fazer as ressalvas, muitas vezes feitas, né? Que tal serviço não ficou com a qualidade é o fiscal que determina isso, né? Eu não acredito que tenha um documento onde ele foi fotografar, porque isso, naquele tempo, também não era tão fácil né? Mas... Olha, eu agora já fiquei meio... como diz... vossa excelência me perdoe, mas eu fiquei meio cabreiro, depois do que eu vi aí (r), eu fiquei, eu fiquei... eu sou um homem de oitenta anos e parece que eu nunca passei por isso.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — O senhor, em um momento, falou que não teve aditivos e, depois, foi apresentado, você ficou um pouco balançado ali, já não sabia mais se teve, se não teve, foi apresentada a sua assinatura, a sua suposta assinatura, você acha que alguém falsificou a sua assinatura?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, eu não estou dizendo que falsificou, mas que aquela assinatura não é minha, não é minha. Se... eu não li, vossa excelência, eu tenho, eu dou totalmente crédito à Comissão. O contrato, se é um aditivo, o Relator diz que há um aditivo, então, o aditivo devia ser assinado por mim. Se não é a minha assinatura...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — É assim, às vezes, no cartório a gente pode, como ele fez a pergunta antes, a gente pode registrar outros tipos de assinatura.

Para deixar isso 100% esclarecido, se poderia a gente fazer um contato com o cartório para que a gente veja quais assinaturas você faz o registro, quando você vai fazer aquela assinatura no cartório, comprovada com cartório.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Para que a gente possa fazer essa comparação, sem problemas para o senhor? A gente solicitar essas assinaturas que o senhor usa para autenticar a sua assinatura?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Faço questão, eminente Deputado, faço questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — A CPI pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Me permite, Deputado Jessé.

Senhor Sebastião, o que o Deputado Jessé Lopes está afirmando é de que, solicitando, que o senhor indique o cartório, ao que o senhor tenha



assinatura, um, dois ou três cartórios, a cidade, a localidade, para que essa Comissão possa oficial o cartório, requisitando cópia do cartão de assinatura, é isso vossa excelência? É isso, Deputado Jessé?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor concorda com isso?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então vossa excelência assume o compromisso de indicar os cartórios?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Assumo o compromisso, posso indicar agora alguns cartórios, devo ter outros, mas alguns cartórios. Lá em Criciúma, vossa excelência é de Criciúma?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Sim.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Conhece que tem um cartório na frente da Caixa Econômica Federal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Sim.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Ali eu reconheço firma constantemente, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então, o senhor Sebastião, vai indicar os cartórios e esta Comissão, já de pronto, deixa aprovada a emissão de ofícios pedindo o cartão dos cartórios.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso. Era essa a minha sugestão, para deixar já o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Continua com a palavra vossa excelência.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Eu gostaria que o senhor orientasse algum prazo para que ele pudesse apresentar os documentos, para melhor organização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Nós vamos fazer o ofício requisitando os documentos em posse dele, e vamos dar sete dias para a apresentação.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Excelência, se for possível me dê mais. Estou com um monte de documentos numa sala, e eu tenho necessidade de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, a ponderação feita pelo senhor Sebastião é pertinente, vamos dar o mesmo prazo que foi dado para as empresas, quinze dias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quinze dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Quinze dias.

Deputado Jessé Lopes satisfeito?

Deputado Sargento Lima, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Senhor Presidente, o meu questionamento era realmente sobre esta Casa aqui deliberar sobre o prazo, sobre esta Comissão falar sobre o prazo. Então já que foi acertado em quatorze dias, para mim sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Jerry Comper, sem manifestação. Deputado Fernando.

Com a palavra Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Bom, primeiramente obrigado senhor Sebastião pela sua contribuição.

Primeiramente eu faço uma sugestão de encaminhamento no... Há cinco aditivos com relação ao contrato, o senhor não tem obrigação de



lembrar, são cinco aditivos, e no aditivo que há esse questionamento sobre a assinatura, há duas testemunhas que só tem assinatura, não tem o nome, e há também o nome do senhor engenheiro Edgar Roman - que eu acho que já foi apresentado na lista de pessoas que o Deputado Bruno sugeriu como testemunha -, então, que se faça o questionamento ao engenheiro Edgar Roma sobre quem assinou esse contrato aqui, já que todos de os outros quatro a assinatura muito parecida com a primeira que é do contrato.

E, já que o senhor se comprometeu em encaminhar a documentação que os Deputados questionaram, o senhor não precisa responder hoje, mas há, senhor Sebastião, cinco aditivos assinados com a sua empresa - um dos aditivos tem aquele questionamento da assinatura -, e três deles, tratam sobre acréscimo de valor. Então se o senhor pudesse nos encaminhar sobre o que se tratam esses três aditivos, do que se tratam esses acréscimos, somente isso.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS - Eu não tenho condições de responder isso agora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nesse momento, não tem problema.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Se eu puder, se eu encontrar... Excelências, quero dizer, eu não estou aqui me assumindo aqui o compromisso de mandar tais, tais, tais documentos. Aquilo que eu achar na pasta, como eu sei... Essa pasta, por isso que eu peço mais tempo, essa pasta não guarda documento, folha de pagamento do contrato da ponte, guarda quase todos os contratos que não era... tinha lá a folha de pagamento... a folha de pagamento, se não me engano do DER eu contestava um pouco porque ela era, era um padrão que eles usavam que era um padrão completamente diferente, né? Então, como é que a gente faz folha de pagamento? Normalmente um holerite, né? Bota ali e pa... Não. Então vamos dizer, num holerite de um funcionário, a cada ano vai lá, pega um, bota lá naquela pasta. Por quê? Porque ele... Eu sabia, eu fui contador no começo da minha vida, quer dizer, eu sabia que depois, quando ele fosse



lá requerer a aposentadoria na Previdência, a Previdência ia pedir que ele comprovasse aquele tempo de serviço, e uma das melhores comprovações é eu juntar uma cópia da folha de pagamento. [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Está explicado, seu Sebastião.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS - Né? Né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vou passar antes... Deputado João Amin, vou passar antes à Deputada Luciane Carminatti e depois a vossa excelência.

Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Quero cumprimentar o seu Sebastião. Tenho três perguntas a fazer. Primeira pergunta, seu Sebastião: em algum momento que o senhor se lembre, houve fiscalização dos serviços prestados pela empresa por parte do governo do Estado?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Excelência, eu participei pouco ali da, da... às vezes vinha, trazia folha de pagamento, trazia um funcionário, eles faziam o pagamento e eu ficava aqui cuidando de outras coisas e voltava. Eu não tenho, assim, da obra em si... Primeiro porque não era da... eu não sou especialista em engenharia. Eles... necessariamente tinha que ter fiscalização. Quem devia até explicar isso, se eu puder dar o nome, seria o engenheiro nosso que participou na época, quer dizer, ele era engenheiro, ele preenchia o diário de obras e o fiscal tinha que... se não eu não podia faturar, né? A empresa lá em Criciúma não poderia emitir uma fatura em cima de serviços que não tivessem atestado a sua fiscalização, porque não passa... Eu acho que não precisa ser *expert* no assunto para entender, né? Mas... se eu tiver alguma coisa disso, eu também vou trazer.



A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – O.k.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Vou trazer, se eu tiver. Mas já acho que alguma coisa eu encontro lá.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – O.k.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Tenho o hábito de guardar muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputada Luciane Carminatti...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Evidentemente que não é... não era com essa intenção de vir hoje, aqui, à presença de vossas excelências pra...pra... que eu guardei documentos. Mas os meus filhos até dizem: "Pô, mas o senhor guarda tudo." Ah, eu... lá de Turvo, lá de... eu fui, morei em Turvo muitos anos, eu guardo documentos aí as pessoas vão lá e... eu quero escrever um livro sobre a história de Turvo. Olha, eu tenho aqui, esses documentos tais, tais, tais, pode levar, faz uma cópia. Né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputada Luciane Carminatti continua com a palavra.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Isso é mania de velho, né, é mania de idoso (r).

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Sim.

A segunda pergunta, eu tenho três perguntas e esta é a segunda: na sua empresa ou na empresa na qual o senhor era sócio-proprietário tinha um setor ou uma pessoa responsável pela licitação?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Era o engenheiro Vilmar Tadeu Bonetti, tinha um contador, eles faziam... Eu, eu não fazia a, a proposta de preços, por exemplo. Não cabe, não cabe a mim saber quanto é que vai custar a alvenaria, reboco, pintura, essa coisa toda, não é? Eram eles que faziam. Era o engenheiro Bonetti que fazia a proposta...



A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Quem faziam essas tratativas eram o contador e o engenheiro?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – É, eles faziam. Muitas vezes eles... sempre assinava eu e o, o... e quem fazia, né?

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – O.k.

E a terceira pergunta: o senhor falou por algumas vezes em precatórios. Os precatórios com relação ao pagamento dos serviços da Ponte Hercílio Luz...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Não?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Não é em relação?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não, não.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Em relação à ponte não há nenhum passivo? Tudo foi pago?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não. Eles pagaram na rescisão, lá quando...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Rescisão do contrato?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Vamos dizer, vamos dizer assim, eu cheguei num acordo por sufocamento. A repartição me deve x, não está contente comigo e eu não estou contente com ela... Vamos dizer, separamos o casamento, mas não fizemos o litigioso. No outro lado eu fiz litigioso, é esse que tem um precatório.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – O.k.



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – No DER eu... me chamaram, eu disse: "Paguem o que vocês estão devendo e eu saio disso. Pronto." Então, muito melhor, né? Acho que é melhor pro casal, né? Um vai prum lado, outro vai pro outro, mas em paz, em... torcendo um pela alegria do outro.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Só para terminar: e esse rompimento ele se devia a não pagamento? Qual era o motivo?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eles não estavam contentes conosco....

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Pelo trabalho?...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – E eu menos com eles, né? Se eu não recebia, não posso estar contente.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Então o senhor não recebia, mas o senhor prestava serviço...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Sim, na obra.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – E o senhor suspeita que...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Aí, excelência, eu quero fazer um registro. Não tenho certeza, mas vossas excelências podem ver na documentação, têm muito mais facilidade do que eu, hoje, porque se fosse uma coisa recente eu teria isso comigo, né? Mas eu acho que nós tivemos uma segunda licitação e nós ganhamos também na... por preço.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Um aditivo.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Por preço.



A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Menor preço.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Nós terminamos... ia terminar o contrato, faz a segunda licitação, porque tá terminando aquele contrato, e feito aquele contrato nós, de novo, teríamos que ser contratados. Mas houve algumas dificuldades, dificuldades que depois se concluiu que era assim: vocês não são bem quistos aqui. Então, qual é a solução? Romper. Paga e eu saio fora. Ah, quem é que ficou? Vossas excelências vão ver quem é que ficou. Eu não posso dar nome, mas vossas excelências vão ver, porque... Eu fiquei lá dois anos, dois anos e meio ou coisa parecida. Mas já ia me substituir uma que tava anos, anos e anos e, depois, parece-me que fui substituído pela mesma. Então eu não, eu não quero deixar aqui acusação a ninguém, mas é uma coisa meio escancarada, né? Meio escancarada. Eu fui adjunto de Promotor lá no começo da minha vida, eu, eu, eu penso assim, oh, quando a... parece que testemunha tá dizendo coisa combinada. Eu não combinei nada com o senhor Vilmar Bonetti, ele vai dizer a versão dele e ele provavelmente tem muito pouca coisa pra acrescentar em cima do que eu já disse aqui. Mas era um contrato de cão.
[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O seu Sebastião ainda está com a palavra.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não foi um bom contrato pra nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O.k., seu Sebastião. Mas, pela ordem, o Deputado Sargento Lima

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Senhor Presidente, só que fosse consignado mesmo ali, porque no depoimento do senhor Sebastião, que esses precatórios não estão relacionados às relações contratuais relativas à ponte.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Sargento Lima, o senhor Sebastião fez questão de frisar que o passivo da ponte, ele rompeu no ato da rescisão do contrato, e que é o precatório em razão de outra obra, de outra demanda com o Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Fechado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Isso ele fez questão de frisar. Ainda pela ordem, Deputado Bruno Souza

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Sebastião, o senhor fala de uma infelicidade por parte do Governo do Estado com a sua presença. Essa infelicidade era materializada por quem? Qual era a pessoa que estava do lado de lá, que personalizava essa infelicidade para o senhor?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Excelência, se eu for ditar nomes eu posso errar. ã, vossas excelências sabem que nós somos, nós éramos uma empresa de médio porte. Nós só entrávamos numa licitação, eu repito aqui, com o Senai, que não nos dava dificuldade nenhuma. Era testado, o Senai confirmava os recibos e nós recebíamos; às vezes, em questão de cinco dias, dez dias, é uma coisa normal isso.

Mas quando uma empresa começa a fazer um serviço, tem lá trinta funcionários, tem Previdência, tem alimentação, tem toda uma estrutura para manter e começa a ser atrasado o pagamento, como é que ela fica? É melhor romper, eu acho que foi a minha sorte romper, porque senão eu estaria em outro precatório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não lembra quem eram, não lembra de nenhum nome que o senhor poderia citar, no lado de lá?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não. Aliás, eu só tive um contato com a direção do DER, na época. Um, único, não fui eu quem vim trazer a proposta. O contrato normalmente é assinado assim: a contratante assina e depois a gente vai lá, chamam a gente para assinar. Daí tem tantos



dias para assinar, e eu tenho que ir lá naquele período para assinar. Às vezes, eu nem sei quem é a pessoa que assinou lá. Outra vez...Eu só tive um contato, e o contato foi no dia que me chamaram para acertar. Me pagam e eu saio. Esse dia eu tive contato com uma pessoa do DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eu não tenho nome, mas eu tenho...esse o nome está no documento que rompeu o contrato, esse foi assinado por mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, senhor Sebastião, eu tenho duas perguntas a fazer a vossa senhoria. O senhor afirmou nesta Comissão que o senhor era da única empresa que trabalhava para o Deinfra na manutenção da ponte. O senhor afirmou isso. Mas eu pergunto para a vossa senhoria: o senhor tinha conhecimento de que outras empresas prestavam serviços para o Deinfra em outras áreas, em outras obras?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Sim, o Deinfra, DER, na época, tinha rodovias, tinha isso, mas não ali na ponte. Eu não lembro do DER ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, na ponte o senhor afirmou que era a única empresa, mas na manutenção de uma rodovia, na abertura de uma estrada o senhor tinha conhecimento de que outras empresas trabalhavam para o antigo DER?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – A pergunta seguinte que eu quero fazer é a seguinte: o senhor tinha conhecimento de que essas empresas que trabalhavam para o Deinfra em outras áreas recebiam em dia o pagamento da prestação de serviço? Ou também recebiam atrasado, como o senhor recebia?



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Algumas, eu sei que recebiam atrasado, não sei quantas e nem sei quanto o percentual, mas eu sei que são algumas porque a gente vive num mundo, vivia num mundo dos negócios e sabia. A empresa tal não recebeu, como ainda existe hoje, ainda continua hoje, e naquela época também existia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Mas tinha empresa que recebi um dia?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS - hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Mas tinha empresa que recebia em dia?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS - Não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não tem certeza. Me dou por satisfeito.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS - Eu tenho certeza, por exemplo, que lá, naquele contrato que eu falei, do precatório, o Estado tinha o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor já me respondeu.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS - O Estado tinha o dinheiro e devolveu o dinheiro para Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhores Deputados, não havendo mais quem queira questionar o senhor Sebastião, vou dar por encerrado o presente depoimento de vossa senhoria, agradecendo a sua participação e o dispensando.

Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS - Obrigado.

(O senhor Sebastião Moraes Mattos retira-se do recinto.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Solicito à assessoria que traga até este ambiente o senhor Vilmar Tadeu Bonetti, por gentileza.

(O senhor Vilmar Tadeu Bonetti adentra ao recinto.)

Tome assento senhor Vilmar.

Senhores Deputados, senhor Vilmar Tadeu Bonetti.

Senhor Vilmar, o senhor foi convocado para que na qualidade de testemunha, possa prestar informações quanto à instalação da CPI para investigar eventuais ilicitudes nas obras de recuperação da ponte Hercílio Luz.

O senhor tem ciência disso? *[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]*

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Gostaria que o senhor dissesse o seu nome completo, a data de nascimento, a sua residência e a sua profissão.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Vilmar Tadeu Bonetti, 01/09/55, sou engenheiro civil e resido na Rodovia SC -108 em Urussanga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Qual a empresa que o senhor trabalha?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Hoje, Samae de Urussanga, Serviço Municipal de Água e Esgoto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor tem direito de ficar calado, se assim desejar.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Mas o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão no dia de hoje?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Solicito a presença do Deputado Bruno Souza.

(O senhor Relator, Deputado Bruno Souza retorna ao recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, já fiz as perguntas de praxe, já comuniquei o senhor Vilmar que ele pode ficar em silêncio e também ele já assumiu o compromisso de dizer a verdade perante esta Comissão.

Na condição de Relator passo a palavra para vossa excelência para fazer as perguntas ao senhor Vilmar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Vilmar, primeiro muito obrigado pela presença, espero que seu depoimento nos ajude a esclarecer esse período, é do interesse do Estado e desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor me permite, deixa eu interromper a vossa excelência.

Eu também tenho o que me ausentar um momento *(Risos.)* O Deputado João Amin assume a presidência desta Comissão por alguns instantes.

(O Sr. Presidente, Deputado Marcos Vieira, retira-se do recinto.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Com a palavra o Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Vilmar, muito obrigado. Espero que a gente consiga esclarecer alguns fatos e seu depoimento poderá ser de grande valia para que a gente esclareça esse período da história.



Senhor Vilmar, primeiro, o senhor era sócio da empresa no período do contrato PJ046, de 1990, executado entre setembro de 1990 e janeiro de 92, correto?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Correto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor era o gerente técnico da Empresa Vivenda nesse período, correto?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI) – Correto

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade, o senhor foi gerente de maio de 88 a maio de 92, gerente técnico?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – É. Eu tinha participação na Empresa como engenheiro, até porque nós pensávamos na construção civil, né? Então achamos interessante fazer essa aproximação, eu como engenheiro; o Sebastião como... já tinha essa empresa. Eu, pela, pela, pelo tempo que passou, eu não me lembro exatamente de que período, mas era sim, com certeza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor era também o responsável técnico da empresa ou não?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI) - Sim, claro, como engenheiro sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E qual foi o motivo que o senhor se retirou da sociedade?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI- Na época, estávamos começando, fizemos alguns trabalhos juntos e era uma, uma época difícil. Uma época, jovem engenheiro começando a vida se tinha algumas dificuldades. Inflação muito alta, se tinha as dificuldades, as vezes, de receber alguns serviços feitos e, enfim, até que a empresa teve alguns, algumas dificuldades e eu entendi que era melhor seguir outro caminho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor pode citar alguns serviços que o senhor teve dificuldade de receber?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Na verdade, como uma empresa estava começando, a gente tinha iniciado um período com a ideia de fazer algumas construções, casas, enfim, e se vendia e, depois, ia se intermediando o financiamento na Caixa e tal. Houve uma ocasião em que esses financiamentos acabaram não saindo mais e nós tivemos alguns problemas, e, além disso, outro me veio, eu não me lembro se exatamente nesta época...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em obra pública, senhor?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - É. Sim, mas a gente participava de licitações do Estado, obra do DAE, obra do DER, obra... fizemos alguma coisa no Porto São Francisco, enfim, participávamos da licitação conforme saíam os editais e tal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Alguma dessas dificuldades de recebimentos foi relacionadas à ponte Hercílio Luz?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Ah, sim, com certeza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tiveram dificuldades de recebimento com a ponte Hercílio Luz.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Tivemos dificuldade recebimento, mas não era só no DER. Na época, às vezes, no DER, no DAE também se tinha dificuldade, e aí, numa época de inflação 20%, 30%, 40%, se perdia um pouco e a gente passou dificuldades para manter a empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E qual era a sua relação com o Sr. Sebastião Moraes Mattos?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - O Sebastião nós nos conhecemos na Prefeitura de Criciúma. Eu fui convidado, na época do Prefeito José Augusto Hülse, para ser diretor técnico da CODEC, que era Companhia de Desenvolvimento de Criciúma e daí nos conhecemos na Prefeitura. O Sebastião prestava uma assessoria, depois, foi Secretário na, na, na



Prefeitura, fizemos amizade e acabamos depois mantendo isso além da empresa, até hoje praticamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na sociedade, o aspecto operacional era todo de sua responsabilidade?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Bom, se nós partimos do princípio de que, como engenheiro civil, eu era o representante técnico junto até inclusive o CREA, tal, podemos dizer que as questões técnicas passavam por mim, evidentemente, né? Claro que dentro da, da, da questão jurídica da empresa, de uma maneira geral os dois eram responsáveis por isso. Mas é evidente que a obra, de uma maneira geral, a parte executiva, se trabalhávamos no Porto de São Francisco ou em uma obra qualquer era mais ligada a mim do que exatamente ao Sebastião...

(O Sr. Presidente, Deputado Marcos Vieira, retorna ao recinto.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN: Só peço licença para passar o comando da CPI para o Presidente Marcos Vieira.

(O Sr. Presidente, Deputado Marcos Vieira, reassume a presidência da CPI.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito. E canteiros de obras, era apenas a sua responsabilidade? Por exemplo, era só o senhor que ficava nos canteiros? Nas obras era o senhor que ficava na ponte Hercílio Luz especificamente?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Não, não. Na ponte Hercílio Luz era... havia inclusive a contratação de um engenheiro, na época, que foi contratado aqui em Florianópolis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Aqui em Florianópolis?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra quem era?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Olha, eu não lembrava, eu, sinceramente, lembro... que me lembro... lembramos o nome conversando, viemos e tal, eu não lembrava. Era Zênio, Zênio... alguma coisa parecida. Eu não me lembro o sobrenome, mesmo conversando há pouco tempo, não lembro como é que é o nome dele não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo. E a empresa, ela firmou um contrato com o Estado no ano de 1990, relativo à ponte Hercílio Luz, o senhor lembra dessa contratação? Lembra como ocorreu?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - (*Suspira.*) Eu, eu, eu... Sei que nós trabalhamos ali. Nós tínhamos um, utilizávamos as instalações do DER na parte da Ilha, que eram instalações já cedidas por eles? [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na parte da Ilha?

O SR VILMAR TADEU BONETTI – Na parte da Ilha, exato.

Eu lembro que os serviços... era uma modalidade de serviço diferente. Você tinha o profissional, tinha lá o jato, enfim, e os serviços eram comandados pela própria equipe. Agora, não sei, não lembro se do DER exatamente ou de outras empresas que formavam em conjunto ali, porque, na verdade, era mais serviço de manutenção, você entende? Por manutenção é pintura, jateamento aqui, é uma situação ali, nada com a parte estrutural, especificamente, da própria ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor falou que haviam mais empresas trabalhando na obra?

O SR VILMAR TADEU BONETTI – Ah, sim, nós, não... sim, existiam... eu não lembro exatamente se já na recuperação da ponte especificamente, mas tinham mais pessoas, sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não era apenas a empresa dos senhores?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Não, porque a nossa empresa é tipo manutenção de menor, menor não, como se fala hoje: “Ah, estão trocando o olhal da ponte.” Enfim, a estrutura da ponte. Não, não era nesse aspecto, era mais manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra de quais eram as empresas que estavam lá? Lembra de alguma?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Não, não, eu não lembro, eu não lembro. Lembro de... eu acabei relembrando assim de empresas que passaram por lá até na própria convocação ali, Roca, por exemplo, mas eu não lembro se nessa... eu acho que nessa oportunidade que nós estávamos, vocês faziam alguns outros serviços lá naquela região lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra quantas pessoas a empresa do senhor tinha na época trabalhando na Ponte Hercílio Luz?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Não lembro, Deputado, sinceramente, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Lembra da movimentação na ponte, pelo menos, naquela época?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Movimentação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ... de trabalhadores. Qual era o volume? O senhor tem uma...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não tenho, Deputado, sinceramente não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Vilmar, o senhor pode esclarecer como ocorreu o processo de contratação para essa prestação de serviço, como é que foi o processo licitatório? Como é que foi o certame? O senhor lembra de algum detalhe?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, se foi, foi por licitação. Foi licitação, nós tínhamos feito um serviço no Porto de São Francisco, que era um serviço similar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Á-hã.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – ...de manutenção de estrutura metálica, basicamente, e aquilo nos deu a capacitação para participar da licitação na ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E como é que foi o processo de licitação? Foi tranquilo?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Houve problema, houve problema de... eu não lembro exatamente se de preço ou de atestado técnico. Houve movimento de... de..., como que eu vou te dizer, de desclassificação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Os senhores foram desclassificados?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – É. Agora, assim, eu não sei se exatamente no primeiro ou depois, na continuação do contrato, mas nós tivemos problemas, sim. Nós tivemos problema naquela situação ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E como é que conseguiram a contratação? Recorreram?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, parece-me... Eu não tenho... Se me perguntar exatamente como é que foi, eu só sei que recorremos à Justiça e tivemos um mandado judicial de que o contrato fosse celebrado conosco. Exatamente isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor foi o responsável técnico pela execução do contrato? O senhor já respondeu parcialmente a minha pergunta, mas para deixar registrado.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Deixando claro, o tipo de serviço prestado não era nada ligado à estrutura ou à estabilidade da ponte, coisa desse tipo assim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor emitiu alguma RT da obra?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não recordo. Não recordo, só se consultar... eu poderia até ter esse documento, mas eu não recordo, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor pode especificar para esta Comissão quais foram os serviços contratados?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, porque é assim ó... era exatamente isso: eu sei que a gente tinha equipamento, equipamento compondo ali, principalmente de compressores e tal pra fazer jateamento, enfim, mas esses serviços... a nossa... eu, particularmente - até porque depois existiam outros engenheiros -, eu não frequentava a obra especificamente lá, porque não era nossa atribuição... era comandar o serviço. Eu não lembro exatamente a modalidade, mas, enfim, eu sei que o nosso pessoal recebia determinação da equipe da ponte. Por isso, que eu disse no começo que eu não sei se essa equipe era de engenheiros do DER ou se era de alguma outra empresa que trabalhava em conjunto ali. Também não lembro disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra de quem era o contato? Com quem o senhor mantinha contato na época?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro, porque praticamente era muito... não tinha praticamente esse contato, principalmente porque nesse contrato previa a contratação de um engenheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor lembra quem era o seu contato no DER na época?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Vilmar, analisando o histórico da sua empresa, eu fiquei um pouco curioso.



A sua empresa já tinha prestado algum serviço similar em manutenção ou reforma de estrutura metálica de grande porte?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Nós tínhamos feito um serviço no Porto de São Francisco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas era também de estruturas metálicas?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, era estrutura metálica, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Lá numa modalidade é hora/máquina, você alugava máquina e homens para jatear, enfim, também...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor, como engenheiro, e, aí, me refiro à pessoa física, o senhor já tinha prestado esse tipo de serviço de engenharia antes? Rebitagem, jateamento e pintura em estrutura metálica?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Já, na ICC, em Criciúma, nós... mas não pela Vivenda, com outra parceria, nós fizemos a recuperação da TIM (?) módulo, de concentração de pirita.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza)- O que era ICC?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – ICC era a Indústria Carbonífera Catarinense. Ela tinha uma unidade de concentração de pirita em Criciúma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza)- Â-hã.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eles traziam o material mais puro para a sede ali em Imbituba. Eu como tinha participado da recuperação da estrutura metálica da ICC, lá no Sangão, em Criciúma... e, depois, então, foi em função desse que depois quando nós nos associamos à Vivenda



(*ininteligível*), acabamos fazendo um trabalho similar no Porto de São Francisco. Depois isso nos deu atestado para participarmos da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza)- E, se nós solicitarmos, eu imagino que o senhor consegue apresentar a ART?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Se foi emitida, sim. Eu não tenho certeza se havia em função... porque, como eu me disse, eu não tenho certeza da modalidade do contrato pelo tempo que faz, exatamente do serviço. Evidente que se necessário era pela atenção do contrato, tem registro no Crea, sim; se não, não foi tirado, evidentemente, que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O senhor lembra se os serviços foram executados ou prestados integralmente ou parcialmente na Ponte Hercílio Luz?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eu me lembro que eram medições que se fazia. O próprio engenheiro que tinha que... eles emitiam em conjunto com o pessoal da fiscalização os boletins e assim eram feitos os pagamentos. Eu não lembro, eu não lembro se... eu sei que depois, no final, não houve mais interesse, até em função de que estavam atrasados os pagamentos. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – E aí, isso mais conduzido pelo Sebastião, que cuidava mais da parte administrativa, não houve mais interesse nós continuarmos no, no... (*ininteligível*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor acompanhava os diários da obra?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – (*Pausa*) Olha, muito pouco, porque, como eu lhe disse, não era... não era... Vamos comparar com outra modalidade, por exemplo, nós trabalhamos em conjunto na penitenciária de São Domingos, lá em Curitiba. Então, lá era obra. Lá você tinha o diário de obra, lá você tinha medição por parede levantada e tal. Então, isso aí,



sim, era mais (*ininteligível*). Mas aqui, não. Aqui era um pouco diferente o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas como que eram feitas as medições então?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – O serviço era de... por exemplo, a nossa equipe se apresentava no local determinado, no canteiro da ponte, com a ferramenta, com o compressor, com os equipamentos de proteção, e os engenheiros responsáveis pela ponte diziam: “Olha, hoje vocês vão jatear ou pintar aquela área ali.” Ou coisa parecida. Então eu não lembro se os serviços, na época, eles eram por serviço ou por também por hora/homem tal, enfim. É por isso que eu tenho essa dúvida, pelos trinta anos que fazem já.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor não tem certeza, então, se eram confeccionados esses diários de obra?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não tem certeza?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro deles, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Alguma parte do serviço foi terceirizada?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Pela nossa empresa?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Exato.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, acho que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro, não lembro. Acho que não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra durante quanto tempo, durante o contrato, efetivamente foram executados os serviços?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, Deputado. Eu tenho aqueles números na cabeça da convocação e tal, 90, 91, 92, enfim, mas eu não sei lhe precisar exatamente quando começou e quando acabou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra se houve algum tipo de interrupção durante o contrato?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro, sinceramente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra se foi necessário prolongar o prazo do contrato?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se foi confeccionado algum relatório de execução da obra/serviço por parte da empresa Vivenda? E, em caso positivo, existe a possibilidade de disponibilizar uma cópia disso para esta Comissão?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eu acho que não foi feito. Eu não tenho recordação nenhuma de eu, pelo menos, ter feito qualquer tipo de relatório nesse aspecto assim. Sei lá, não sei se o senhor se refere a um relatório de final de contrato, enfim, eu sinceramente não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Acompanhamento, auditoria, algo que possa nos auxiliar sobre os serviços que foram prestados pela Vivenda?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não tenho recordação disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E teve um termo de recebimento pelo menos ao final do contrato?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eu sei que o Sebastião andou... ele que negociou isso. Em função do não pagamento, chegou um momento



em que não havia mais interesse em continuar. Eu não lembro. Acho que houve uma rescisão disso ou pelo menos uma interrupção de fornecimento e tal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A que o senhor se refere quando diz: “não havia mais interesse em continuar”? Porque existia um contrato, um contrato firmado com começo, prazo e serviços a serem emprestados.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, é porque, na verdade, como eram serviços que... que... não era assim: você fazer uma construção e terminar. Eu acho que o serviço da ponte era uma coisa... existia sempre empresas ali que faziam esse tipo de serviço continuamente. Então não era assim... você ganhava uma licitação por um ano. É, não lembro se, nesse tipo de licitação, poderia se... se renovar. Eu acho que era mais ou menos assim. Então mas uma renovação... hoje, por exemplo, algumas licitações de empresas que eu trabalhei ultimamente, você faz o contrato, com serviço contínuo, você faz o contrato por um ano podendo renovar por mais três, mais quatro. Agora, essa renovação de mais um ano com serviço contínuo ocorreriam... hoje, por exemplo, ocorrem e ocorriam na época se houvesse interesse da empresa vencedora e também do órgão contratante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas houve uma interrupção no contrato?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Houve, houve.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E por quê?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Porque eles não tinham mais interesse na continuação dos nossos trabalhos e nós também não tínhamos interesse em função de que os pagamentos estavam difíceis de acontecer e tal...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E por que eles não tinham interesse no trabalho na empresa?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Ah, Deputado, aí eu, sinceramente, não sei lhe responder. *(Ininteligível.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eles apresentaram algum descontentamento com o serviço prestado?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Talvez, talvez tenha sido isso. Talvez tenha... a justificativa talvez tenha sido em função até de que... era... Tanto é verdade que é uma continuidade que era assim, por exemplo, você ganhava o serviço e as pessoas que comandavam o serviço diziam assim: “Olha, contratem esse encarregado, contratem...” Entendesse? Porque eles conheciam o trabalho da ponte. Eles trabalhavam junto com eles e tal. E, a partir do instante que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu peço um momento. Esse barulho, senhor Presidente, é da sala ao lado?

(O senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, responde fora do microfone: “É.”)

Ah, tá, perdão.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eu estava dizendo que tanto é verdade que esses serviços eram contínuos na ponte que quando nós ganhamos o contrato ou tivemos o contrato determinado, a gente recebeu a orientação de contratar: “Olha, contratem o fulano, o beltrano que são encarregados e tal.” Então chegou... como eu lhe disse, esses nossos funcionários recebiam a orientação de proceder os serviços.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

Mas esses serviços executados eram descritos apenas nas notas fiscais?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Existia medições. Eu não lembro... é isso que eu estou dizendo: eu tenho dúvida. Eu não lembro se essa modalidade, mesmo sendo comandada pelo pessoal da ponte, era tipo por



metro quadrado ou era por hora trabalhada e tal. Então é isso que... eu tenho essa dificuldade e tal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o escopo do contrato aberto? Não havia quantitativos, limites?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Que eu lembre não. Tanto que eu lembro, acho, que era por prazo anual ou coisa parecida, não era assim. Me parece, eu tenho dúvida nisso. Era: olha você tem que jatear mil metros quadrados ou coisa parecida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não havia esse quantitativo?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não havia quantitativo. Eu acho que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E havia um plano de manutenção do Deinfra, na época, e era de conhecimento da empresa? Como é que funcionava isso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eu não tenho conhecimento disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor sempre se refere ao que era solicitado. Quem era o contato do DER/Deinfra com o senhor?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não recordo. Muito pouco contato eu tive com eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A quem o senhor se reportava em relação ao contrato?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

A empresa do senhor era em Criciúma. Durante esse período como que foi? Foi feito um canteiro de obras? Onde que ficava?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Na cabeceira, do lado da Ilha.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Do lado da Ilha?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Isso. Do lado da Ilha existia ali uma construção que pertencia ao próprio DER, na época, ao próprio órgão estadual e que era cedido. [Transcrição: *taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Nós éramos... nós fornecíamos alimentação. Ali me parece que tinha uma cozinha, enfim, ali que era o escritório, mas era cedido. Não era um canteiro de propriedade da empresa, era propriedade do órgão contratante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E do lado continental, tinha alguma coisa?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Que eu lembre não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor se lembra bem do canteiro?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, do lado de cá, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor se lembra bem que era no lado insular?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O senhor lembra as condições estruturais da Ponte Hercílio Luz à época, na década de 90? O senhor, como engenheiro, pode nos dar alguma observação?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, sinceramente, não. A parte estrutural nunca era discutida. O nosso escopo de serviço não era esse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Vilmar, o senhor lembra do estado das rótulas que ficam na base das torres principais, os pilones? O senhor lembra de algum estudo ou avaliação



específica sobre essas rótulas? Lembra se a Vivenda prestou algum tipo de serviço e manutenção para essas peças?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, porque, como eu lhe disse... é (*ininteligível*) de ser diferente e a gente não estava lá na obra, especificamente. Tinha o nosso pessoal transitando por ali, trabalhando, jateando, mas era por determinação de outras pessoas, não da gente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor chegou a transitar na obra?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Muito pouco, muito pouco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E nunca chegou a observar nada em relação aos pilones?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nem pintura... O senhor não fez nada ali? Jateamento, pintura, troca de... nesses pilares principais?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Bom, aí eu não sei lhe precisar. Eu... a gente diz na ponte de uma maneira geral... A gente sabe que tinha-se, claro, o serviço de jateamento de pintura e tal, mas exatamente em que partes ou em que peças eu não posso lhe precisar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nunca ouviu nenhum comentário sobre as condições dessas partes da ponte?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sinceramente, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Lembra se as condições estruturais da ponte denotavam a realização de manutenções periódicas? Era necessário isso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, a gente sabia porque a gente acompanhava. Quando a gente estava fazendo serviço - como eu lhe disse, a gente prestou serviço lá no Porto de São Francisco -, a gente sabia que a



ponte tinha empresas que faziam essa manutenção periódica. É, eu não sei se exatamente era a parte estrutural ou a manutenção pelo fato de ser uma estrutura metálica que necessitava de pintura, de jateamento, enfim, de alguma troca de algum parafuso. Mas nada que fosse, assim, da questão estrutural ou de cabo. A gente sabia que tinha cabo, a gente sabia que tinha essa situação toda, mas não era esse o escopo do nosso trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nenhum comentário? O que que o senhor ouvia?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Bom, e o senhor lembra de algum tipo de serviço que era realizado à época na Ponte Hercílio Luz, inclusive por outras empresas concomitantemente, eventualmente, talvez?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Lembra de alguma...?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro, Deputado, sinceramente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não lembra de nenhuma empresa que trabalhava também relacionada à Ponte Hercílio Luz?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra como funcionava a fiscalização, a supervisão dos serviços pelo Estado? A supervisão do Deinfra? O senhor lembra como eram feitas?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Na estrutura que eles tinham deles eu não... não...não... nunca tive contato, assim, que pelo menos me permitisse hoje recordar de como que era e tal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor lembra que existia um fiscal responsável?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Tinha que existir porque, como eu lhe disse, o nosso pessoal começava às 8h. Eles lá recebiam orientações do que fazer exatamente na ponte...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E era...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – (*Ininteligível*) era nossa, por isso que imagino que tinha essa estrutura, evidentemente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E era só um fiscal? O senhor lembra disso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro, não lembro, não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E, ao final da execução do contrato, ainda existiam serviços necessários a serem realizados na ponte?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – É... sim, porque eles eram serviços contínuos, né. Para você manter uma estrutura, nesse tipo de serviço, de manter a pintura dela e coisa parecida, sinceramente precisava - eu acho até - mais serviço do que a equipe que se tinha, porque era uma estrutura muito grande. Vamos supor que você fosse manter especificamente o jateamento e a pintura dela, por exemplo. É uma coisa muito grande, né, desde cima até embaixo, não tinha como... Então isso era um serviço contínuo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra quais foram as empresas que seguiram esse trabalho? Qual foi a empresa que continuou prestando serviços após a Vivenda?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não. Eu apenas recordei quando recebi a convocação... não a convocação, mas uma matéria que saiu ali num *site*, acabei lembrando da Roca porque estava ali. Mas se o senhor me perguntasse isso antes de eu ser convocado, eu, sinceramente, nem isso lembraria, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E depois de lembrado o nome da Roca, o senhor lembra algo sobre a empresa? Lembra o que...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eu acho que nós sucedemos a Roca. E aí acho que tivemos... é... uma tentativa desclassificação e tal, enfim. Mas eu não tenho, assim, detalhes disso, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Os certames de que vocês participaram então foram com a Roca?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, foi... acho que com mais empresas. Eu acho que haviam mais empresas participando da licitação. Pegamos o edital, olhamos, temos a documentação, temos o atestado, vamos participar aí da licitação. Tínhamos feito serviço – eu, particularmente – em Criciúma, depois a Vivenda no Porto de São Francisco. Não, vamos fazer na ponte também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E foi requerido ou solicitado a execução de outros serviços que não estavam originalmente no contrato? Houve alguma mudança nos projetos?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não recordo, não recordo, porque não recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nunca lhe foi pedido para fazer algum tipo de serviço?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Que eu lembre, não; que eu lembre.. eu não recordo disso, não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Bom, então, o senhor não se recorda. O senhor não sabe dizer se algum serviço extraordinário foi realizado, se foi firmado algum contrato aditivo? O senhor lembra disso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Serviços extraordinários, não. Lembro assim em termos não de serviço, mas em termos de horas e tal, isso existia, né, mas como eu disse, é... quando começava um serviço, imagino que teria que terminar, pelo menos naquele dia.

Então existiam horas extraordinárias que eram pagas e tal. Por isso que me... me... me conduz à dúvida, porque se você observar... me lembro que na folha, você tinha assim: o salário do cara, depois a hora extra e tal. Então, se fosse o serviço - agora que eu tô tentando recordar um pouco aqui - se fosse o serviço feito pelo serviço em si, não haveria pagamento lá da folha das horas extras. É porque também havia alguma modalidade de hora/máquina, hora/homem, fornecido e tal por isso e tal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se foi firmado algum aditivo?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não lembra de aditivo nenhum?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro não, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor lidava com essa parte também?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Hum... quase nada. A parte de documentação, a parte legal, a parte de contrato e tal era...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas era o senhor que fazia isso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – ...direto com o Sebastião, tocado praticamente... ele que cuidava disso.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor Sebastião é contador. Quem fazia os orçamentos e...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, sim... Não, sim... sim

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu imagino que tenha sido o senhor?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, fazia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então era o senhor que fazia as propostas? [*Transcrição: Rafael de Souza Milke.*]

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – (*Pausa.*) Sim. Quando... outras obras, por exemplo, o Senai de Jaraguá do Sul, por exemplo, quem pegava o projeto, quem orçava e quem chegava a determinar um preço para participar da licitação era passado por mim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então se era o senhor que fazia o orçamento, o preço, o senhor também teria noção de aditivos e valores para aditivos?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, mas, como eu lhe disse desde o início, a minha dúvida era exatamente na modalidade do serviço prestado, porque se ele se referia, por exemplo, a hora/homem e tal, era mais uma questão contábil do que exatamente uma questão de engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Passava por mim, mas eu não me recordo de aditivo, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor como engenheiro, como quem fazia o orçamento, como o responsável técnico, o senhor sabe me dizer mais ou menos qual era o tamanho da equipe que o senhor disponibilizou para esse contrato?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sinceramente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não lembra?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não sei se o Sebastião tem alguma folha de pagamento ainda, alguma coisa. Mas depois que acabei me desligando da empresa, *(ininteligível)* ficou toda na empresa, eu não tenho...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Falando em empresa, o senhor era sócio, então, suponho que se fosse firmado algum aditivo, algum acréscimo de serviço o senhor, claro, seria informado.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Acredito que, sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Acredito, não, na verdade, sim. Temos um bom relacionamento, sem problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tinha um bom relacionamento?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então planejavam e executavam a empresa juntos?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor sabia disso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Saber, talvez... O que eu lhe coloco, é que em função do tempo, talvez eu não tenha, talvez, não, não tenha mais essa certeza das coisas. Se teve um aditivo, dois ou três, eu não vou saber te responder, sinceramente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor saberia, por exemplo, de um segundo termo aditivo no valor de Cr\$ 15 milhões firmado apenas quatro dias após o contrato originário?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, não lembro disso.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não lembra disso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O contrato assinado pela Vivenda era de Cr\$ 304 mil e quatro dias após foi assinado um termo aditivo no valor de Cr\$ 15 milhões. O senhor sabe algo sobre isso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, sinceramente não recordo disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não recorda?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, não recordo disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas saberia como sócio?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Deveria saber, eu acho. Se fosse talvez...nada que se fosse, na oportunidade, na época, claro que saberia. Com certeza, passaria por mim também. Apenas não estou relembrando, não lembro do valor, se teve aditivo, sinceramente, não lembro disso, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É um aditivo de cinquenta vezes o valor originário.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Como eu lhe disse, sinceramente não lembro disso. Também não haveria nenhum motivo - se o senhor está dizendo isso é porque o senhor tem documento -, não haveria nenhum motivo para dizer que não lembrasse. Lembro, eu poderia ter uma explicação, mas eu sinceramente não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Até porque é um fato extraordinário, né?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Claro, exatamente isso. Se fosse uma questão de..., Vou ver se consigo deixar mais claro, evidente que se o senhor está me perguntando isso, o senhor tem documentos que eu não me recordo e não haveria por que, se eu lembrasse do fato, não dizer ao senhor que existia e ter uma explicação para isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Até porque valores, como o senhor mesmo alegou, eram com o senhor, orçamentos de obras.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Passava, sim, com certeza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então, o senhor deveria saber, claro.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Deveria saber, claro. Com certeza, deveria saber na oportunidade, só que eu não estou lembrando hoje do fato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas qualquer termo aditivo em relação à obra, como é um critério mais técnico, passaria pelo senhor ou deveria passar pelo menos.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Deveria, claro, lógico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É o senhor que definiria o valor, o serviço?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não exatamente definiria sozinho, mas certamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu digo porque como há um aditivo, existe um serviço a mais a ser prestado. E quem define os serviços e os valores...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não seria o termo assim, define, mas certamente seria combinado junto, evidentemente que, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor não se lembra disso?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não era de praxe da empresa firmar aditivo logo após a assinatura de um contrato originário?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, me surpreendeu até essa recordação porque eu não lembro disso, não. E não sei o motivo que houve isso. Sinceramente, não sei. Se voltássemos a ter acesso a documentos, talvez eu pudesse até lembrar, mas não sei do que se trata, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E quem assinava pela empresa era apenas o Sebastião?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Como eu lhe disse, o Sebastião, na verdade... a empresa era do empresário Sebastião. A minha inclusão foi exatamente porque nos queríamos ir pra construção civil, como engenheiro e tal. Daí, com algumas dificuldades, acabamos fazendo outros serviços...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o Sebastião tinha algum preposto?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eu não quero me referir aqui em questão de responsabilidade, quero me referir em questão do dia a dia, da parte de contrato, era realmente o Sebastião que tocava. Mas evidente que se éramos sócios, tínhamos a mesma responsabilidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas quem assinava os termos era só o Sebastião?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Bah, Deputado, e agora? Agora, sinceramente eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não lembra se existia algum procurador, alguém que assinava...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Que eu lembre, não; que eu lembre, não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

Senhor Vilmar, o senhor entrou na sociedade em 1988, assumindo a gerência técnica. Nesse período de setembro de 90 a janeiro de 92, a empresa recebeu recursos do Deinfra pela manutenção justamente da ponte, sendo que em maio o senhor saiu da sociedade...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Em maio de?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – De 92, o senhor saiu em maio de 92 e ficou até janeiro de 92. O contrato foi até janeiro de 92 com a ponte e o senhor saiu em maio de 92. Isso é mera coincidência?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – É mera coincidência, com certeza. Saímos em função exatamente das dificuldades. Nós passamos naquele período problemas financeiros e, aí, não tinha... Eu casado, então, tive que procurar outra maneira de tocar minha vida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra de alguma má vontade ou alguma obstrução por parte do Deinfra, do Estado em fazer os pagamentos?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim. Eu sei dizer que haviam atrasos. Eu não posso colocar aqui se era má vontade ou coisa parecida, né? Mas haviam problemas e depois, inclusive, quando nós acabamos fazendo amigavelmente um acordo de eu sair da empresa, o Sebastião ficou com créditos... depois fui seguir minha vida. E eu sei que ele acionou judicialmente algumas situações e disse até há bem pouco tempo que tinha alguma coisa, não sei se exatamente do Deinfra só, mas que tinha coisa pra receber ou tava recebendo. E eu fui tocar minha vida, fui para outro caminho e toquei a situação assim. Mas era difícil, era dificuldade, sim. *[Transcrição: Ana Clara Mota.]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Para finalizar, o senhor se lembra de um contrato assinado para a manutenção da Ponte Hercílio Luz e lembra de quantos aditivos? O senhor lembra da quantidade?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não. Eu lembro que nós fizemos serviço na Ponte Hercílio Luz, mas não lembro, sinceramente, dos aditivos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não lembra?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não. Não lembro. Aditivos... É porque esse que o senhor falou inicialmente me surpreendeu realmente, assim, pelo menos, eu não lembrava. Se fossem contratos, por exemplo, que pudessem ser renovados - e eu não lembro exatamente se era para um ano, ou se era renovado por mais dois, ou se era renovado indefinidamente - , evidente que quando haveria essa renovação poderia haver uma repactuação ou aditivo ou coisa parecida. Mas eu, sinceramente, não me lembro disso, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Vilmar, por fim, o senhor teria alguma informação relevante ou impressão que queira compartilhar com esta Comissão?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, Deputado. Depois que eu saí dali logo nos anos seguintes... o senhor até me colocou que foi esse rompimento mais ou menos, isso foi coincidência apenas exatamente em função do que eu lhe falei. Eu fui tocar a minha vida e o Sebastião continuou tocando a Vivenda e tal. Então, eu não acompanhei mais nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Vilmar, muito obrigado.

Eu me dou por satisfeito, Presidente.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados. O senhor Deputado Jessé Lopes com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Boa noite, senhor Vilmar.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Boa noite, Jessé.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Você falou que teve que entrar com um mandado judicial para conseguir, né, que estava tendo...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Alguma coisa assim. Eu não sei exatamente qual foi a figura ali legal, se foi mandado de segurança, eu não sei exatamente, mas houve algum...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E quem assumiria ali seria a Roca?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Me parece que sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Daí você pegou o lugar da Roca e, depois, a Roca, quando vocês desistiram, entrou. Você acha que teve alguma forma de eles forçarem a desistência de vocês para que se retornassem os trabalhos com a Roca? Depois quando a Roca assumiu tu sabes se teve uma nova licitação ou eles assumiram sem licitação?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, Deputado, eu não posso dizer isso para o senhor, porque eu nunca tive contato desse tipo de conversa, desse tipo de negociação. Eu, sinceramente, sabia que a Roca prestava serviço antes, eu não sabia quanto tempo tava ali também. E também nem sei lhe informar, porque como eu disse, quando eu saí da empresa fui cuidar da minha vida, não sei se depois ela retornou ou tal, ou coisa parecida. Pelo menos que eu recorde nunca houve nenhum tipo de conversa tentando tirar nesse aspecto: “Não, vamos sair, porque vamos negociar com outros e tal”. Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Você acompanhava as fiscalizações diárias? Era você?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não. Não, até por que, como eu lhe disse, no contrato previa a contratação de um engenheiro que ficava aqui exatamente. Então, eu vinha... pagamento, vinha... cuidava de outras coisas lá em Criciúma e tal.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Por mim
(*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores
Deputados. Deputado Sargento Lima com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Boa tarde,
senhor Vilmar.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Tanto o senhor
quanto o seu Sebastião disseram que houve um aproveitamento de vários
funcionários que já tinham experiência quando a Vivenda começou a
trabalhar ali, quando começou a exercer suas funções ali que estavam
prescritas no contrato. Desses funcionários da Roca, o senhor se recorda se
foram utilizadas mão de obra de funcionários que trabalhavam para a Roca
dentro da Vivenda para prestar esse serviço? E se dentre algum deles ali
havia um engenheiro.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Com certeza tivemos funcionários
que trabalharam na empresa anterior que era a Roca...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – A Roca.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Exatamente. Havia
recomendação, porque esse pessoal conhecia mais da ponte eu acho o
encarregado, o jateador e tal. O engenheiro eu não lembro exatamente se
ele veio da Roca ou se foi contratado por exigência do contrato, mas esse
eu não sei se veio da Roca especificamente. Eu sei que tinha um
encarregado, só não recordo nomes, mas, assim, tinha uma pessoa muito
experiente, eu não recordo o nome dele, que tinha uma função mais ou
menos de encarregado ali da equipe nossa e tal. Essa pessoa eu lembro
que ele... acho que até ele tinha um filho, eu acho que... esse eu lembro
que...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – E o filho trabalhava...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – ... foi recomendada a contratação dele por essa equipe que nos fiscalizava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Porque basicamente o serviço ali era só o jateamento, o rebite e a pintura. Basicamente isso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, basicamente isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Então não é uma equipe tão grande, né?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – É... eu não lembro o número de pessoas, mas não era assim uma coisa muito grande, não. Claro que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Se o senhor pudesse dizer...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – ... se nós hoje... me surpreendeu até... me assustei, né, quando você disse: "Ah, era 300 aí teve um negócio de 15 milhões." Pensei se é hoje dá uma coisa, né (ri.). Eu sei dizer que o contrato não era grande coisa não. Sei dizer que era um contrato que não nos dava muito lucro, inclusive, aí com o pouco da falta de pagamento e tal, aquilo começou a nos desencantar realmente por causa disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – E bem certo que o senhor estava em Criciúma, né, e depois posteriormente no Porto de São Francisco também e...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, no Porto de São Francisco foi antes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Foi antes, tá. E mesmo assim não permanecia durante todo o tempo aqui em Florianópolis?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, não.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Mas alguém participou, que eu digo, da seleção desses funcionários da Vivenda aqui?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Isso era encaminhado: “Ó, precisamos de um jateador.”. A gente chamava e encaminhava exatamente para essa equipe...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Só para eu concluir a pergunta.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, desculpa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Se o senhor pudesse dizer, qual a porcentagem desse grupo aqui que era advindo da Roca?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não tenho, não me recordo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Porque precisavam de experiência, são pessoas que fazem um trabalho específico.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, sim. Não recordo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Não recorda?

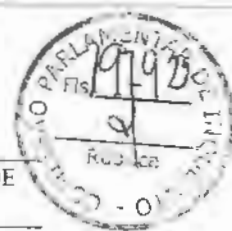
O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não recordo. Porque é exatamente isso, eles eram serviço...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Mas alguns deles vieram da Roca?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – ... eu não sei lhe precisar quantos anos antes se fazia esse trabalho, mas era um serviço contínuo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Á-hã.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eu imagino que... eu fiz uma comparação primeiro. Por exemplo, hoje, o serviço contínuo... Eu fiquei um bom período, agora, ultimamente da minha vida cedido para a Casan. Eu sou hoje engenheiro de um serviço municipal de esgoto e eu fiquei cedido para a Casan bastante tempo. Acabei como superintendente da Casan lá



em Criciúma, agora acabei sendo exonerado. Então, por exemplo, – só fazendo uma figura para que a gente consiga se entender – o serviço de manutenção, por exemplo, da rede de esgoto era um serviço licitado que permitia a renovação por mais três, quatro anos, mantendo os valores evidentemente (*ininteligível*). Então, se eventualmente outra empresa entrasse é natural até que aquela equipe...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Toda equipe?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – ... que acabasse sendo absorvida, porque conhecia já o serviço, o que aconteceu na ponte era mais ou menos nessa mesma linha ali, não era por, que eu lembre, pelo menos, não era por... Por exigência ou por obrigação, era cômodo para nós fornecer o pessoal que... e era cômodo para quem... [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — O mesmo serviço?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Perfeitamente, o mesmo serviço, exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Jerry Comper. Não há manifestação. Com a palavra o Deputado Fernando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – Muito boa-tarde, senhor Vilmar.

Senhor Vilmar, muito rapidamente, até o Bruno fez alguns questionamentos que eu teria aqui também. Obrigado, Bruno.

Qual percentual o senhor tinha na empresa, junto com o senhor Sebastião, na sociedade?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Não recorde, sinceramente, eu não recorde.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – O.k. Além disso, o senhor não consegue recordar se a assinatura era isolada do seu Sebastião, se ele assinava isoladamente para a empresa?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Não, eu lembro que assinei documentos também, eu não sei se... se exatamente todos, mas eu lembro que eu também assinava alguns documentos. Eu não lembro... o contrato eu não lembro se havia a necessidade da minha assinatura ou só do Sebastião e tal, mas, de qualquer maneira, nós tínhamos uma sociedade, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – Só um questionamento que talvez ficou na cabeça de muitas pessoas: o senhor reconhece essa assinatura que está ao lado do nome do seu Sebastião? *(Mostra documento com assinatura ao depoente.)*

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Não. Não, aqui não tem... deixa eu ver, aqui não tem nenhuma minha. Não, não reconheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – O.k. E, além disso...

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: "Nem nas testemunhas?")

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Há?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – Nem na testemunha ?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – E, além disso, o senhor lembra que na parte administrativa da empresa o seu Sebastião fazia essa parte contábil? A parte administrativa tinha alguém que era muito ligado a vocês, um braço direito da empresa que fazia toda a parte administrativa que pudesse exercer essa função?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — A empresa era muito pequena.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – Ah, era uma empresa...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Em termos de estrutura administrativa e tal, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – Por ser pequena o senhor lembraria se tivesse alguém...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – O.k.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Tínhamos lá no escritório uma secretária, o Sebastião, eu e mais uma pessoa que era... que faz tudo, o Paulino, tal. Basicamente isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – O.k. Qual era o nome da pessoa?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Paulino Parente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – O.k., então. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhor Vilmar, eu vou fazer duas ou três perguntas a vossa senhoria.

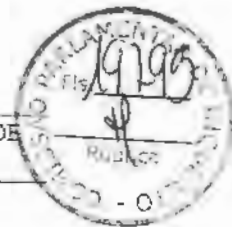
Havia confiança mútua entre o senhor e o seu Sebastião?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Até hoje, somos amigos até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Se eu lhe mostrasse a assinatura do senhor Sebastião, o senhor reconheceria?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — ã... a assinatura... Eu não sei se reconheceria exatamente, mas sei a assinatura dele como é que era mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Ele não reconhece essa como sendo do seu Sebastião.



O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Não.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Hã?

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Cadê a carteira do seu Sebastião? *(Pergunta para a assessoria.)*
(Pausa.)

Essa aqui é do seu Sebastião? *(Mostra documento com a assinatura.)*

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Não, com certeza não. Nunca vi essa assinatura dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Essa aqui é do seu Sebastião? *(Mostra outro documento com uma assinatura.)*

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Mais parecida. Era mais ou menos nesse estilo, agora eu não sei exatamente... Eu não posso identificar, dizer que é a dele, aquela com certeza não é. Essa aqui ainda é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – É a mais provável.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Não lembro exatamente da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Essa é a assinatura que consta na Carteira de Identidade dele?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Exatamente. Mas tem, tem uma, uma... é... agora se, se era exatamente *(ininteligível)* a mesma, eu não sei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor diz que esta é parecida? *(Mostra documento.)* Mas esta com certeza não é?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Essa com certeza, que eu saiba não é, não. Nunca vi essa assinatura pelo menos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Devolve ao Deputado João Amin. (*Pede para entregar o documento ao Deputado João Amin.*)

E, por último, quero perguntar para vossa senhoria se na empresa tinha alguém autorizado a assinar contratos em seu nome ou em nome do seu Sebastião?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Não recordo, acho... acho que não, assim, que eu recorde não, sinceramente eu não... não tenho essa lembrança, até porque, como eu lhe disse, da equipe nossa, interna ali, eram três, quatro pessoas, eu saberia disso. Entendesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O.k. Eu me dou por satisfeito.

Senhores Deputados, não havendo mais quem queira...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Sobre (*ininteligível*) a CPI, não a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Não, com relação ao senhor Vilmar não tem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O.k. O senhor vai finalizar a reunião agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Como?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Vai finalizar agora (*ininteligível*)?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Não, não, não vou finalizar, vou dispensar o senhor Vilmar.

Senhores Deputados, não havendo mais quem queira fazer pergunta ao senhor Vilmar, eu agradeço a presença de vossa senhoria na noite de hoje. Muito obrigado pelas informações e vossa senhoria está dispensado.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Muito obrigado.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Boa noite e obrigado.

(O senhor Vilmar Tadeu Bonetti se retira do recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados... Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, devido à nossa dinâmica de trabalho, eu gostaria de requerer a vossa excelência os contratos da Roca e da Engecert ainda pela manhã no meu gabinete, para que eu possa preparar alguma coisa para a reunião das cinco da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado João Amin, vamos dar aqui uma sugestão para entrarmos num acordo. Não há possibilidade de sair da sala documentos que não estejam rubricados e numerados, mas vossa senhoria pode mandar a sua assessoria para, na sala, fazer a vistoria, como está sendo feito no Deinfra. A sala fica à disposição de vossa excelência para que os seus assessores possam estar lá verificando os documentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – A partir de agora então? Normal, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade a sala sempre esteve à disposição, os Deputados estiveram lá diversas vezes, os próprios senhores assessores estiveram lá. É só ir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — A minha assessoria tem ido com bastante frequência lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – A partir de amanhã de manhã, Deputado João Amin. Muito obrigado pela compreensão.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER – Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhor Deputado Jerry Comper.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER - Amanhã pela manhã nós não temos Finanças, certo? Fica mantida a CPI às 17h?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Às 17h.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Não tem como, aliás, nós temos que conversar, porque são seis testemunhas.

(O senhor Deputado João Amin fala fora do microfone: "Mas se houver concordância das testemunhas virem de manhã, das 10h ao meio-dia...".)

(Os senhores Deputados Bruno Souza e João Amin manifestam-se fora do microfone. Inaudível.)

É difícil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER - É, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vamos fazer o seguinte, senhores Deputados.

Eu convido vossas excelências para uma conversa informal amanhã por volta de onze e trinta da manhã para podermos deliberar sobre a dinâmica da tarde, porque se levarmos em conta que está levando uma hora cada um, serão seis horas de duração.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a ser deliberado, dou por encerrada a presente reunião. Muito obrigado e boa noite para todos.
[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE
FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS
OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE,
REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE
REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, muito boa-tarde. Quero também cumprimentar todas as senhoras e todos os senhores telespectadores da TVAL, as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc, bem como todas as senhoras e todos os senhores que se fazem presentes na reunião de hoje.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pelo Ato da Presidência nº 0030. A reunião de hoje, na verdade, serve para dar continuidade à inquirição das testemunhas.

O Deputado Jerry Comper não pôde se fazer presente, eu recebi ofício de sua excelência, e indicou o eminente Deputado Volnei Weber para fazer parte. Seja bem-vindo.



No dia de hoje, conforme decisão unânime desta Comissão, foi transferida para quarta-feira da semana que vem, às 17h, a ouvida das testemunhas: do senhor José Luiz Piccoli e da senhora Cristiane dos Santos Piccoli. Foi feita a devida comunicação ao procurador.

Levo ao conhecimento de vossas excelências que recebi *e-mail* da empresa Concremat Engenharia e Tecnologia S.A. informando que a documentação solicitada foi integralmente apresentada no dia 16/4/2019 pela empresa Prosul Projetos Supervisão e Planejamento Ltda., líder do Consórcio Prosul/Concremat.

Despacho o presente *e-mail* ao Relator da matéria, Deputado Bruno, para verificar se há satisfação no recebimento da documentação ou não, e que seja esta Comissão cientificada de tal.

Também recebi ofício do senhor Secretário de Estado da Infraestrutura, senhor Carlos Hassler, aliás, do Secretário Adjunto, senhor Pedro Luiz, assinando o ofício em nome do senhor Secretário, no qual afirma que, referente ao ofício quanto à documentação, estão todos eles em CD. Também despacho para o Relator da matéria para verificação se o que consta no CD satisfaz sua excelência.

Também recebi do Crea ofício fazendo referência à documentação. E também despacho ao Relator da CPI para verificar se há satisfação ou não quanto à solicitação ao Deinfra (*sic*).

Hoje temos a ouvida de três testemunhas, que são o senhor Roberto Ozorio de Almeida, o senhor Raul Ozorio de Almeida e o senhor Paulo Procopiak de Aguiar.

Os três estão presentes?

(*Os três depoentes levantam a mão.*)

Por gentileza, eu convido para fazer parte desta mesa o senhor Paulo Procopiak de Aguiar e solicito que o senhor Roberto Ozorio de Almeida e o senhor Raul Ozorio de Almeida aguardem a chamada no gabinete da



Coordenadoria das Comissões, por gentileza, onde serão bem recebidos e ficarão lá aguardando a chamada.

(Os depoentes Roberto Ozorio de Almeida e Raul Ozorio de Almeida se retiram do recinto.)

O senhor Paulo Procopiak de Aguiar se faz acompanhado de um procurador.

Senhores Deputados, vamos dar início.

Senhor Paulo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Pela ordem, com a palavra o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tenho um ofício através do qual solicito que seja requisitado ao Poder Judiciário o processo judicial ajuizado pela empresa Vivenda Construção e Incorporação mencionado nos depoimentos prestados na data de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Está deferido o pedido do Deputado João Amin e solicito à assessoria que faça o expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça.

Senhor Paulo Procopiak de Aguiar, o senhor recebeu um ofício de convocação para, na qualidade de testemunha, vir prestar informações quanto à CPI da Ponte. O senhor tem consciência disso?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – *(Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor pode chegar um pouco mais perto [do microfone], por favor. É melhor.

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Sim, recebi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor pode ficar calado, se desejar.

O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca dos fatos e do que lhe for perguntado?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim.

O seu procurador pode lhe instruir, mas não vai ter direito a palavra. Perfeito?

(O senhor Paulo Procopiak de Aguiar gesticula que sim com a cabeça.)

Se o senhor desejar ter instrução do seu procurador, não há qualquer óbice, esta Comissão lhe franquia, mas ele não poderá fazer qualquer tipo de manifestação ou gesto de aprovação, ou gesto de descontentamento, ou desaprovação.

Mas eu gostaria que o senhor procurador, por causa da ata da taquigrafia, falasse no microfone seu nome completo, o número da OAB e se é de Santa Catarina ou não, e o endereço do escritório. Por gentileza.

O SR. JOÃO RICARDO CUNHA DE ALMEIDA – Perfeito.

Meu nome, senhor Presidente, é João Ricardo Cunha de Almeida, sou inscrito na OAB de Santa Catarina sob o número 33.707 adicional, minha inscrição originária é do Paraná, 11.475, meu escritório situa-se na Avenida Cândido de Abreu, 660, 16º andar, Centro Cívico, Curitiba/Paraná, e sou titular do escritório Cunha de Almeida, Hollanda & Monclaro Advogados Associados. E estou ao dispor também de vossa excelência e da Comissão se preciso for.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Eu peço à assessoria que forneça ao senhor Paulo um bloco e uma caneta para que, se eventualmente vossa senhoria precisar, possa fazer uma anotação.



(Procede-se à entrega ao senhor Paulo Procopiak de Aguiar de um bloco de anotações e de uma caneta.)

Temos em mão aqui fotocópia autenticada da identidade e do CPF do senhor Paulo Procopiak de Aguiar.

Senhor Paulo, por primeiro o Relator da CPI, Deputado Bruno Souza, vai lhe fazer as perguntas que entender necessárias...

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor vai responder, nós não vamos interferir nas suas respostas. Esta audiência está passando ao vivo, está sendo gravada e evidentemente depois vai fazer parte da ata conforme a presença dos taquígrafos da Assembleia Legislativa no dia de hoje aqui.

Então... mas antes gostaria que o senhor dissesse o seu nome completo, a data de nascimento, a sua profissão e o seu endereço residencial para que ficasse registrado.

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Meu nome completo é Paulo Procopiak de Aguiar, eu nasci em 2 de fevereiro de 1941, resido em Curitiba, à rua Frida Oertel nº 500.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Satisfeito, Deputado Bruno? Vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Boa tarde, senhor Paulo.

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Agradeço a sua presença. O senhor foi convidado a vir nesta CPI porque fez parte do quadro societário da empresa Roca e hoje, esse é o nosso primeiro contato, nós vamos falar especificamente sobre os questionamentos relativos aos anos de 1980 a 2000. Numa outra oportunidade talvez conversemos sobre o outro período. Mas, de qualquer forma, hoje nós vamos falar sobre os contratos



firmados em 1980, em 1986, em 1992, em 1994, em 1996, em 1999.
[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]

Então agradeço a sua presença e acredito que ela pode ser muito útil para que nós possamos esclarecer um pouco da história da nossa, desta obra e do objeto desta CPI.

Senhor Paulo, o senhor era sócio da Construtora Roca na época dos contratos firmados com o DER para manutenção da Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR - Veja, eu fui sócio da construtora Roca até 1988. Há pouco mais de 30 anos atrás, deixei de ser sócio, mas eu era apenas cotista, não tinha nenhuma atuação na gestão, digamos. Então eu não sei lhe responder isso, porque é uma coisa de mais de 30 anos. Eu fui sócio, em 1988 eu vendi as minhas cotas para os então meus sócios e me afastei da companhia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor era o sócio fundador?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Olha, a gente tem que buscar lá atrás, mas eu acho que não. Eu acho que o sócio fundador da construtora Roca foi o doutor Roberto Ozório de Almeida, que vem a ser falecido, pai dos doutores Roberto e Raul que aqui estão e que era um engenheiro muito conhecido no Brasil inteiro nesta área de estruturas metálicas e era muito amigo de meu pai, que inclusive foi Secretário de Estado aqui em Santa Catarina, foi professor catedrático.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor então não confirma que era sócio fundador?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR - Não, veja bem, eu não posso lhe confirmar. O que eu sei é que a empresa, posteriormente, a Roca já existia, depois foi incorporada, eu fiquei um tempo lá e depois saí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E já existia com o nome Roca?



O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR - Acredito que com o nome Roca. Talvez o doutor Raul e o doutor Roberto possam esclarecer isso melhor do que eu, mas eu não tenho segurança com relação a isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor fala que era só cotista, mas o senhor tinha a maior cota da empresa, tinha 31,52% da empresa.

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E quando o senhor se desligou da empresa? Para registro.

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR - Foi em 1988. Se não me engano, em setembro de 1988.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual era a sua função, à época, na empresa? O senhor possuía algum poder de gerência, de mando à época da sua participação no quadro societário?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Olha, do tempo todo de participação do quadro societário, a empresa foi conduzida pelos meus sócios. Eu não participava de decisões sobre contratações, sobre preços ou coisas dessa natureza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não participava, de forma alguma, da gerência da empresa?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR - Não, não. Evidentemente, eu recebia informações de uma maneira bastante informal, etc., mas eu não participava da gestão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas de atos administrativos o senhor não se recorda de ter participado?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Não me recordo de ter participado.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o responsável técnico era o senhor também?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Não, eu acredito que os responsáveis eram dois, o doutor Roberto Ozorio de Almeida e o doutor Raul Ozorio de Almeida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra qual foi o primeiro contrato firmado como o Estado de Santa Catarina para a manutenção da Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não tem recordação?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Não, nunca tive contato com este contrato, não tenho nenhuma informação a respeito dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas sabia que eles existiam?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Sabia que a empresa trabalhava com a Ponte Hercílio Luz, isso eu sabia, mas não tinha nenhuma informação detalhada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu digo isso porque a empresa firmou diversos contratos com Estado desde o ano de 1980. Então se o senhor saiu em 1988, o senhor ficou presente 8 anos enquanto a empresa tinha contratos com o Estado. E relativo a isso, o senhor não lembra de nenhuma dessas contratações durante esses 8 anos?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Veja, eu era sócio cotista de uma pequena empresa e não participava da gestão da empresa. A empresa era uma empresa especializada em estruturas metálicas. Era uma empresa, pode-se assim dizer, uma pequena empresa, crescendo, e que se baseava fundamentalmente na capacidade técnica do doutor Roberto Ozorio de Almeida, já falecido, e dos dois filhos dele.



Eu sou engenheiro, posso conhecer alguma coisa da minha profissão, graças a Deus, mas certamente não entendo nada de estruturas metálicas. Sei que a empresa participava de licitações, ganhava e perdia. Sei que trabalhou, por exemplo, com a rede ferroviária, sei que trabalhou com diversas indústrias, ou seja, sei que ela tinha uma vida ativa participando do mercado, ganhando e perdendo obras. Mas detalhes, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No caso da Ponte Hercílio Luz, o senhor lembra quais foram os serviços contratados?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Não, não sei quais serviços foram. Me lembro que eles trabalhavam aqui, que tinham, mas eu não sei exatamente qual serviço. Reforço... imagino que fossem essas coisas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra se era serviço de manutenção, conservação ou se envolvia somente jateamento, pintura e rebitagem?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Não, não posso lhe dizer com exatidão, porque eu nunca lidei com esses contratos. Agora, vamos dizer assim, o que eu imagino é que numa obra como essa deveria ter provavelmente jateamento, deveria ter pintura, deveria ter reforço da estrutura, deveria ter, talvez, substituição de peças e coisas desse tipo.

Eu me lembro que numa ocasião - comentou-se muito aqui em Santa Catarina - que um dos olhais da ponte estava aberto. Isso até... também nem sei se a Roca foi trabalhar nisso ou se outra empresa ganhou a licitação, mas era o assunto comentado assim, *en passant*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor também, como maior investidor da empresa, já que tinha a maior parte das cotas, o senhor provavelmente sabia que nos contratos, sabia se nos contratos existiam quantitativos, se existiam quantitativos pré-definidos para cada objeto, ou se o contrato era aberto, genérico, já que o senhor era o maior investidor. O senhor tinha essa noção, se os contratos eram abertos, se eram genéricos ou se existam quantitativos?



O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Olha, como investidor, não era minha função, por exemplo, ir examinar os contratos. Aí eu teria que ser gestor. Como investidor, eu sou hoje conselheiro de outras empresas etc., eu tenho determinadas atribuições e, evidentemente, eu avalio o comportamento da empresa em função dos resultados que apresenta e da qualificação dos seus técnicos.

Eu tenho, os meus sócios, os meus antigos sócios têm excelente conceito técnico, pessoas muito íntegras etc., e sempre tive muita confiança neles. Então nunca me ocorreu que eu fosse examinar qualquer coisa que eles estivessem fazendo para verificar se estava correto ou não. Agora, nas obras de engenharia você tem várias formas de contratação.

Você tem várias formas de contratação, por exemplo, em que você tem uma série de quantitativos e de preços unitários. Você tem contratações em que você tem que ter preços globais etc. Imagino que isso são coisas conhecidas, aplicadas de modo geral nas contratações de obras de engenharia. Não tenho conhecimento de que tem tido alguma coisa, assim, diferente no caso dos contratos da Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor fazia parte do quadro societário e não acompanhava, na verdade, a execução da obra. E, por acaso, o senhor conhece o engenheiro Ricardo Procopiak Saporiti?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — O Ricardo Procopiak Saporiti é meu primo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele é seu primo.

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque o engenheiro Ricardo Procopiak Saporiti era servidor do DER à época, participou da reunião no dia 13 de novembro 1984, quando o senhor era membro do quadro societário, realizada no DER e que tratava do cronograma físico e



financeiro da obra de recuperação da ponte. Algum órgão de controle já questionou este vínculo de parentesco entre o senhor e um servidor do DER à época que participava da elaboração de cronogramas físico-financeiros das obras de recuperação da Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Olha, eu estou tomando conhecimento dessa informação pelo senhor. O meu primo, eu tenho muito pouco contato com ele. Ele mora aqui e eu moro lá em Curitiba, e eu nunca tive qualquer tipo de contato profissional com ele. E eu estou tomando conhecimento disso pela sua palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor nunca foi questionado, porque o senhor é primo de um servidor que participava ativamente das obras da Ponte Hercílio Luz? A empresa do senhor participou, só no período em que estamos conversando, de 20 anos de obras na Ponte Hercílio Luz, e nunca houve nenhum questionamento sobre isso? Nenhum órgão de controle nunca questionou esse parentesco direto entre o senhor e o seu primo? O senhor, dono da esperança, maior sócio de uma empresa e o seu primo, um servidor responsável e que participava ativamente das obras da Ponte Hercílio Luz pela parte do Estado?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Não, veja. Como eu lhe falei, eu nem sabia que o Ricardo tinha esse tipo de atuação, entendeu? Portanto, se eu nem sabia que existia, nunca houve qualquer tipo de questionamento. Nem eu sabia... *[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não sabia da atuação do senhor Ricardo?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem mais alguma informação ou fato que gostaria de esclarecer e informar a essa comissão?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Deputado, na verdade, o resumo da situação acho que se traduz naqueles mais de 30 anos em que eu



me afastei da empresa. Na confiança que eu tinha nas pessoas eu não participei de elaborações, por exemplo, eu nunca discuti uma proposta, nunca discuti preço, um reajuste ou uma coisa desse tipo porque a empresa fazia isso e eu fui sócio da empresa até um determinado momento quando posteriormente vendi. Mas nunca tive notícia de qualquer tipo de irregularidade nas posturas da companhia nem aqui na Ponte Hercílio Luz e nem da parte de nenhum dos outros contratantes que ela atendia. Pelo contrário, de modo geral, em comentário, sempre comentários casuais porque nunca era uma coisa formal, havia sempre elogios muito grandes à responsabilidade e à qualidade técnica da empresa. Basicamente é o que o sei. Lamento não ter detalhes, mas é porque eu não participava disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas talvez o Senhor possa me dar uma informação que eu fiquei curioso aqui. O senhor era, pelo que eu entendi, era mais até investidor do que propriamente administrador. Então provavelmente sua preocupação maior era com os proventos e recebimentos da empresa. Então o senhor saberia me dizer se alguma vez houve atraso, se não houver atraso de pagamentos, se era recebido normalmente, se o fluxo de pagamento acontecia normalmente ao senhor?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Veja, eu nunca acompanhei o fluxo de pagamento da empresa junto aos seus contratantes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu digo, na época, do DER para empresa, e não da empresa para os seus contratados. Do Estado para empresa. O Estado atrasava o pagamento...

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Não sei, não sei lhe responder, não posso lhe responder, porque eu não acompanhava isso, isso era da gestão da companhia e eu não acompanhava isso. Então imagino que possa ter havido, mas certamente eu não posso afirmar, como não posso afirmar que não tenha havido e nem poderia dizer ao senhor se este ou aquele contratante deixou de pagar corretamente os seus compromissos.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra quanto representava mais ou menos a obra da ponte, o contrato da Ponte Hercílio Luz em relação aos outros contratos da empresa? Se era um contrato grande em relação aos outros que a empresa tinha, se representava uma parcela pequena dos contratos totais? O senhor se lembra disso?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Não, senhor, eu não tenho essa informação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado. Estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, abro a palavra aos senhores. Deputado Volnei, alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Não tenho perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Fernando, Deputado João Amin, Deputado Sargento Lima, Deputado Jessé Lopes...

Deputado Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Boa tarde, senhor.

O senhor consegue se lembrar se em algum momento foi interrompido o contrato e depois novamente foi feito um novo contrato com o Estado de Santa Catarina por essa empresa?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Veja. Eu não consigo me lembrar. Eu entendo que por me lembrar seria o seguinte: eu estou acompanhando uma coisa, ocorre uma interrupção, eu sei que está ocorrendo e depois volta. Eu nunca acompanhei isso. O que eu imagino é que possa ter havido, porque na ponte foram tantos anos de obras, aditivos e coisas, etc... Mas eu não tenho lembrança sobre esse assunto porque não tinha informação



sobre essas situações nem com a ponte nem com nenhum outro contratante da empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, não havendo mais nada a tratar com o senhor Paulo Procopiak de Aguiar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O Deputado Jessé tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O Deputado Jessé tem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Qual foi o motivo que fez o senhor sair da sociedade?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Na verdade, aí, eu teria que contar uma história mais comprida, teria que começar dizendo qual foi o motivo pelo qual eu entrei na sociedade. É que nós tínhamos uma sociedade de engenharia, eu e os outros sócios, anteriormente. E num determinado momento essa sociedade de engenharia foi vendida para um grupo. E na hora de vender a sociedade de engenharia que eu era cotista, meu pai era cotista e outras pessoas, inclusive o doutor Roberto Ozorio de Almeida, eu aceitei receber uma parte, digamos, aceitei ficar sócio da Roca, para que a Roca pudesse continuar nas mãos do doutor Roberto e de seus filhos. Então foi essa a razão pela qual eu fiquei e fiquei apenas durante o tempo, digamos, necessário para que eles se consolidassem. Desde o começo, nós tínhamos conversado que era um apoio meu, no dia em que eles pudessem e desejassem, digamos, assumir totalmente a companhia, não teria problema, porque a minha vida era em outras atividades, engenharia, etc...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — A iniciativa para o senhor sair foi deles ou foi do senhor?



O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Não, isso foi um combinado entre nós. Num determinado momento, pelo o que eu me lembro, eles me procuraram: “Vamos fazer...”. E fizemos a separação.

Agora uma coisa que eu queria comentar é o seguinte: um dos senhores comentou que eu era mais um investidor do que um executivo. Não. Na verdade, a minha vida sempre foi de executivo, eu fui sócio de empresa privada, trabalhei na Copel, trabalhei na Eletrobras, trabalhei em Brasília, trabalhei na Companhia do Cimento (*ininteligível*), como executivo. Só tive participação no começo da minha vida profissional em duas ou três empresas, uma das quais foi a Roca.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E nesse período, você não se agradou dos lucros desse investimento? Se agradou ou não se agradou? Não teve interesse em permanecer?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Não tive interesse em permanecer, não era o meu assunto em especialidade e eles podiam fazer isso muito bem. Eu preferi me concentrar nas minhas atividades e na minha vida profissional. Então quando eles se sentiram em condições de me fazer uma proposta, fizeram a proposta, eu aceitei a proposta e me afastei da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual era o nome da sociedade anterior que o senhor alega que foi liquidada que o senhor fazia parte antes?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Ela foi vendida. Bom, indo também lá pra trás, havia uma empresa chamada Magyar S.A. Engenheiros Construtores e essa empresa, por sua vez, foi vendida algum tempo depois e, posteriormente, constituímos uma outra empresa chamada Magyar e Companhia que era, digamos, um pedaço da Magyar. Na época, a Magyar estava construindo a Usina Hidrelétrica de Julho de Mesquita Filho, na Foz no Rio Chopim, e eu era engenheiro residente lá. Então na ocasião em que foi



vendida a Magyar e Companhia recomprou. E, aí, que surgiu a ligação da aproximação do meu pai com o doutor Ozorio e se desdobrou o que eu acabei de relatar aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, não havendo mais perguntas ao senhor Paulo, dou por encerrada a ouvida do senhor Paulo Procopiak de Aguiar.

Vossa senhoria está dispensado.

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Muito obrigado, senhor Presidente, obrigado por terem me permitido comparecer perante os senhores para dar os esclarecimentos e eu permaneço inteiramente à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito obrigado. Solicito à assessoria que faça o apensamento das fotocópias do CPF, da Carteira de Identidade do senhor Paulo e da procuração do seu advogado ao processo.

Solicito que a assessoria convide o senhor Roberto Ozorio de Almeida. *(Pausa.)* Enquanto sua excelência não vem, acabo de receber um ofício do Deinfra, da Secretaria de Infraestrutura, Diretoria de Infraestrutura, assinado pelo engenheiro José Abel da Silva, diretor de infraestrutura, remetendo a uma série de processos que está aqui em CD. Ele remete da Prosul/Concremat, Consórcio Florianópolis Monumento, RMG, Empa, Teixeira Duarte, Teixeira Duarte, RMG, JG Materiais de Construção e Teixeira Duarte. *[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]*

Despacho o presente ofício ao Relator da matéria para verificar se se dá por satisfeito com os documentos recebidos.

Também recebi o Ofício nº. DINF 005/2019, também assinado pelo engenheiro José Abel da Silva, que faz a remessa de documentos referente ao Consórcio Florianópolis Monumento, RMG, Empa, Teixeira Duarte e Teixeira Duarte, todos datados do dia 16 de abril, recebidos agora há pouco nesta Comissão.



Também despacho ao senhor relator da matéria para verificação, e se dá por satisfeito do recebimento ou não.

O senhor é o senhor Roberto Ozorio de Almeida? E se faz acompanhado de seu advogado?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Antes de eu conversar com o senhor, eu gostaria que o seu advogado pegasse o microfone, dissesse seu nome completo, a OAB, o Estado, o endereço do seu escritório. Por gentileza.

O SR. THIAGO LIMA ABREU — Sou Thiago Lima Abreu, OAB/Paraná 36742, pertencente à Sociedade de Advogados Vernalha Guimarães e Pereira, situada à rua Mateus Leme, 575, Curitiba/PR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito obrigado.

Senhor advogado, é permitida a sua presença ao lado do senhor Roberto Ozorio de Almeida, mas não será lhe oportunizada a manifestação perante esta Comissão. Mas o senhor pode, se desejar, a pedido do senhor Roberto, orientá-lo naquilo que o senhor entender e que deva fazer. E também não praticar qualquer gesto de apoio ou de desagrado de qualquer manifestação ou de resposta do senhor Roberto Ozorio.

Tenho aqui em mãos e peço à assessoria que fotocopie a identidade do senhor Roberto Ozorio de Almeida.

Senhor Roberto Ozorio de Almeida, eu gostaria que o senhor ocupasse o microfone e dissesse o seu nome completo, sua data de nascimento, sua residência e sua profissão, por gentileza.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Roberto Ozorio de Almeida, engenheiro civil, nascido em 06/11/48, meu endereço é rua Lindolfo Pessoa, 180, apto 106, Curitiba/PR.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor foi convidado para permanecer no dia de hoje para na qualidade de testemunha prestar informações acerca da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata sobre a Ponte Hercílio Luz. O senhor tem conhecimento?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor assume o compromisso de dizer somente a verdade e a verdade nesta Comissão de tudo aquilo que lhe for perguntado?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Assumo o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vou passar a palavra ao eminente Deputado Bruno Souza, Relator desta CPI, para que possa começar fazer as perguntas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Roberto.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Agradeço a sua presença, espero que a gente consiga esclarecer um pouco dessa história dessa obra. O senhor foi convidado porque fez parte ou faz parte — aí o senhor vai me responder — da empresa Roca. A empresa tem diversos contratos firmados com o Estado de Santa Catarina. Hoje, vamos falar do período de 1980 a 2000. Numa outra oportunidade, nós talvez falemos dos contratos havidos posteriormente.

O senhor foi sócio-fundador da empresa? Poderia já aproveitar e me explicar um pouquinho da história da empresa e da sua participação nela?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Olha, a Roca iniciou comigo e mais outros dois sócios que não são mais hoje, estão fora da sociedade. Depois entrou meu irmão, Raul Ozorio de Almeida e o meu pai, Roberto Saraiva Ozorio de Almeida. Também, entrou Paulo Procopiaki de Aguiar, como



sócio. Em 1988, o Paulo Procopiaki de Aguiar afastou-se da sociedade, mas ele nunca participou de nenhum ato administrativo, sempre foi só acionista.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E qual era a sua função na empresa? Possuía poder de administração ou gerência?

SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, eu fui, eu sou diretor técnico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Diretor técnico?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu e o meu irmão Raul Ozorio de Almeida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eram diretores técnicos?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Diretores técnicos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, tinham poderes de administração ou gerência.

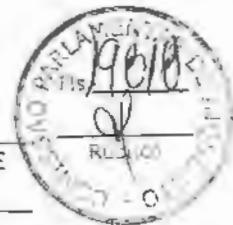
O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — O Paulo era o maior acionista. A empresa foi fundada pelos senhores. Qual a razão disso?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Veja a história da Roca, quando eu fundei, era eu, o Araci Barboza Sobrinho, e o Carlos Gabriel Fraxino Filho. Daí quando a Roca fez alguns serviços, paralisou a Roca. E quando o Paulo Procopiak, o Raul Ozorio, meu irmão, e o meu pai, entraram na Roca, eles entram através da empresa Ivaí Engenharia de obras S.A., que tinha sido vendida. E daí o Raul, o meu pai e o Paulo Procopiak entraram na Roca nessa época. Daí que eles entraram na sociedade e... e os outros saíram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então eles entraram no lugar desses que saíram.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eles entraram no lugar dos que saíram.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi. E, pelo que entendi, então o senhor...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Depois mais tarde, o Paulo Procopiak, retirou-se da sociedade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. E, pelo o que eu entendi, o senhor que era o responsável técnico da empresa?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu e o Raul.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. O senhor lembra qual foi o primeiro contrato firmado aqui no Estado de Santa Catarina para manutenção da Ponte Hercílio Luz?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Acho que foi em 1980.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A empresa, na verdade, firmou diversos contratos com o Estado relativos à Ponte Hercílio Luz. O senhor lembra de todas as contratações?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Me lembro em termos.

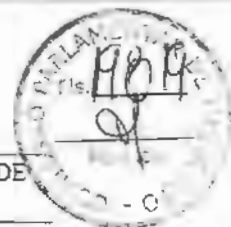
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor... Perdão!

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, me lembro em termos, porque alguns contratos... eram feitos novos contratos, novas licitações. Então, em detalhes, eu não me lembro, mas foram feitos vários contratos, acho que cinco ou seis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra quais foram os serviços contratados?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Sempre foi a manutenção, a recuperação, a restauração da Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o que envolvia esses serviços de manutenção e... Perdão! O senhor falou manutenção e? Restauração?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu não lembro se era restauração, mas era basicamente manutenção da Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra o que envolvia esses serviços de manutenção?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eram trocas de peças da ponte que estavam com a corrosão muito avançada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Trocas de peças.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Trocas de peças.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não envolvia jateamento, pintura...?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Jateamento, pintura e andaimes. Se trocavam as peças, depois tinha jateamento, tinha pintura, rebites e andaimes para ter acesso aos locais da ponte onde tinha que se trocar as peças.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor, como o responsável técnico, sabe me dizer se existiam quantitativos predefinidos para cada objeto ou o contrato era aberto e genérico?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — O contrato era meio genérico, porque era... primeiro teria que saber onde estava... inspecionar a ponte para ver onde tinha peça que tinha muita corrosão para depois substituí-la.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Então, era um contrato...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Aberto.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Em aberto.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não existiam, então, quantitativos predefinidos para calcular, para fazer os cálculos de medições?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, isso... As medições eram...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — As medições, sim, mas não existia...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — ... a peça você trocava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas no contrato não existia os quantitativos predefinidos, então?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Nós tivemos dois contratos, né? Dois tipos de contratos. Um que era o fornecimento de mão de obra e materiais e, depois, mais tarde, um que era por preços unitários.

Então esse segundo contrato que tinha os preços unitários, tinha um quantitativo com os preços unitários.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor me falou que então faziam a inspeção e viam onde era necessário fazer o reparo, né?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É, o reparo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quem fazia essas inspeções?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Ah, era um engenheiro residente nosso e o engenheiro designado pelo Deinfra para fiscalizar a ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era um engenheiro do senhor e um engenheiro do Deinfra?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Da empresa e outro do Deinfra.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra o nome desses engenheiros?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não me lembro, porque, na verdade, eu... o dia a dia da ponte aqui não era eu que fazia. Eu ficava mais em Curitiba nos serviços administrativos. O dia a dia da ponte era mais o meu irmão Raul que estava sempre aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era o Raul que estava mais aqui?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Mais aqui, era ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor lembra se o seu irmão lhe comentava se os fiscais pela parte do Deinfra estavam presentes na obra? Se as inspeções eram realizadas, na maior parte, apenas pelo seu engenheiro ou...? *[Revisão: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]*

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Olha, eu não participava nisso, no dia a dia aqui, mas eu acredito que, sim... porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra... Perdão!

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — ... porque ele sempre tinha o contato com ele. Quando ele vinha aqui tinha o engenheiro daqui. Eu não sei te informar realmente porque eu não participava dessas inspeções, aí, no dia a dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor lembra de algum nome, da parte do Deinfra, na época, que era envolvido com a parte operacional, com os canteiros, que estava mais presente no dia a dia?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não lembro o nome.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não sabe citar nenhum?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Desses 20 anos o senhor não lembra de nenhum prestar?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, não, não me lembro, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra se esses serviços foram executados e prestados integralmente ou parcialmente?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Como assim?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se todos os contratos foram executado até o final? Houve a prestação integral desses serviços contratados ou os contratos foram cumpridos apenas parcialmente?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, veja, os contratos eram para substituição de peças, rebites, jateamento de pintura, e andaimes. Então, a medida que tinha verba, ia se fazendo os serviços que precisavam ser executados e isso fatalmente ia consumindo as verbas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não existia um... um...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas existia um valor total contratado?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Contratado, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E esse total era executado? Chegava-se a executar esse total contratado?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não sei te dizer, porque eu não participava no dia a dia disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas participava da administração da empresa?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Participava da administração da empresa, mas quem estava nesse dia a dia aqui, nessas medições era sempre o Raul.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra o cronograma foi sempre executado sem entrave ou se foi necessário prolongar o prazo desses contratos? O senhor lembra disso?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra se houve algum problema com pagamentos por parte do Estado?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Os pagamentos, às vezes, atrasavam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Atrasavam?

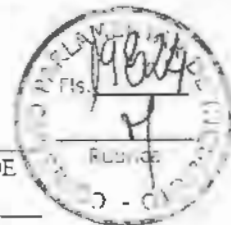
O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Às vezes, chegaram a atrasar até seis meses.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E eram recorrentes? Acontecia recorrentemente?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Acontecia ... era cíclico, dependendo se o Estado tinha... às vezes, o Estado está sem caixa, alguma coisa assim. Então, às vezes, os pagamentos eram atrasados. Outras vezes pagavam em dia, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Participando do mercado as empresas se conversam. O senhor sabe se outras empresas que tinham contrato com o Estado recebiam pagamento em dia ou existia esse atraso também?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não sei te dizer. Mas eu acredito que, sim, porque isso é um... na engenharia todo mundo sabe que o Estado... Hoje em dia não é mais assim, mas antigamente o Estado atrasava, não só aqui, como em todos os lugares.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra durante quanto tempo, apesar de os contratos terem data aqui, que esses serviços foram executados? Durante quanto tempo a equipe do senhor ficou efetivamente na obra durante esses contratos? O senhor tem memória disso?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Ah, ficou, ficou... começou em 80, né, foi até..., se não me engano até 2006.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Até 2006. Durante todo esse período o senhor esteve...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, nós tivemos um... um espaço de tempo aí que nós saímos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual foi o motivo?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Nós não ganhamos a concorrência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Só um pouquinho, esse barulho.

(O senhor Relator, Deputado Bruno Souza, fora do microfone, questiona sobre o ruído saindo dos microfones, se teria algum microfone aberto.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ah, é.

O senhor...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Nós perdemos a concorrência, daí, nós ficamos de fora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perderam a concorrência?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Perdemos a concorrência, ficamos de fora e daí...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O que aconteceu? Os senhores vinham ganhando contratos atrás de contratos e, aí, perderam uma concorrência. O senhor lembra qual foi a razão? Qual foi o motivo que ficaram de fora nesse tempo?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não, eu não sei. A outra empresa teve o preço mais vantajoso que o nosso, né, a concorrência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E os senhores, de alguma forma, acionaram a Justiça ou tentaram se manter na...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não, não... aceitamos o resultado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não contestaram o resultado?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não, em absoluto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não contestaram?

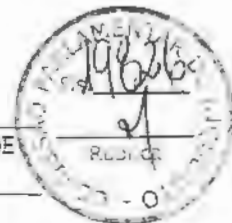
O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ainda sobre os serviços executados que nós estávamos falando. Eu fiquei aqui pensando: se não existiam esses quantitativos que o senhor fala, como que se formava o valor de pagamento? Como que o Estado formava o valor de pagamento para a empresa?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não, existiam os preços unitários. O valor de pagamento da empresa era em função dos serviços executados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tá, mas o senhor me falou que não existiam quantitativos pré-definidos.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não. Na concorrência existia, mas isso aí foram... a medida que saía a verba, ia é...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu sei. Mas como que era calculado o custo de cada serviço que o senhor prestava, se não existiam os quantitativos?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA -Não. Era feito um levantamento do que você tinha feito exatamente... tinha um fiscal da empresa... do Deinfra que ia, fazia a medição, assinava a medição. Nós concordávamos com o quantitativo, depois, se emitia a fatura com os percentuários (*sic*) e com as quantidades levantadas e executadas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então, o quantitativo, o valor de pagamento era acertado depois do contrato...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Era acertado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...na hora que se via o que ia fazer?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Na hora... todo o mês. Não, depois do que estava feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Depois?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Chega no fim do mês você faz o levantamento do que você fez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Certo? Quantos rebites, quantos quilos de peças, quantos jatos de pintura e, daí, em cima disso, sairia uma medição com os preços do contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas, como não existiam os quantitativos, então era feito... era... era... os dois – o fiscal da empresa e do Deinfra – que determinavam um valor arbitrário sobre o quanto...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não. Arbitrário, não. O que se executava.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu sei, mas não existiam os quantitativos, o senhor me falou.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não. Existiam quantitativos, tá? Só que os quantitativos... os quantitativos do contrato, tá... Em função dos preços unitários dos quantitativos do contrato, o que você executava na obra, jogava o preço unitário em cima e tinha o valor da medição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi.

Quantas vezes o senhor visitou a Ponte Hercílio Luz?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu vim muito pouco aqui, porque eu não participava do dia a dia aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Veio pouco aqui?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Pouco, muito pouco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra das condições estruturais da Ponte Hercílio Luz à época?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - As condições estruturais?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso. Qual a sua memória sobre as condições da ponte na época?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Olha, eu sei mais o que o Raul me dizia, porque ele vinha direto aqui, que as pontes estavam muito deterioradas. Tinha peças que tinham mais de 50% da seção já corroída pela ferrugem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Entendi.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Às vezes, ficou até assustado de... de... Porque essa ponte passou muitos anos também, né, acho que sem muita manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor lembra se as condições... Pela sua memória, então, as condições estruturais



da ponte denotavam a realização de manutenção periódica? Precisava dessa manutenção periódica?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Precisava, precisava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra que tipo de serviços eram realizados à época notadamente por outras empresas que eventualmente executaram serviços na Ponte Hercílio Luz? O senhor lembra de outras empresas?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - De outras empresas, não. Não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não lembra?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Era só... O senhor lembra apenas da...

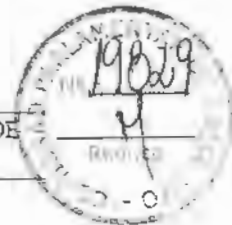
O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Eu lembro da Roca, antes disso ou depois, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra da execução de serviços realizados pelas seguintes empresas na Ponte Hercílio Luz no início da década de 80?: a Engequip, a White Martins, a A. Maykot Cia. Ltda., a Philipp S/A e a Jair Philipp. O senhor lembra dessas empresas?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não, não lembro de nenhum nome desses. Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não lembra.

O senhor lembra como funcionava a fiscalização e supervisão dos serviços pelo Estado, pelo Deinfra? Quantos fiscais atuavam no canteiro de obras? O senhor tem alguma memória desse tipo?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não posso te dizer porque eu não... realmente, já te disse, eu vinha pouquíssimo. Quem atendia o dia a dia da obra aqui era o Raul. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E, ao final da execução do contrato, ainda existiam serviços necessários a serem realizados na ponte?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Ah, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É? Existiam ainda...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - A ponte ainda tinha muita peça a ser trocada, tudo isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E alguma vez foi requerida ou solicitada execução de outros serviços que não estavam originalmente previstos ou houve mudanças nos projetos?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Que eu tenha conhecimento, não. *[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo. A Empresa Roca, ao prestar serviço de manutenção à Ponte Hercílio Luz, realizou algum tipo de estudo sobre suas condições estruturais? A estabilidade, a necessidade de recuperação estrutural... Que tipos de estudos foram realizados para vocês realizarem os trabalhos e quais as conclusões desses estudos?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Veja, a Roca, como eu já te disse, várias vezes, eu... o Raul isso aí... Mas eu não me lembro da Roca, a Roca não fez isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nunca fez nenhum estudo sobre as condições estruturais?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Que eu me lembre, não. Até o Raul depois pode ter informar com bastante certeza.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu pergunto porque vocês assumiram um contrato, então, eu imagino que deveriam ter uma análise ou uma ideia sobre as condições da ponte pra...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, a ideia das condições da ponte... a gente sabia que a ponte precisava desse tratamento especial de manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas não lembra se teve algum estudo?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA— Não, isso aí não, não, não passava por mim, sabe?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O senhor tem alguma memória, talvez o seu irmão tenha comentado ou o senhor tenha visto, de quais as condições dos aparelhos de apoio das torres principais - os pilões - naquela época? O senhor tem memória dessas estruturas?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA— Não tenho.

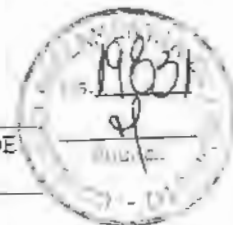
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E a empresa, o senhor sabe se chegou a prestar algum tipo de manutenção ou recuperação nessas estruturas?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA— Veja, eu acho, porque eu não participava sempre, que tinha uma das torres que sofreu um reforço muito grande, uma recuperação muito grande.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por parte da Roca?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA— Por parte da Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor sabe...



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA– O Raul vai te explicar exatamente os detalhes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor saberia informar qual a periodicidade da inspeção ou manutenção nessa torre principal que a Roca...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Ah, o Raul tava toda semana por aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E sabe se ele possui algum documento que comprove essa manutenção?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não sei disso. Isso... Não sei se fazia algum documento. Mas que eu sei que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Algum registro fotográfico, algo do tipo?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não sei te dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Relatórios de obra?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não sei te dizer se tem isso, porque, como eu te disse, eu ficava meio à parte. Minha parte era mais administrativa, sabe, e não entrava nesse detalhe técnico nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o Deinfra disponibilizou algum plano de manutenção da ponte para os senhores quando os senhores assumiram o trabalho?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não sei te dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a empresa tinha um roteiro de manutenção?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – (Pausa.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Os senhores tinham um roteiro para fazer a manutenção na ponte ou era aleatório?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não, eu acho... Eu.. eu... eu... eles faziam... tavam no dia a dia ali, viam quais eram os serviços mais necessários, as peças mais desgastadas, e iam trocando essas peças.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então não existia um roteiro pré-definido que se devia cumprir pra...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tá.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Mas veja, eu tô te dizendo isso sem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, sim.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA –... participar do dia a dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ã-hã.

E esses serviços, que o senhor fala que eram feitos após ver a sua necessidade, eles eram diários?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Ah, sim, tinha... a turma trabalhava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Era diário?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – É, diário, dia a dia lá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor sabe me informar se a Roca possui ligação com a antiga empresa que prestava serviço de manutenção à Ponte Hercílio Luz, a Machado da Costa?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não, a Roca não tem nada com a Machado da Costa. O meu pai trabalhou na Machado da Costa.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Seu pai trabalhou?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – É. Mas a Roca não tem nada a ver com Machado da Costa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor então conhece a Machado da Costa?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Conhecia a empresa Machado... essa eu conhecia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor sabe se a empresa Roca prestou algum serviço de manutenção a esse período anterior a 1980?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Pra Hercílio Luz?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O senhor pode me falar um pouco mais sobre a Machado? O que o senhor recorda da empresa, o que o senhor pode nos contar em relação à Machado da Costa?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Olha, o que eu sei da Machado da Costa é da minha infância que tá muito (ri)... muito tempo atrás! O meu pai começou a trabalhar na Machado da Costa, tá. Mas o meu pai é de 1916. Então ele trabalhou na Machado da Costa por um bom tempo, que fazia reforço de pontes metálicas, tá? E depois meu pai saiu, trabalhou em outra empresa e mais tarde nós fizemos a Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor sabe que a Machado da Costa fazia manutenção na Ponte Hercílio Luz?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Eu sei que a Machado da Costa trabalhou aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Porque o senhor falou que não tinha manutenção antes...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não, não... *(Pausa.)* É, eu acho que aí foi uma falha minha, certo? Decerto tinha manutenção, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ... da Machado da Costa.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – A Machado da Costa trabalhou... é... exatamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A empresa em que trabalhava seu pai.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – É... é... a empresa... O meu pai trabalhou na Machado da Costa, mas eu acho que... *(pausa)*. Não sei te responder se enquanto o pai tava na Machado da Costa tavam trabalhando aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O contrato PG nº 114, de 1980, foi firmado entre a empresa Roca e o DER, né, hoje o Deinfra. Ele tinha o preço inicial de Cr\$ 30 milhões e durou até 1983. Ele passou por cinco aditamentos e teve seu valor majorado para Cr\$ 187 milhões. O senhor sabe me dizer por quais motivos ocorreram esses aditamentos? O senhor lembra o motivo disso?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não, não, não, não sei te dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Porque saiu de 30 milhões e teve aditamentos que levaram esse contrato para 187. O senhor não lembra o motivo disso?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Eu acho que o motivo principal foi em função dos reajustes, porque naquela época, a inflação chegou a um mês que foi 89%. Então esses aditivos eram mais para fazer frente aos reajustes de preço...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se era...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – ... um valor de... um certo valor lá, um milhão... dali um ano, dois anos, ou meses, já não... A inflação era tão galopante que... eu... esses aditivos... eu acho, porque eu não participava muito disso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não lembra que por serviços a mais então?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, não era para aumentar serviço. Era para fazer frente aos reajustes devido à inflação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E esse contrato foi executado até dezembro de 1983, sendo que o próximo contrato do Estado firmado com a Roca é de 86. Nesse tempo, em que a empresa não executou serviço na ponte, houve alguma modificação aparente na estrutura? Quando a construtora retornou à ponte, no ano de 1986, foi possível identificar alguma alteração estrutural nas condições da ponte? O senhor lembra disso?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não... não lembro, não sei. Como eu te disse, eu não vinha aí. Eu não sei desse detalhe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra qual era a função do senhor Carlos Gabriel Fraxino Filho, na Construtora Roca?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA– Ele foi engenheiro da Construtora Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra qual a função dele?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Ele foi engenheiro e ele trabalhou na ponte aqui uma época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ele, no dia 26/10/81, ele sugeriu a remoção total da pavimentação asfáltica da Ponte Hercílio Luz, para aliviar a carga estrutural da ponte. O senhor lembra dessa passagem?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Eu lembro que foi... que foi... retirado esse... esse pavimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor lembra dessa ocasião?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Dessa ocasião não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não lembra de ele ter sugerido isso?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não lembro se foi ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Entre a execução, senhor...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Veja, eu to sendo até meio repetitivo, mas é que realmente o meu serviço era mais em Curitiba...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não, eu entendo, mas...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – ... e mais administrativo. Então o detalhe da obra, aqui, assim, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ... nós temos que colher, mesmo que seja um "não lembro" eu preciso colher a sua resposta.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não, tudo não... Tô aqui à disposição... o que eu me lembrar e ajudá-los aí no que eu puder.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Muito obrigado.



Entre a execução dos contratos firmados entre o Estado e a Roca nos anos de 1980 e 86, foi firmado o contrato entre o Estado e a Usiminas/Usimec no ano de 82 objetivando a restauração e reabilitação total da Ponte Hercílio Luz, que vigorou até o ano de 1987. O senhor lembra da execução de algum serviço referente a esse contrato?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não, não, não... não estava aqui, não lembro. Não sei te dizer se houve ou não houve.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É, na verdade, o contrato ele vigorou durante o período que os senhores estavam presentes.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Sim, mas como eu te disse, eu não participava do dia a dia aqui e não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E era um contrato grande, de restauração completa da Ponte Hercílio Luz.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Eu sei que existia esse contrato. Mas de detalhe dele eu não posso te afirmar se houve ou não houve, porque eu não (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então, o senhor sabia que existiam outras empresas envolvidas na Ponte Hercílio Luz?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Eu tenho uma vaga lembrança. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tá...

Senhor Roberto, o primeiro termo aditivo ao contrato PG 114/80, de 11/08/81, em sua cláusula primeira, acrescentou serviços de execução de cálculo e projeto da substituição dos aparelhos de apoio móveis dos vãos nº 33,528 m e 56,388 m. O senhor lembra se esses tais serviços foram executados? Como foram executados?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não lembro.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É que o senhor tinha comentado no começo que esses aditivos eram apenas para ajustes inflacionários, esses aditamentos...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É isso que eu te disse...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e não foram acrescentados.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — ...por eu não ter participado dia a dia eu sempre imaginei que esses aditivos prioritariamente eram pra os reajustes inflacionários.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k. Vários contratos foram firmados entre o Estado e a empresa ao longo dos anos de 1992 e 1999. Algum desses contratos previa recuperação estrutural da ponte?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não sei te dizer. Mas eu acredito que não, que era só pra manutenção da ponte.

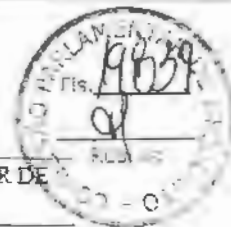
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nos contratos firmados entre o Estado e a Roca era recorrente o item de "troca de todos os componentes estruturais que se apresentarem como comprometidos." O referido item envolvia que tipo de componentes?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu acredito que eram rebites danificados e peças metálicas com corrosão muito adiantada. Mas para trocar todas as peças comprometidas da Hercílio Luz...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É porque, na verdade, o item estava ali, né, troca de...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, não... é, é, é, não seria... não teria dinheiro pra isso, acho que... naquela época não. Mas eram pra esses, esses serviços.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Serviço de rebites?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Os serviços da manutenção era troca de rebites, troca de peças, jateamento e pintura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então a ideia era mais manutenção, mesmo que diga troca de todos os componentes estruturais era mais...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu acho que esse “todos” aí tava um pouco...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá. Tratava-se mais de manutenção do que de recuperação da estrutura, então?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Mais manutenção do que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A construtora participou de algum certame licitatório no ano de 1990 para prestar serviços de manutenção e conservação na Ponte Hercílio Luz? O senhor lembra disso?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não lembra então se participou?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, pode ser que tenha participado, mas não me lembro em 90 se nós participamos de alguma coisa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra da empresa Vivenda?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Lembro, o nome da Vivenda eu me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que o senhor lembra dela?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — A Vivenda parece que entrou na lici... na Hercílio Luz depois da Roca, não foi isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entre os anos de 90 e 92 foi um dos poucos períodos em que a construtora não manteve



contrato com o Estado. O senhor lembra se nesse período em que não participou houve algum prejuízo nas condições estruturais da ponte? Ou seja...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...a empresa ficou fora...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não sei te dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e quando voltou teve alguma?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — ...não sei te dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não lembra?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não sei te dizer, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nenhuma modificação ou outra ação relevante?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, até porque eu não vinha... não, não participava nem antes nem depois no dia a dia da ponte, assim, de fazer inspeção, tudo isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O contrato 132/96 foi firmado com consórcio Roca-Tec. O senhor pode explicar quando começou a parceria com a empresa do senhor com a Tec (Técnica de Engenharia Catarinense Ltda.)? O que motivou essa parceria?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Aí foi uma conjunção de esforços, de esforços, de conhecimentos. E nós tínhamos uma amizade grande já com o pessoal da Tec, então resolvemos. Até a parte administrativa pra nós aqui pra se deslocar de Curitiba pra cá, eles já tinham escritório aqui, tudo aqui, nós fizemos um consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, foi um consórcio...



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Uma soma de forças, de conhecimentos e de, de, até para diminuir custos administrativos, tudo isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Até que já tava instalada aqui e nós tínhamos tudo que vir tudo de Curitiba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Roberto, em 1994 o Tribunal de Contas emitiu a informação nº 1.062 que abordava o contrato PJ nº 88/92 e os dois aditivos seguintes, respectivamente de 1993 e 1994. O Tribunal de Contas do Estado concluiu não haver a necessidade do contrato viger por mais de um ano, pois se trata de serviços de manutenção e conservação, ou seja, execução de serviços contínuos. A equipe do Tribunal de Contas do Estado ainda avaliou que objeto do contrato era (I) genérico, (II) não havendo a especificação dos serviços. O senhor também o classifica dessa forma como genérico e não havendo especificação de serviços?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não entendi bem a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Tribunal de Contas classificou o contrato que o senhor firmou com o Estado, o contrato 88/92, como genérico e não havendo especificação de serviços. O senhor lembra desse contrato? O senhor também classifica dessa maneira esse contrato que o senhor firmou como genérico, como não havendo especificação?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu não me lembro bem desse contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. Mas o senhor lembra que o Tribunal de Contas fez essa manifestação?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Tenho uma leve lembrança.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, apesar de todas as perguntas que eu lhe fiz, tem mais alguma informação ou fato que gostaria de esclarecer para esta Comissão, alguma coisa que poderia contribuir com o nosso trabalho?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não. Não tenho até porque a Hercílio Luz... a minha participação dentro da Hercílio Luz, da Roca com a Hercílio Luz foi muito genérica. Todas as tratativas com a Hercílio Luz aqui, parte técnica, tudo isso, eram sempre gerenciadas pelo Raul.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então a parte administrativa era o senhor, a parte técnica?..

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É, eu ficava mais com alguma coisa de pessoal, disso, daquilo, mas a parte técnica... tanto que se você ver as minhas visitas à ponte aqui, apesar de eu ser o responsável técnico, eram muito menores que a do Raul, porque o Raul era engenheiro de notório saber, conhece tudo sobre a ponte. Então ele estando aqui a minha presença era quase que... não era necessária. A gente conversava o que se passou aqui, ele chegava em Curitiba: Ó, é isso, isso, isso. Então eu tinha todas as notícias da ponte, e sabia que a ponte tava em excelentes mãos porque tinha o Raul, tinha o Gean Tolstoi, tinha os engenheiros que tavam mais aqui com a ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Uma última pergunta ao senhor para voltar a esse tema. O senhor falou que tem uma vaga lembrança dessa manifestação do Tribunal de Contas do Estado.

O senhor, como sócio-administrador, lembra se teve alguma sanção similar a partir dessa decisão do Tribunal de Contas do Estado? O senhor lembra se teve alguma sanção à empresa?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu me lembro que durante uma, uma época que a Vivenda, acho que foi... ela entrou, trabalhou um pouco, o Tribunal de Contas... parece que depois ela ganhou a licitação, não foi contratada, pegaram o nosso contrato renovaram por alguns meses pra



ponte não ficar sem ninguém trabalhando na ponte, que tinha peças fora do lugar, tinha rebitação pra fazer, uma série de coisas técnicas que tinham que ser... não podiam ficar em aberto. Nós trabalhamos algum tempo na ponte. Depois o imbróglio lá na Justiça se resolveu, a Vivenda — foi a Vivenda, né? — assumiu a ponte. E daí, em função do tempo que nós trabalhamos lá, eles pegaram o faturamento nosso em relação ao preço que seria da Vivenda, e teve essa diferença.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas essa manifestação do Tribunal de Contas do Estado foi depois do contrato da Vivenda. Depois do contrato da Vivenda os senhores firmaram um contrato e o Tribunal de Contas...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Nós já tínhamos, acho. Veja, eu posso até tá te informando errado, mas eu acho que nós tínhamos o contrato que foi editado, não foi isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade, trata-se do contrato 88/92.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É, eu até te peço desculpa, mas peço que esclareça esse detalhe melhor com o Raul porque, como eu disse, eu não participava ativamente, eu não sei desse detalhe, eu posso te dar uma informação errada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Está certo.
[Transcrição: Ana Clara Mota]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Doutor Roberto, muito obrigado pelos seus esclarecimentos. Eu me dou por satisfeito pelas suas respostas.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Tá bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, após a participação do Deputado Bruno Souza, abro a palavra aos senhores Deputados. Deputado Jessé Lopes.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Boa noite, senhor Roberto. Vou fazer algumas observações aqui. Por que acabou a sociedade com o senhor Paulo Aguiar?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — A sociedade com o Paulo Aguiar acabou porque ele entrou de sócio. Ele tinha um filho, que é engenheiro, que ele foi trabalhar na Roca como estudante, estagiário. E daí quando o... ele depois queria trabalhar em obras muito grandes, queria trabalhar em obras maiores, e a Roca é uma empresa pequena, só tinha obra pequena. Então ele pegou e foi trabalhar numa empresa grande aqui do, do coisa... até andou trabalhando fora do Brasil, tudo isso.

Daí o Paulo, que nunca participou da administração da Roca, um dia disse: Olha, eu não vou trabalhar na Roca, não trabalho na Roca, meu filho que é engenheiro seguiu outro caminho. Daí ele se retirou da Roca, e nós compramos a parte dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Certo. Se não tinha um quantitativo, como o senhor falou, como se fazia para definir os valores para uma disputada de licitação, por exemplo?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — A disputa de licitação foi baseado num quantitativo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Mas você falou que não tinha esse quantitativo.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, não tinha um quantitativo para toda... vamos dizer um projeto com quantitativo pra firma, mas tinha uma, uma, uma, uma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E esses quantitativos não eram resolutivos? Não era para resolver os problemas? Que sempre?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, era feito... o contrato... o princípio do contrato era fazer uma manutenção pra não deixar a ponte ter problemas mais sérios.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E esses quantitativos eram suficientes para resolver esse tipo de problema ao qual vocês se colocavam à disposição para resolver? Tu achavas que aquilo ali realmente era o necessário ou suficiente para resolver?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, esse quantitativo era pra que a ponte não chegasse a ter um problema mais sério, até de vir à ruína. Então eram trocadas as peças mais desgastadas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E aí ao final tinha mais um, e aí depois tinha mais outro. E quando se fazia não era para resolver de forma geral? Ou esses problemas?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, nós estávamos fazendo a manutenção da ponte para manter ela, para um dia ter o reforço, porque o reforço, em si, do cabo está sendo feito agora, né? E o nosso contrato foi nos vãos de acesso, né, bastante. Nós recuperamos os vãos de acesso que são independentes da ponte pênsil. Pra esse vão de acesso, nós recuperamos 500 metros de pontes, esses tão reforçadas, tão lá feita, não precisa fazer mais nada, a hora que abrir o tráfego não precisa mexer nisso. E a ponte foi inteira pintada, durante esse tempo, até para manter a corrosão... parar o processo de corrosão e manter ela em condições pra um dia ser reforçada, né? Se não cada ano que passasse ia ser um... o desgaste ia ser maior.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Mas cada contrato era parcial da ponte, não era para resolver tudo?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — O reforço não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Era sempre parcial.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Era sempre pra manter a ponte.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E nos anos 90, que vocês perderam um contrato para outra empresa, vocês entraram com algum processo para tentar desclassificar o concorrente que havia?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não entramos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Não teve nenhum?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Foram vocês que assumiram depois em 92 quando a empresa, que então havia ganho, desistiu de fazer a manutenção. Vocês que assumiram novamente. Teve licitação para isso? Ou como foi o processo?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, teve licitação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Teve uma nova licitação?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Eu é isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, mais algum Deputado? Deputado Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Boa tarde. O senhor declarou que fazia mais parte do processo de pessoal da ponte ali. Mas acredito também que o senhor declarou que algumas vezes chegou a vir aqui a Florianópolis visitar a ponte.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Sim, isso sim, é.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — E a empresa possuía um canteiro de obras aqui, onde ficava guardado o material, onde as pessoas se alojavam, enfim, onde era guardado o material de manutenção, ou alguém se alimentava, ou ficava na obra ali. O senhor se lembra desse local, ou não?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu lembro vagamente, eu vim muito pouco aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Muito pouco.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Lembra se ele ficava no lado Continental ou no lado da Ilha?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — O escritório era na Ilha, né? E tinha mais um, senão me engano o refeitório, essa coisa, era no Estreito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Justo. E, como o senhor falou que trabalhava com o pessoal, foram aproveitados funcionários da empresa Roca para trabalhar na empresa Vivenda?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não sei te dizer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — E quando a empresa retornou em 92, foram aproveitados funcionários da empresa Vivenda na Roca?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Também não sei te dizer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Porque eu acho que esse é um serviço...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Veja, pode ser que tenha, porque é um serviço muito especializado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Isso.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — O rebite em si é uma técnica de... obsoleta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hum, hum.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Muito limitado. Hoje não existe mais. Então esse pessoal que fazia rebite, que trocava essas peças, para subir naquela altura dos andaimes. Então são gente que sempre



trabalhava na ponte. Então... qualquer empresa que viesse trabalhar aqui, ia procurar esse pessoal que já trabalhou na ponte, que tinha experiência, que tinha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — E eles...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — ...conhecia a ponte. Eu acredito que todas as empresas que trabalharam aqui pegaram...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Mas o engenheiro da Roca não chegou a trabalhar para a Vivenda?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, engenheiro da Roca, nenhum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Só esse pessoal que era o técnico ali em rebitar e jatear.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Só os funcionários, né, de certo o encarregado, o funcionário, o rebitador, tudo isso que eu até passei. Pra falar a verdade, não conheço, só conheço o Ivo, que era o encarregado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hum, hum.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Mas pode ser que tenham trabalhado, porque é um serviço muito especializado, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Era só isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Jessé, ainda quer fazer o uso da palavra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Por favor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Vocês fizeram muito uso de aditivos nesse?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Tiveram alguns aditivos.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E como eram definidos os aditivos?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Os aditivos eram, eram, como já falei, para fazer frente, prioritariamente, aos reajustes de preços, que a inflação, como disse, chegou a... teve mês que foi 89%.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Era só por isso, não era por outros fatores?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, não era para aumentar a tuma, aumentar volume de serviço, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — É só 100%?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — O volume de serviço sempre... se você pegar as coisas, sempre mais ou menos o mesmo volume. Só que a inflação comia, né, a verba. Então esses reajustes eram prioritariamente pra fazer frente aos reajustes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mais algum Deputado? Deputado Volnei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Bom, só para contribuir nessa questão de deixar bem claro quando o Bruno pergunta sobre o quantitativo. Aí a licitação não era... Entendemos, eu quero entender que a licitação era feita por quantitativo, que eram descritos os itens, o rebite, a longarina.

Vamos supor uma casa, vão dez mil telhas na casa; vão dois mil metros linear de longarina; vai tanto de prego e tal para fazer a casa num todo. Para recuperar a ponte toda, por exemplo, poderia ser mil metros de longarina, dois milhões de rebite, e assim por diante. Quando se fala em quantitativo e o senhor diz: "Ah! não, não é por quantitativo.", mas eu entendo que sim.

Então o governo, o Estado licitava parte desses itens, porque se entendia que, para aquele ano ou para aquele contrato, era o suficiente para manter a



ponte em pé, para não deixar ela cair. Aí mensalmente ia-se gastando um pouco daqueles itens mencionados na licitação, que o quantitativo era diminuído conforme o trabalho executado através da sua medição.

[Transcrição: Bruna Maria Scalco]

Então tinham itens, né, tinha preço para cada item, mas não tinha, aquilo que o Deputado Jessé pergunta, material para fazer a recuperação total. Mas, sim, tinha material ali especificado para manter a ponte de pé, durante o tempo até chegar um reforço completo.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — É isso?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu acredito, porque isso partia do Deinfra, mas acredito, e com certeza era, o pensamento era esse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — O total de peças para deixar a ponte inteira seriam milhares de peças, desses milhares de peças, licitava por cada contrato ou por ano 10 %, talvez.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Mas, discriminado, item...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Item por item, discriminado para você poder faturar conforme você executava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Descrito item por item, preço de item por item, e automaticamente oportunizava a execução das obras, trocando itens, ora uns, ora outros, e, aí, sim por medição ia...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Por medição ia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — ...suprimindo os itens lá da planilha, da licitação, porque já estavam executados e pagos. E dessa forma então ia usando por percentual.



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É, é, isso, isso eu acredito que era o pensamento do Deinfra quando fazia essa planilha de licitação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Não tinha recurso para a recuperação inteira...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — ...mas tinha para ir fazendo a manutenção.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Ir fazendo a manutenção, é.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — E manter. Na verdade, era apagando incêndio e não...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Exatamente. Pra você ter uma ideia, existiam peças que a corrosão já tinham comido mais de, de, de... O vão de acesso da Beira-Mar Norte foi trocado 85% do peso dele em peça porque tava caindo, ele ficou escorado, não sei se vocês se lembram, muitos anos ficou escorado aquilo ali pra não cair em cima do, do trânsito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Entendi.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Então ela tava bastante danificada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Então tinha quantitativo, tinha quantitativo, estava qualificado...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Existia um quantitativo, e você faturava em cima desses quantitativos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — ...qualificado tinha preço.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Ah! sim, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Tinha quantitativo, então é...



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Existia um quantitativo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Só que não tinham quantitativos para recuperação da ponte toda.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Toda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Mas de forma parcial para oportunizar e ir trocando as peças mais danificadas, que estavam qualificadas dentro do processo de licitação

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nesse período, senhor Roberto, que a Roca participou das obras da Ponte Hercílio Luz houve muito atraso nos pagamentos?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Tinha épocas que tinha atraso, chegamos a ter atraso até de seis meses.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quantos?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Seis meses.

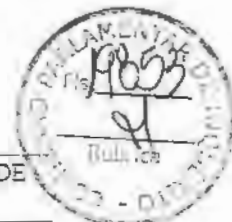
O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Seis meses.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não lembro exatamente, mas tinha bastante atraso, não sei se esses seis meses tá exato, mas tinham vários meses de atraso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A empresa participou de algum processo licitatório que ela não foi vencedora?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Acho que participamos sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A empresa participou do processo?...



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não. *(Pausa.)* A minha memória tá me traindo, não sei exatamente, mas acredito que sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A empresa participou do processo licitatório em que a empresa Roca, que a empresa Vivenda logrou-se vencedora em 91?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Sim, foi isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O contrato quarenta e nove de noventa. *(Sic.)* No seu entendimento houve algum indício de irregularidade naquele resultado?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, que eu saiba não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E a empresa Roca — é uma pergunta meio parecida com a do Lima, mas tem uma pequena diferença — participou direta ou indiretamente nos serviços prestados pela Vivenda durante a execução...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...do contrato 046/90?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nada?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Seria isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, faço então as seguintes perguntas: senhor Roberto, na época em que a Roca prestou serviço na ponte, o senhor tinha conhecimento se alguma outra empresa prestava também serviço na Ponte Hercílio Luz, em especial na sua recuperação ou sua manutenção?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não tenho conhecimento disso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Era somente a Roca?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Somente a Roca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Qual era o tamanho do escritório administrativo que a Roca tinha em Florianópolis? Tinha um gerente para fazer o pagamento dos seus empregados?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Tinha o gerente, tinha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Tinham quantos funcionários administrativas aqui, o senhor tem ideia?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não sei te dizer, não sei te dizer, quem sabe o Tolstoi saiba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas a ele não está sendo feita a pergunta, tem que ser o senhor.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — (Ri.)

Eu acho que era uns cinco, dez, eu não, não... como eu disse, eu vinha muito pouco aqui, mas não era assim um...

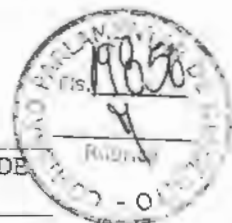
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E por último, o valor do contrato — Ah! são duas perguntas — que a Roca tinha com o Deinfra representava que percentual do faturamento global da Roca?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Olha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Era 10%, 20%, 70%, 100%?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu acredito que deveria ser em torno de uma faixa de 15%, por aí, não era assim um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — De todo faturamento da Roca o senhor diz que?...



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — A Roca, vamos dizer, se não existisse a Hercílio Luz na vida da Roca, a Roca não... continuava a sua vida, não era drástico pra Roca perder o contrato. O faturamento nosso ali em relação ao total da Hercílio Luz, não sei, acho que em torno de 15, nunca fiz essa conta, mas, devia ser em torno de uns 15% por aí, no máximo, em torno disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E além do contrato que Roca tinha com o DER para a manutenção da Ponte, os senhores tiveram mais algum contrato com o governo do Estado, aqui em Santa Catarina? Ou no próprio DER na época, não só para ponte, mas pra outra?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Na época lá, não, não, não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O contrato era único?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não me lembro se nós tivemos outro contrato na época com o DER aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Ou com o DER, ou com outra Secretária de Estado, ou com o governo, ou esse contrato era um contrato único que a Roca tinha com o Estado?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, esse contrato era só com pra Hercílio Luz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Sim, mas, o senhor não está entendendo a minha pergunta.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, eu não sei, se o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor pode participar de várias licitações, e ter vários contratos no Estado. Se esse era o único contrato que os senhores tinham com o Estado.



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu acredito que sim, não lembro de ter outro contrato na época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Estou satisfeito.

Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Quero cumprimentar o senhor Roberto, eu tenho duas perguntas a fazer.

A primeira: nesse serviço que era prestado, era contratação global que incluía também aquisição de peças para substituição, ou apenas serviço braçal?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Nós tivemos dois tipos de contrato, um que primeiro era só pessoal.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI —Pessoal.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É, e material.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI —Separados.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Depois era, era serviço por preço, era tudo englobado, era só o serviço geral, o preço total do serviço acabado.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI —Então o primeiro contrato?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — O primeiro contrato, lá no começo...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI —Tinha duas características.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Que era pessoal e?...



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Pessoal e material, separado.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Material.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Tá. E o segundo já era global?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — O segundo era global.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — O.k. Segunda pergunta: nesse período dos dois contratos, houve alguma subcontratação por parte da sua empresa?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Era só...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Só a Roca trabalhando.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — ...contrato direto?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Só a Roca trabalhando, nunca tivemos nenhum terceirizado.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — O.k. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, não havendo mais perguntas endereçadas ao senhor Roberto Ozorio de Almeida, faço a dispensa do mesmo, agradeço a sua participação na noite de hoje.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Agradeço a atenção de vocês, espero ter contribuído com alguma coisa, e estou sempre à disposição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito obrigado. Peço à assessoria que acompanhe o senhor Roberto Ozorio de Almeida.

(O depoente Roberto Ozorio de Almeida se retira do recinto.)

Também peço à assessoria que traga até este ambiente o senhor Raul Ozorio de Almeida.

(Alguns Deputados se retiram do recinto por alguns minutos.)

Mas vamos [dar uma pausa] por dois minutos [*dirige-se a alguns senhores Deputados*]. Enquanto isso a assessoria traz o senhor Raul Ozorio de Almeida. Ele senta e eu vou fazendo a qualificação, até porque o quórum continua. *(Pausa.) [Transcrição: Janis Joplin Leite]*

Senhores Deputados, reinício os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Já está aqui conosco o senhor Raul Ozorio de Almeida. E antes que fale com vossa senhoria, o senhor se faz acompanhado também do advogado, que é o mesmo [do senhor Roberto Ozorio de Almeida], mas vou pedir que o senhor, como se trata do senhor Raul Ozorio e para fins de taquigrafia, diga o seu nome completo, a OAB, quem o senhor representa e o endereço completo do seu escritório, por gentileza.

O SR. THIAGO LIMA BREUS — Obrigado, senhor Presidente.

Sou o advogado Thiago Lima Breus, sou OAB Paraná 36.742, integrante sócio do escritório de advocacia Varnalha Guimarães & Pereira Advogados, com sede na Rua Mateus Leme nº 575, Curitiba, Paraná, e neste momento eu represento aqui o doutor Raul de Almeida, Raul Ozorio de Almeida, que prestará as suas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Raul Ozorio de Almeida, solicito a vossa senhoria que ocupe o microfone dizendo o seu nome completo, a data de nascimento, a sua profissão e o seu endereço completo, por gentileza.





O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu sou Raul Ozorio de Almeida, o meu CGC é 505.777, CPF 124.537.659-49, sou engenheiro civil formado pela universidade do Paraná em 1969 e resido à Rua Bruno Filgueira, 258, 22º andar, em Curitiba, Paraná.

Eu gostaria, se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Só me permita, por gentileza, só me permita um pouquinho.

Nós temos aqui também a fotocópia da Carteira de Identidade do senhor Raul Ozorio de Almeida com a procuração. Eu peço à assessoria que faça a juntada no processo.

Senhor Raul, o senhor tem... o senhor pode ficar calado neste ambiente, se o senhor assim desejar, e se não desejar responder as perguntas, o senhor pode. O senhor se faz acompanhar do seu advogado, mas a ele não é dado o direito de manifestar, mas o senhor pode consultá-lo, como ele também pode orientá-lo sobre o que desejarem.

(O senhor Raul Ozorio de Almeida gesticula afirmativamente com a cabeça.)

Solicito ao seu advogado que não faça nenhuma manifestação, ou de aprovação, ou de desagrado, que possa influenciar os senhores Deputados ou quem está assistindo.

Mas o senhor deseja falar um pouquinho antes?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Por gentileza.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Se os senhores me permitem, eu gostaria de falar um pouco aqui sobre a Ponte Hercílio Luz. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não. Vamos fazer o seguinte, senhor Raul: eu me sinto na obrigação, o senhor veio



aqui... Aliás, o senhor sabe o objetivo da sua vinda aqui, para tratarmos da CPI da Ponte Hercílio Luz?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Tá bom. Então eu vou passar a palavra ao Relator da CPI, Deputado Bruno, e se ele entender que o senhor deva falar, ele vai lhe franquear a palavra. Mas ele vai fazer todas as perguntas que achar necessárias e o senhor vai responder todas as perguntas...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...que o senhor entender que deva responder e da forma que tem que responder.

Mas antes de passar a palavra, eu pergunto: o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — De tudo o que o senhor responder?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k.

Deputado Bruno com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Raul. Nós vamos poder falar sobre a ponte, acredito que grande parte da sua vontade de esclarecer vai ser suprida nas perguntas aqui. Se houver algo ao final, então eu lhe franqueio a palavra rapidamente para que depois também os Deputados possam fazer as suas perguntas. Pode ser?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Raul, o senhor foi sócio-fundador da Roca?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim, fui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode explicar um pouco como foi essa fundação?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Veja, eu trabalhava numa empresa chamada Ivaí Engenharia de Obras, eu e meu pai, e essa empresa foi vendida — nós já trabalhávamos com recuperação, construção e reforço de pontes, tanto metálicas quanto de concreto. Os novos proprietários da empresa não tinham interesse em explorar, em trabalhar neste segmento, então nós nos sentimos fora do... um peixe fora d'água...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Hum, hum.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — E resolvemos, então, montar uma empresa. Esta empresa ela existia no papel, porque meu irmão tinha feito essa empresa e a empresa tava fechada, mas ainda tinha documentação. Então aproveitamos a documentação que já existia, o nome Roca, e montamos uma empresa.

Falou hoje aqui o engenheiro Paulo Procopiak de Aguiar. O Paulo era sócio desta empresa que foi vendida e nós manifestamos o desejo que ele viesse conosco participar da empresa, até porque nós não tínhamos capital pra tocar essa empresa sozinhos. O Paulo, gentilmente, entrou na sociedade e nós começamos a fazer, fizemos a empresa Roca.

Naturalmente o grande nome, o nome técnico que dava peso à empresa na época era meu pai. E depois então o Paulo... o Paulo nunca participou da empresa e acabou saindo em 88, acho que foi, e meu irmão, o Roberto, que estava trabalhando em outro, em outro segmento então veio pra nos ajudar e entrou na Roca também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

E é sobre a Roca que, hoje, o senhor foi convidado justamente por causa da sua participação. O senhor foi convidado para participar dessa Comissão por conta dos contratos firmados entre os anos de 1980 e 2000, e justamente...



Eu vou citar para o senhor os contratos justamente porque o senhor, pelo que me parece, era o responsável técnico.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim. [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então vou lhe citar os contratos para que a gente possa prosseguir com as perguntas. Tudo bem?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Tudo bem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Contrato 114, de 1980; contrato 88, de 92; contrato 119, de 86; contrato 315, de 1994; contrato 132, de 1996; e contrato 006 de 1999.

Esses são os contratos do período que nós vamos analisar hoje, talvez o senhor seja convidado para falar, mais tarde, sobre algum outro contrato. Mas, hoje, nós vamos tratar apenas desse contrato, o.k.?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu não lembro exatamente de todos esses números, mas realmente houveram vários contratos aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, factualmente, o senhor vai poder contribuir com a sua memória.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu quero começar perguntando se o senhor lembra da empresa Machado da Costa?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que o senhor lembra dessa empresa?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — A Machado da Costa foi uma empresa de Oscar Machado da Costa. Oscar Machado da Costa foi um grande engenheiro, ele fez o primeiro estudo da Ponte Hercílio Luz. Ele ganhou o primeiro concurso que houve, foi Machado da Costa que ganhou o concurso.



Depois foi a Steinman que fez o projeto, apresentou um outro estudo e acabou o da Machado da Costa não sendo adotado.

Mas o Machado da Costa tinha uma empresa muito grande, muito importante, foi uma das maiores empresas do mundo em reforço de pontes. E meu pai fez carreira na Machado da Costa. A Machado da Costa, como eu disse há pouco, a Machado da Costa também foi vendida, meu pai saiu da Machado da Costa, foi para a Ivaí e depois veio. Então eu conheço bem a Machado da Costa, eu passei a minha infância numa casa morando do lado da fábrica de estruturas metálicas da Machado da Costa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito. E na Roca, qual a sua função na empresa? O senhor pode descrever para a gente.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu sou, basicamente, o responsável técnico, o técnico da Roca. Todos os problemas técnicos, basicamente, caem na minha mão. Eu que resolvo os problemas técnicos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor possui poder de administração ou gerência?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor também era o responsável técnico da empresa?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Da Roca?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Também era o responsável?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — E sou até hoje.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor tinha especialização em estruturas metálicas?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem especialização?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Veja, eu não tenho o curso de especialização, mas eu trabalhei a minha vida toda com estruturas metálicas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor pode?...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — No meu tempo, eu me formei 1969, não era usual, não existiam esses cursos de especialização, mas eu trabalhei sempre em estruturas metálicas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas então o senhor pode citar outras obras do tipo realizadas pelo senhor ou pela Roca?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim, sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Poderia citar?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Veja, eu não sei se os senhores têm conhecimento disso, mas quando o viaduto São João, na Serra do Mar, no Paraná, caiu com um acidente, eu fui o responsável por isso. Quando explodiu a ponte aqui, a Colombo Salles, que deu aquele problema daquele apagão, eu fui chamado, convocado para estar aqui às seis horas da manhã para nós tratarmos do assunto, e eu trabalhei na recuperação dessa ponte. Então eu tenho bastante experiência, trabalhei também na manutenção da Pedro Ivo, trabalhei na ponte sobre o Rio Santa Maria, com 1.500 metros.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas estruturas metálicas específicas?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Estruturas metálicas, a não ser a Colombo Salles, as outras são todas estruturas metálicas. Eu tenho hoje mais de mil pontes que eu trabalhei, e tenho pelo menos uns 40 quilômetros de pontes em que eu trabalhei, pontes metálicas

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor que era o engenheiro residente nas obras da ponte aqui?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, eu era o engenheiro responsável. Nós tínhamos um engenheiro residente que tomava conta da parte administrativa, todo e qualquer problema técnico eu vinha a Florianópolis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem era o engenheiro residente?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Ah! tiveram vários engenheiros residentes. Agora deixa eu lembrar, teve o Alceu, o Fraxino — deixa eu ver se eu lembro de mais algum... E o senhor vai me desculpar o apelido (*ri*), o Pinga, eu esqueci o nome dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra o nome completo de algum deles? Poderia citar o nome completo deles?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ou pelo menos o primeiro e o segundo nome?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu sempre chamei de Fraxino e Alceu. Quer dizer, hoje, tantos anos que passaram, eu não lembro mais do sobrenome deles. O Alceu, eu tenho a impressão até que já faleceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Deixa eu voltar um pouquinho aqui na nossa pergunta. O seu pai trabalhou na Machado da Costa?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele chegou a trabalhar na Ponte Hercílio Luz?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim. O meu pai foi o engenheiro responsável pela construção, pela substituição do estrado de madeira pelo asfalto. Foi ele que fez esse trabalho.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor sabe me dizer se a Machado da Costa trabalhou muito tempo na Ponte Hercílio Luz?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu não sabia lhe dizer quantos anos foram, mas eu acho que foram vários anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor pode chegar mais para frente, é melhor para o senhor, fica bem melhor.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Inclusive quando a Machado da Costa foi vendida, então aí o contrato aqui foi cancelado ou fechado, eu não sei dizer exatamente o que aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E havia esses contratos então com a Machado da Costa? O senhor lembra como eram esses contratos?

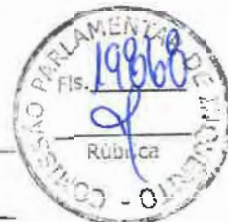
O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Ah! veja aí, eu não sei te dizer porque eu era menino, gurizão. Mas os contratos da Machado da Costa era no mesmo sistema que foram feitos os contratos conosco. Se colocava uma equipe à disposição da obra, e o governo, o DER, comprava os materiais. Colocavam os materiais na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E os senhores executavam?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Executavam. Esse material era entregue do almoxarifado do DER para os trabalhadores, para a equipe, e se executavam os trabalhos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor?...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Uma coisa importante, desculpa lhe interromper, uma coisa importante que eu queria detalhar bastante, deixar bem claro aqui, é que nunca houve um projeto de recuperação dessa ponte de manutenção, não existia nada. Na realidade, o que acontecia é que nós íamos apagando incêndios. Essa ponte, desde 1926, ninguém tomou conta dela, essa



é a verdade. Essa ponte foi degradando, foi degradando, foi degradando, até que então chamaram a Machado da Costa e ela veio, mas a ponte estava totalmente degradada.

Foi falta de cuidado, vamos dizer assim, na ponte — me desculpem falar isso aqui, mas eu estou desabafando —, foi falta de cuidado. Essa ponte, não foi tomado o cuidado com essa ponte nos seus primeiros anos de vida.

Quando eu cheguei aqui, que nós começamos a trabalhar, e fizemos um levantamento da ponte, meu pai me disse: "Faça uma inspeção na ponte — ele morreu logo depois — porque tem coisa séria nas barras de olhal.". Nós encontramos nas barras de olhal, que tem cinco centímetros de espessura, buracos de dois centímetros e meio. As barras estavam comidas. Isso foi, inclusive, o que nos levou a levar isso à diretoria do DER, fizemos um relatório e isso foi encaminhado. Porque eu digo: olha, eu tenho medo desta ponte, eu tenho medo da situação da ponte, porque a ponte estava completa, total e absolutamente abandonada, a verdade é essa.

Eu lembro que o Secretário de Transportes na época era o hoje Senador Esperidião Amin, ele fez uma reunião conosco, chamou toda a Defesa Civil, chamou mais um professor de estruturas metálicas — o Jayme Mason, que é catarinense, já faleceu, e que tinha um renome muito grande. Ele veio aqui também, nós fizemos uma reunião e chegamos à conclusão que a ponte deveria ser fechada ao tráfego pelo seu estado, pelo estado de abandono dessa ponte, que nunca foi cuidada, digamos assim.

Levamos isso ao Governador na época, o Governador Bornhausen, e ele disse: Se a coisa tá assim, eu não quero ser o homem que derrubou essa ponte. Fecha a ponte com calço — vocês são jovens, vocês não lembram disso, nunca não passaram por isso —, com calço, em Florianópolis

E aí o quê que aconteceu então foi o seguinte: nunca se colocou dinheiro nessa obra para fazer o serviço de recuperação. O que se fazia era por um dinheiro para ir mantendo a ponte. Imaginem o seguinte: essa ponte foi aberta ao tráfego em 1926, ela não caiu até hoje, ela não caiu porque se tomou conta da ponte, mas se deixou a ponte degradar.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor falou que não havia manutenção, mas na verdade até a Machado da Costa. Nós temos muita dificuldade de encontrar justamente esse período da Machado da Costa.

O senhor tem alguma ideia de um nome, alguém que?... Alguma sugestão sobre esse contrato para recuperar essa história?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Olha, mas eu só sei, quem eu sei morreu já, já morreu, não tem mais ninguém ainda que esteja na ativa disso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k. Vamos voltar para sua empresa então. O senhor lembra qual foi o primeiro contrato da Roca firmado com o Estado de Santa Catarina para a manutenção da ponte?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Foi em 1980, se não me engano, se não me falha a memória. Eu não sou muito bom pra datas, me desculpem se tiver alguma... mas em torno de 80. [Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor se lembra das referidas contratações? Das ocasiões?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim, eu lembro, eu lembro, isso eu lembro. Meu pai era vivo nessa época, inclusive meu pai, vamos dizer, foi quem representou a ponte aqui, meu pai já trabalhava, tinha trabalhado na ponte, conhecia todo mundo aqui, era muito conhecido. Então nós iniciamos... ele é quem nos... trouxe a empresa para cá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quais foram os serviços contratados?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não tinha contrato de serviço, nunca foi contratado o serviço na ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A Roca não foi contratada?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não. O usual nesse tipo de ponte, nessas pontes no mundo inteiro, essas pontes quando elas são abertas ao tráfego entra uma equipe para tomar conta dela, fazer a manutenção e ficar tomando conta. E essa equipe faz aquilo que é necessário. Então tu olha: apareceu um ponto de ferrugem naquele lugar, vai lá limpa, pinta e faz; Ah! afrouxou um rebite naquela peça, vai lá troca o rebite; tem uma peça corroída aqui, vai lá e troca a peça. Então não existe um contrato que diga: “Você vai trocar aquela peça ou aquela outra, ou aquela outra.”.

O acesso a essas pontes é muito difícil, os senhores conhecem a Ponte Hercílio Luz, quer dizer, a pessoa não anda, não chega em qualquer ponto da Ponte Hercílio Luz. Então a medida que se montavam os andaimes, as plataformas, surgiam os problemas. A fiscalização do DER ia lá, verificava o problema, e dizia: Vamos resolver isso aqui, vamos resolver aquilo lá. Entende?

Não tem nesse tipo de, de, de obra, não tem contrato porque é impossível quantificar, entende? Não tem jeito de quantificar. Porque você não é contratado... Quando existe um projeto, vamos dizer assim, eu tenho uma ponte, vou fazer ponte uma nova, eu tenho um desenho, você vai fazer isso, e eu posso dar um preço. Mas numa ponte dessa você não sabe o que você vai enfrentar, você não sabe o que vai encontrar na ponte. Isto é universal, isso acontece no mundo inteiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas como uma empresa toma uma decisão de entrar em uma licitação dessa sem saber o que vai fazer?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É estabelecido alguma forma de limites?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, veja bem. Não, veja bem, nós sabíamos o quê? Tava definido, eu vou trocar peça corroída, eu vou trocar as peças corroídas, eu vou trocar os rebites corroídos, é o que eu vou fazer, eu



vou fazer pintura da ponte, jateamento — naquela época se fazia jateamento com areia — jateamento e pintura da ponte, vou usar esta tinta, que é a tinta que o DER usa. Vou se precisar, se tiver algum problema no asfalto, que abre um buraco no asfalto, ou qualquer coisa, nós vamos lá tratar esse asfalto, nós vamos fazer isso. E é isso que eu vou fazer, eu sei o que eu vou fazer, mas eu não sei onde nem quando. Esse que é o problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o quanto o senhor sabia?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, o quanto não porque não existia preço, entende? A empresa prescindia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas então é um negócio de risco? Por que o senhor entrava sem saber quanto vai investir na ponte?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, não, mas não era investir, desculpe, desculpe. O que acontece é o seguinte: o edital de concorrência dizia, a empresa vai fornecer uma equipe de trinta homens — vamos dar um... trinta homens. Esses trinta homens vão trabalhar aqui e vão ser... as despesas com esse pessoal vai ser ressarcida pelo contratante. Esses homens vão fazer serviços que foram, forem designados ao longo do contrato pela fiscalização, esses serviços vão ser desse tipo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o material quem?...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — O material quem comprava era o DER, o DER fornecia o material. Esse material depois, posteriormente, quando veio o problema de inflação grave no Brasil, o DER não conseguia mais comprar material, porque ele fazia a tomada de preço e quando decidia a tomada de preço, autorizava a compra, já cobrava, custava o dobro.

Então, em função disso, em função daquela loucura que era a inflação no Brasil, então se decidiu, o DER, eu tenho que passar para a empresa que eu for contratar a responsabilidade de fornecer o material. Aí qual foi a providência



que o DER fez nos outros concorrentes: "Você me dá um preço de cada material". Relacionou, ele relacionou — ainda com a experiência que ele tinha na ponte — isso, isso e isso, ele vai fornecer este tipo de material, me dá o preço desse tipo de material.

Então eu tinha lá um preço para fornecer rebite. O DER podia me pedir que eu fornecesse trinta, cem ou mil rebites em função do estado da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o preço do contrato final, o valor do contrato final foi firmado, estabelecido em qual parâmetro?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Baseado... Bom, veja, agora aí vou falar... tô imaginando, porque não fui eu que fiz. O que se fazia? Você vai ter um contrato de um ano, ou de dois anos, para fornecer trinta homens, esses homens vão custar tanto. Então, essa equipe vai custar mil por mês, eu tenho 12 meses, 24 meses é 24 mil. Aí vem a experiência do... aí vinha o quê? O meu contrato era esse, e o DER dizia assim: Eu vou gastar mais ou menos, eu tenho verba para gastar 500 mil de material. Tem uma taxa de BDI e cima do material, eu aplico isso e digo esse contrato... o meu preço máximo desse contrato é tanto. Então o que acontece? O DER ressarcia a mão de obra que era entregue a ele com as respectivas leis sociais, não havia taxa de leis sociais, vamos dizer, se pagava aquilo que efetivamente o funcionário recebeu, pelo holerite dele. Eram feito os recolhimentos todos, isso era apresentado ao DER, o DER verificava tudo isso, verificava se isso tava correto e se fazia a medição desta forma.

Os materiais, o DER ia no almoxarifado dele, no início, e dizia: Bom, eles pegaram aqui tal, e tal, e tal, e tal material, aplicaram ali, e lá, e lá, deu tanto, e vou te pagar tanto. Assim que era feito. E isso, veja, isso não é um privilégio da Hercílio Luz, é uma forma de se administrar a manutenção de grandes pontes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Isso porque é impossível... veja, como é que uma pessoa iria andar por essa ponte e dizer assim: Daqui a seis meses aquela peça vai estragar e aquele rebite vai afrouxar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, pelo que eu estou entendendo aqui o serviço da Roca era muito mais uma terceirização de mão de obra?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, não. Aí que vem a grande diferença, porque tudo o que se fazia na ponte a responsabilidade era minha. Se eu derrubasse a ponte, o responsável era eu. Quando eu tinha que trocar uma peça, eu tinha que apresentar ao fiscal dizendo: "Eu vou trocar essa peça assim, eu vou macaquear, ali, eu vou prender aqui."

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o que vocês faziam era uma prestação de serviço de mão de obra, basicamente. Então, se não houve...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — No início, no primeiro contrato, mão de obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mão de obra.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Nos outros era mão de obra mais material.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E aí o quantitativo era estabelecido por homem-hora?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Homem-hora... Não, é a folha de pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A folha de pagamento.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — A folha e pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá.



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Chega lá, tá aqui o Joaquim das Pedras, a folha é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E os serviços em todos os contratos foram executados, prestados, integralmente ou parcialmente?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Como? Eu não entendi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque o contrato tem um valor, conforme era feita a execução esse valor ia se amortizando e liquidando. Esses contratos foram sempre prestados integralmente?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Me desculpe, agora eu vou fazer uma coisa que, você é jovem, você não viveu isso. Lá nos anos 80 não tinha valor pra nada porque a inflação era tão grande que hoje eu pagava dez reais pro meu funcionário, saia o gatilho, saia a inflação, e dizia assim: "Esse mês o salário vão ser reajustado em 25%."

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Então, esse prestar o serviço se prestava o serviço, mas o valor que aparecia, volta e meia tinha que fazer um reajustamento do contrato porque o dinheiro não dava.

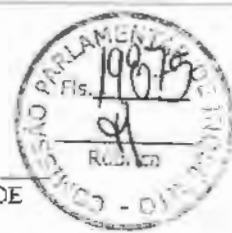
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor emitiu a RT desses serviços?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim, sim. Todas as RTs, tudo, tudo direitinho. Eu não podia... O DER não me deixava... nunca me deixaria, e não deixava, eu iniciar um serviço sem apresentar a RT.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E houve alguma terceirização desse serviço (*ininteligível*)?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Nunca, nunca, nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Nunca. Nós nunca abrimos mão na nossa empresa, nunca abrimos mão da nossa autonomia de serviço. Eu faço o serviço daquilo que eu sei fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra se o cronograma — vocês deveriam ter um cronograma de atuação?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, não tinha cronograma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não tinha nenhum cronograma de obra?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não tinha cronograma. Veja, a Hercílio Luz nunca teve um plano de manutenção, então não tinha cronograma, não existia cronograma, não tinha nada. Você... Ninguém sabia, vamos ser bem sinceros aqui, tá, me desculpem, eu tô sendo extremamente sincero...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É isso que esperamos.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — ...não se sabia o que ia fazer. Você, você, aquilo era, era uma caixinha de surpresa, você chegava num lugar, montava o andaime, ia lá e dizia: opa, aqui tem uma peça rompida, opa, aquela ali tá muito estragada, aquela tá isso.

Quando o problema era muito sério, nós fazíamos um projeto. Todos os projetos que foram feitos na Hercílio Luz foram feitos por nós sem ônus para o DER, sem ônus. Nós íamos lá, executávamos essa peça, fazíamos o serviço. Pronto. *[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro/Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]*

Quando rompeu a barra de olhal - nós encontramos a barra de olhal rompida -, o governo de Santa Catarina conseguiu uma licença especial para importar os materiais dos Estados Unidos. Quando esses materiais chegaram, uma peça tinha um problema, que não dava para aplicar. Eu corri ao DER, conversei com o diretor-geral, que era o Telmo, naquela época, e ele me disse:



você vai pro hotel, se tranca no hotel, não me sai daí enquanto você não me trazer uma solução. Eu fui lá, quebrei a cabeça, no dia seguinte fui lá: Telmo, tem essa solução aqui, nós resolvemos. Ele: pode fazer. Eu falei: não. Vamos falar com os americano, eles vão dar o aval. Deram o aval.

Nós viemos aqui, fizemos o serviço, um serviço que era previsto para durar seis meses, esse serviço durou até agora, de 83 até agora. Você sabe quanto eu recebi por isso? Zero. E não reclamo, porque era a minha obrigação. Eu era o responsável pela ponte, eu tinha que cuidar da ponte. Eu tava recebendo para cuidar da ponte e eu fui cuidar da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor teve acesso a algum manual de manutenção da ponte, para cuidar da ponte?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não existia manual, não existia manual. Não tinha manual, não tinha nada. Quando...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas a American Bridge deixou um manual na entrega da ponte, né?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Olha, eu não sei se a American Bridge deixou. Eu me dou muito com o pessoal da American Bridge, conheço muito o Mike Cegelis, já trabalhamos juntos, e o Mike nunca me disse que tivesse conhecimento que ficou entregue aqui um manual de manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ninguém do DER nunca falou nada sobre a existência desse manual?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, nunca. Eu fui aos Estados Unidos, fui a Pittsburgh, na sede da American Bridge, inclusive para procurar dados sobre a Ponte Hercílio Luz. Todos os dados que eles tinham da Ponte Hercílio Luz tinham sido microfilmados...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque na verdade...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — E sumiu tudo, apagou!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É, esse...



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Então eles não têm nada sobre a Hercílio Luz mais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É, esse manual até é um manual bem completo, ele existe e... até fico surpreso que eles não tenham lhe entregado esse manual, que teria, acredito, facilitado muito o vosso trabalho. Mas o.k.

E sobre... posso agora partir...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Mas, o senhor desculpe, esse manual existe aqui?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, sim.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Eu tô sabendo hoje. Desde 80 eu mexo com essa ponte e tô sabendo hoje desse manual.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ele foi entregue inclusive junto com a ponte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores, eu gostaria que nós nos ativésemos aos contratos que... Vossa excelência...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas é que tem relação com as manutenções...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Para que não haja desvio da finalidade, Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas não tem desvio. A pergunta é pertinente e a minha afirmação é também, por isso questiono, porque quero saber se a empresa teve condições ou não e se lhe foi dado justamente o insumo suficiente para prestar um bom serviço. Por isso lhe pergunto deste manual, se o senhor teve acesso a alguma coisa.

Então, se não teve...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Hoje, hoje...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...isso é gravíssimo, porque por parte do DER deveriam... se a sua afirmação for verídica...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, pelo amor de Deus, eu acabei de... aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, sim... eu só estou dizendo isso, se... Sobre pagamentos, o senhor sabe como eram os pagamentos? Houve algum problema por parte do Estado, havia atrasos recorrentes, não havia?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu lhe diria que os atrasos eram sistemáticos, eram sistemáticos. Nós chegamos a ter atraso de seis meses no pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza)- E o senhor sabe informar se outras empresas também tinham problemas de atraso?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, eu vou lhe contar uma história rapidinha para lhe mostrar isso aí.

A gente ficava aqui, vinha a Florianópolis e ficava na sexta-feira esperando pra ver se saia o pagamento, esperando ver se saia um pagamento. Tinham cinco, seis, oito empresas sentadas na sala. Então, quer dizer, não devia ser uma coisa só minha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor sabe...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – E apareciam e diziam: olha, essa semana não tem. E a gente ia embora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza)- E o senhor sabe me dizer quais eram as alegações, quais as causas e justificativas dadas pelo Estado para esse atraso?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, aí, aí, aí, aí foge do meu conhecimento, do meu caso. O que se dizia é o seguinte: não tem...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Fale no microfone, por favor!

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Tá sem, não tem verba esse ano, nesse mês, não tem, não tem. Então o que você ia dizer? Agora eu não podia, de lá, dizer: é mentira, é verdade, ou isso, ou aquilo. O que se dizia é isso, não tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, mas o que me interessa são as alegações.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não tem dinheiro. Não saiu o dinheiro. A coisa é assim: não saiu o dinheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra, o senhor como engenheiro responsável, também eu vou me permitir fazer uma pergunta que talvez o senhor possa nos ajudar.

O senhor lembra das condições... isso traz a Ponte Hercílio Luz há época, quando o senhor, quando a Roca assumiu, entre 1982 e 1991?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A situação da ponte?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso!

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Lembro perfeitamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como o senhor caracterizaria?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Lastimáveis, lastimáveis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então elas,,,

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Esta ponte estava com Coeficiente de Segurança menor que um. Os americanos, quando foi interrompido o tráfego na ponte, eu fui chamado e me disseram assim: procure a melhor empresa do mundo e traga esse pessoal aqui. O governo contrata essas pessoas. Reze que eles concordem com você, porque se você não concordarem que tinha que fechar a ponte, a coisa vai pegar.



Eu consegui a Steinman, que foi a quem projetou essa obra e que era responsável na época pela manutenção de todas as pontes de Manhattan. O dono da Steinman veio aqui, eu saí com ele... é o Arango, eu saí andando com o Arango pela ponte e ele me disse: mostre tudo o que esta ponte tem de ruim. Eu passei e disse: aqui é a barra do olhal, veja aqui. Ele ficou... Aqui tem... Ele falou: problema pequeno não me mostra, vai me mostrando problemas sérios. Eu digo tem aqui, tem ali, tem ali, tem lá.

Nós não tínhamos chegado do outro lado da ponte e ele me disse assim: "Vocês cometeram um grande erro, essa ponte tinha que estar fechada há muito tempo, vocês estão correndo um risco maluco com essa ponte."

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Para registro desta Comissão, eu gostaria de ouvir a sua resposta, a sua avaliação: mas como que uma estrutura desse porte chega nesse ponto?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Olha, como eu te disse, eu já trabalhei em mais de mil pontes. Eu já vi muito isso, já vi muito isso. Já vi muita ponte abandonada. Eu já vi ponte em que você passava... veja... vou citar... eu não vou dizer qual é, foi no Estado de São Paulo, eu já vi ponte metálica que eu passava a mão por dentro da viga, passava o braço por dentro da viga, dos buracos de corrosão que tinham.

Isto não é privilégio da Ponte Hercílio Luz e não é privilégio do Brasil. Isso existe em tudo quanto é canto, as pessoas não têm, vamos dizer assim, o conhecimento do que se faz com as estruturas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E eu me pergunto: a estrutura estando nesse ponto, e o senhor me referiu a um Coeficiente de Segurança menor que um, um coeficiente desse ele apresenta um risco de colapso.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim, por isso que foi fechada a ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, ainda assim o senhor assumiu o risco da ponte, de trabalhar nela, assumiu o contrato?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Assumi por quê? O risco com Coeficiente de Segurança menor que um não quer dizer que a ponte vá cair, não quer dizer. Existe uma reserva de resistência.

O que é que nós tomamos cuidado? Sentamos com o DER e o que é que nós tomamos cuidado nessa ponte? Ninguém sabe disso, vou contar aqui, porque ninguém sabe dessa coisa. Nós fomos aqui do lado da Ilha e cortamos um pedaço da ponte, desligamos o acesso lá da ponte principal. Se por acaso aquela torre caísse, ela cairia pro lado do mar, pela situação da ponte, e não arrastaria esses vãos de acessos, de forma que se evitaria que morresse gente aqui embaixo. Quando o senhor está me perguntado porque eu aceitei trabalhar, porque eu antes de voltar a trabalhar na ponte, eu fui, eu, fui lá em cima dessa ponte, eu fiz o projeto e nós executamos o projeto que estabilizou a ponte.

Então eu tinha a certeza que este Coeficiente menor que um, quando nós fizemos aquele trabalho lá em cima, virou maior que um, virou maior que um.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E os senhores comentavam, era comentado entre o DER na época o colapso total da estrutura - imagino que chegaram a esse ponto? Era recorrente esse...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, quando, quando foi encontrada a barra do olhal rompida, foi uma comoção geral. Foi uma coisa que ficou todo mundo desesperado. E se essa ponte cai? A peça tá rompida. O que é que nós podemos fazer? Eu lembro que o Konder Reis, era Ministro na época - não lembro Ministro do que ele era -, ele conseguiu colocar o material aqui em uma semana, trazendo dos Estados Unidos. *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi.]*

Você não sabe... Desculpe, o senhor não sabe o que foi a correria, o desespero de todo mundo, do governo inteiro, de Governador abaixo, para resolver esse problema. Não foi abandonada, a coisa foi tratada como a coisa mais séria que existia. Para te dar uma ideia, nós fizemos o serviço lá em cima, de fazer o reforço, foi agora, quinta-feira santa, porque foi comunicado... O DER comunicou: agora vem a Páscoa, ninguém vai mexer na ponte, vai ficar



tudo sossegado. Eu vim aqui, passei quinta-feira e Sexta-Feira Santa pendurado em cima da ponte pra fazer o serviço pra não ficar... não dar uma comoção em todo mundo: olha, tão mexendo, vai cair, vai não sei o quê. Fizemos isso "escondido", entre aspas, para poder garantir a estabilidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Do ponto de vista... a situação sendo essa, do ponto de vista da empresa, era interessante a empresa assumir esses riscos?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, eu, eu, eu vou dizer duas coisas. A primeira é a seguinte: eu tenho por essa ponte um, um, bom, pode dizer amor, eu tenho uma coisa maluca por essa ponte. Eu digo sempre assim: quando eu morrer, se quiserem colocar na minha lápide, põe trabalhou na Ponte Hercílio Luz.

Eu estudei essa ponte desde menino. Então eu me senti sempre responsável por essa ponte. E, veja, eu trabalho em obras que estão em risco. Nós trabalhamos nisso. Nós somos, a nossa empresa trabalha, assume um risco calculado, mas assume. A ponte aqui, a Colombo Salles foi isso. A Colombo Salles... Eu tentei entrar na Colombo Salles quando pegou fogo, com aquela roupa de amianto, estava trezentos e tantos graus, os bombeiros não me deixaram entrar. Mas, assim que deu, eu entrei lá e fui verificar como é que tava. Fui eu lá dentro da ponte, e a ponte podia cair. Interditei a ponte, sofri pressões malucas, interditei meia pista, até que nós fizéssemos alguma coisa. Eu, eu, eu trabalho nisso, eu trabalho, eu sou um trabalhador de risco, vamos dizer assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra, então, na época, se existiam outras empresas que realizavam outros serviços à época na Ponte Hercílio Luz? Sabe me citar alguma?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra da execução...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Hum...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perdão...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não. Eu não... Que tenha feito outros serviços? Durante uma certa época...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Concomitantemente, na mesma época?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, concomitantemente não. Conosco, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra da execução de serviços realizados pelas seguintes empresas na Ponte Hercílio Luz, isso no início da década de 80: a empresa Engequip, a White Martins, a A.Maykot, a Philipp S/A e a Jair Philipp? O senhor lembra de alguma dessas empresas?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não... A White Martins?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso, a White Martins...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A White Martins fornecia oxigênio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A Engequip...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A Engequip eu não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A A. Maykot.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A A. Maykot não era uma loja que tinha aqui, de materiais de construção? Eu lembro que tinha uma Maykot aqui, pode ser essa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A Philipp S/A?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A Philipp... A Philipp de energia? A Philipp fazia a manutenção da parte elétrica, mexia com a parte elétrica. Essas empresas prestavam serviços na ponte. Forneciam... a White Martins...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não era ao mesmo tempo, era conço...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, não, não, mas fornecia material. A White Martins fornecia oxigênio; A. Maykot fornecia... fornecia aço, prego, essas coisas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eram fornecedores de materiais, então?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – De materiais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra como funcionava a fiscalização, a supervisão dos serviços?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Da parte do Deinfra?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim. Quando nós assinávamos o contrato, o DER na época, o Deinfra, designava um engenheiro fiscal, e esse engenheiro fiscal acompanhava todos os trabalhos. E...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Era só um?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Era só um.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Era um engenheiro responsável só?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Um engenheiro responsável.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pelo seu contrato tinha um engenheiro apenas?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Um engenheiro, um engenheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E esse engenheiro ficava o tempo inteiro com os senhores?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Durante a operação.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Aí, veja, eu não lembro se ficava o tempo todo, porque saía, ia pra lá, ia pra cá. Mas, depois, teve uma certa época, depois, em que ficava... o pessoal ficava inclusive na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra do...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Foi feito um escritório pra eles ali. Aí eles ficavam direto, aí tinham dois, até, inclusive.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Dois.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Dois. O engenheiro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra o nome desses engenheiros?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Olha, eu lembro que nós trabalhamos muito tempo com o Xavier.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Xavier.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – É. O Xavier já faleceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O segundo nome o senhor lembra? Não?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – O Xavier faleceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Qual era o outro contato que o senhor tinha na época com o Deinfra?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Eu falava muito com a diretoria do Deinfra, muito com a Diretoria Técnica, porque a gente sempre discutia problemas técnicos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pode citar nomes?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – O Picanço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor, faça o favor... Deixa eu interromper. O senhor pode ficar um pouquinho mais para lá por causa do microfone, para poder...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Desculpe, eu vou me animando (ri).

O Picanço. O Picanço foi uma pessoa com quem nós trabalhamos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Picanço?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Picanço, é. O Picanço foi diretor do DER na época em que rompeu a barra de olhal. Então nós tínhamos um relacionamento muito grande lá com ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu imagino que ao final da execução do contrato do senhor, dos contratos que o senhor esteve envolvido, ainda existiam, então, serviços necessários a serem realizados na ponte, de manutenção.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim. Sim, sim, sim, sim. Muito, muito. Nós fazíamos um pedacinho de cada vez. Um pedacinho! Veja, essa ponte tem oitocentos e tantos metros de comprimento. A torre tem 70 metros de altura, quer dizer, é uma área maluca, entende? É um volume de... de... São 5 mil toneladas, 4, 5 mil toneladas de aço. Você não consegue num ano fazer isso. É impossível. Por mais dinheiro que tenha, por mais pessoal que tenha, você não faz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu vou fazer uma pergunta para o senhor, talvez seja um pouco... eu acho que o senhor já respondeu parcialmente, mas, mesmo assim, eu quero para registro: foi requerida ou solicitada a execução de outro serviço que não estava originalmente previsto ou houve mudança em projeto durante...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, não tinha originalmente previsto nem projeto. Nós executamos, nós tivemos... São dois contratos em



que nós tínhamos a manutenção da Hercílio Luz, da Colombo Salles e da Pedro Ivo. Então esse pessoal executava trabalho nas três contratualmente.

Agora, não tinha dizer assim: fez, executou projeto, não executou projeto. Não tinha projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E os senhores realizaram algum tipo de estudo sobre as condições estruturais da ponte, estabilidade, necessidade de recuperação estrutural, antes do contrato?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Antes de começarem o trabalho?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Antes de começar os trabalhos, nós viemos aqui, visitamos a ponte, olhamos a ponte, vimos tudo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quais estudos foram realizados?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não. Foi uma inspeção visual.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Foi uma inspeção visual, só?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Visual. Nós já tínhamos, que meu pai tinha trabalhado aqui, nós já tínhamos conhecimento, vamos dizer, da resistência do aço, nós tínhamos os relatórios da fabricação do aço especial das barras de olhal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor tem algum documento relacionado a esse período que possa... alguma documentação, relatório de obras... pantográfico, alguma coisa...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Ah, não. Faz tanto tempo, isso não tenho mais nada. Não tenho. Pode ser que eu fuçando em tudo consiga alguma coisa, uma fotografia, uma coisa, mas eu não, não... isso eu não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E era feito de...



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Nós nos baseamos muito, muito, na, na, nesses estudos da ponte, num relatório que foi publicado em 1932, que foi o maior trabalho que já foi feito da Ponte Hercílio Luz, pela American Society of Civil Engineers. Toda a nossa fonte de informação era desse relatório, e tínhamos grandes informações de toda a época da construção, de tudo isso, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E eram feitos diários de obra?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Olha, eu não posso te... Havia o diário de obra, o diário da obra, diário de obra normal: fez isso, aquilo, aquilo outro, isso tinha o diário. Mas você fazia e encaminhava, depois, isso ao DER. O diário de obra tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra, o senhor como engenheiro, como responsável técnico, o senhor lembra quais eram as condições dos aparelhos de apoio das torres principais, os pilones, nessa época?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Ah, ô, ô, as torres?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso. Os pilones, isso.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Porque tem os aparelhos de apoio da viga principal no, no, no pilone e tem o apoio do pilone lá embaixo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Dos dois.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – O apoio do pilone lá embaixo, ele é um aço fundido e ele encontrava-se, até quando nós saímos daí, em estado relativamente bom. Mas encontrava-se aquilo que se chama na literatura *frozen*, congelado - o americano usa esse termo, *frozen*. Eles estavam congelados.

Essa ponte tem uma característica extremamente importante no projeto dela, porque a torre ela não se sustenta sozinha. A torre tem um pino aqui



embaixo, é um pino. Se você soltar a torre, ela cai. Então esse pino que está lá embaixo ele tinha a função de permitir que na construção da ponte ela girasse. À medida que ia se montando a ponte, a torre ia andando, até chegar na posição final. Depois que a torre chegou na posição final, este pino, claro, tem uma importância, mas não a importância primordial que ele tinha na época da montagem. Mas essas bases não apresentavam nenhum defeito grave.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não apresentavam? [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não. O que tinha, que era muito ruim, era o concreto sobre o qual se apoiava esse binômio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E as torres principais? As torres... o resto da estrutura?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Quando nós per... fize... tivemos o primeiro contrato, era impossível entrar nas torres. Elas tinham enferrujado tanto que as escadas tinham caído.

Cada, cada torre... ca, ca, cada perna tem uma escada, por um lado ou pelo outro. Então temo duas escadas na ponte, que dão acesso à (*ininteligível*). Não dá pra subir. Você, você pegava no degrau, sacudia, o degrau caía na tua mão. Nós tivemos que pra chegar lá em cima, ir montando degrau por degrau, degrau por degrau, até conseguir chegar lá em cima.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então as condições das torres principais não eram...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — (*Ri.*) Como eu disse, lamentáveis. Vamo usar o mesmo termo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E era... Era visualmente... Isso precisava ser... é... Pelo jeito que ele fala isso precisava ter um conhecimento técnico para (*ininteligível*) à época.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, é, é, é... Não, essa parte interna, não. Essa parte interna você tin...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a parte externa?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A parte externa tava feia, tava muito feia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Estava feia?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Tava feia. A parte interna tava feia.

Veja... a, a... só... mais um, mais um parêntesis só: essa ponte foi pintada de preto. Ninguém sabe por quê. Eu consultei a American Bridge por que pintaram de preto?. Ele falou: num sei.

Esta ponte deveria ter sido pintada, na minha opinião e na opinião de um monte de técnicos, de uma cor clara...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Lógico.

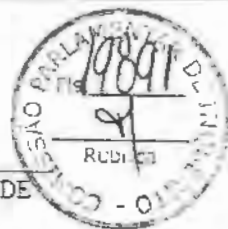
O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA - Porque ela iria absorver menos calor. Ela ia dilatar... Essa ponte mexe 30 centímetros num dia. Não é brincadeira.

Então veja, o que que aconteceu? Essa ponte foi pintada assim e a pintura foi degradando, degradando, degradando, aí chegou um ponto que foi decidido então: a pintura tá tão ruim, que então vamos passar a pintar de prateado. Essa ponte foi inteira pintada, são dezenas de milhares de metros quadrados. Essa ponte foi pintada três vezes enquanto nós trabalhamos aqui, sabe. Mais de 100 mil metros quadrados de (*ininteligível*), que foi feito dentro desse contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor considera que a estrutura das torres principais comprometiam a estrutura da ponte?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não. Ela estava muito comprometida internamente, mas ela não havia pe... Ela havia perdido área que impedia que uma pessoa subisse, porque a escada tava degradada, mas a estrutura básica da ponte... da, da torre, não. Não.

A única coisa que tinha na torre, os senhores devem lembrar bem da Hercílio Luz, você tem as duas torres aqui na entrada e tem uma peça unindo, amarrando as duas aqui. Aquela peça tinha um erro de projeto e ela tava entortando, tava flambando. Aí nós fomos lá e fizemos aqueles, aquelas cantoneiras que têm lá. A única coisa que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso foi em que ano?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Oitenta e três, oitenta e dois, por aí... â... eu sou ruim de data, entende. Me desculpe se eu falar alguma coisa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então foi logo no início do seu contrato?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim, porque nós... quando nós... foi os problemas que nós encontramos, problemas graves que nós encontramos.

À medida que os contratos, o contrato foi evoluindo, os problemas graves foram sendo reduzidos, né, porque nós estamos resolvendo esses problemas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor tem algum registro dessa época de manutenção ou algo feito especificamente nessa parte da... da...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Hum... não tem.

Não tem, porque veja, como não havia projeto... então essa coisa ia se fazendo, e fazendo, e o fiscal atestava que foi feito, via lá, via o serviço, e não tem, nunca foi registrado isso.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu vou fazer uma pergunta que normalmente é para registro, para a gente deixar registrado na Comissão, mas o senhor já até respondeu ela, mas eu preciso de uma análise sua: se caso fosse providenciado o manual dessa ponte, da manutenção da ponte, o senhor acredita que o acesso ao plano de manutenção e manual da ponte teria sido útil, auxiliado nos seus serviços?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Teria, mas não muito. Teria, mas não muito. Porque veja, quando veio... eu conheço... manuais desse, como te disse, nunca vi. Mas os manuais de manutenção, eles partem do princípio que a estrutura sai do seu estado ideal. Porque você compra um carro, ele te entrega o manual do carro, o carro tá zero. Se você pegar um carro que tem 120 mil quilômetros, aquele manual já não, não tá servindo pra muita coisa. Então o estado que nós pegamos a ponte, o manual não seria primordial e ajudaria muito pouco, porque o manual partia de uma situação que não existia mais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor... A nossa equipe aqui está solicitando para que o senhor, se o senhor poderia nos especificar o ano da instalação das cantoneiras, se foi 82 ou 83.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – As cantoneiras da, da...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Da... isso.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Ah, não... Isso eu não consigo. Não foi um serviço tão importante assim que tivesse, que tivesse marcado. Isso não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A empresa tinha um roteiro de manutenção da ponte?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Teria a... Era baseado na... diga...



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Vamos usar um termo assim: se apagava incêndio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E com que frequência os serviços de manutenção eram realizados? Eram diários, eram semanais?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Diário. Não, diários. Isso era diário, o pessoal trabalhava na ponte dia... todo dia, todo dia.

Nós tínhamos duas situações que nós não trabalhávamos na ponte: era o dia de chuva e o dia de muito vento, porque nós tínhamos vento aqui de 120, 130 quilômetros por hora e aí não podia colocar o pessoal em cima. Era a única coisa que se fazia, não se trabalhava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Contrato 114...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Só desculpe, desculpe interromper, mas... Quando às vezes faltava material, então o pessoal não ficava produzindo o que podia produzir.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Hum...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA - Produzia, fazia serviço, mas não produzia com a intensidade que podia produzir e não executava, às vezes, o serviço que deveria executar, ia executar outra coisa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Contrato 114, de 1980, firmado entre a empresa Roca e o Estado, tinha o preço inicial de 30 milhões de cruzeiros e durou até 83. Ele passou por cinco aditamentos e teve esse valor majorado para 187 milhões.

O senhor lembra quais foram os motivos que ocorreram esses aditamentos?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, o que acontece é o seguinte...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ou foi su...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Naquela época... O senhor é um pouco mais velho [*dirige-se ao Deputado Marcos Vieira*], lembra o que era inflação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor lembra...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A inflação comia todos os valores dos contratos, então tinha que se ir repondo dinheiro em cima, não pra aumentar serviço, mas pra permitir cobrir as perdas da inflação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor não... nenhum... não foram adicionados serviços ao que o...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, era impossível adicionar ou retirar, porque na... você não se tinha o (*ininteligível*). Você ia partir de que serviço? Não tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É porque existe... é porque existe um...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Nunca foi... nunca saiu um contrato que dizia assim: você vai pintar o vão tal, tal e tal; vai trocar os rebites do vão tal. Não, não tinha isso, entendeu?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É porque justamente o aditivo de 11/08/81, na sua cláusula primeira, acrescentou o serviço de execução de cálculo e projeto de substituição dos aparelhos de apoio móveis...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Dos vãos...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Nos vãos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra desses serviços?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eles foram executados?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Foram, foram executados (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Poderia explicar como é que foram executados?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Hein?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Poderia explicar como é que eles foram executados?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Esses aparelhos de apoio eles se apoiam na cabeça da... na cabeça das torres.

Foram feitos uns consolos, umas peças metálicas que prendiam, onde se apoiava o macaco, esse macaco, então, levantava a estrutura, liberava este aparelho de apoio, que tava preso por parafusos, soltava seus parafusos - tinha sido fabricado um outro aparelho de apoio já, que entrava no lugar desse e baixava o macaco. É a solução usual nesse tipo de obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor considera que além da manutenção, os senhores realizaram alguns serviços de restauração também, de recuperação estrutural?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja... é... Vamo, vamo tentar distinguir bem os termos.

Nós temos manutenção, em que eu pego uma coisa e faço essa coisa continuar como ela tá. Nós temos a recuperação, em que eu pego uma coisa que está já degradada e a trago para a situação original ou próximo da original. E nós temos a outra, que é a restauração. O que seria a restauração? A restauração seria eu devolver a estrutura a sua condição original historicamente. Por exemplo, nós nunca usamos parafuso nessa ponte, usamos rebite. Por quê? Porque a ponte, originalmente, era rebitada.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Então havia esta restauração... Quando nós estávamos fazendo a manutenção, nós estávamos fazendo a restauração e a recuperação, porque nós tamo trocando aquilo que tava estragado. São coisas que se englobam, juntam. Elas se jun... jun... isso tudo junta, faz uma coisa só.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – De 83 a 86, a Roca ficou fora da ponte, ao que consta.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra que quando o senhor voltou, havia alguma modificação estrutural aparente na ponte?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Havia uma coisa só. Quando você vai daqui pro Continente, você chega na torre a perna sul da torre, ela havia sido iniciado um trabalho nela, tinham sido trocado um monte de vários rebites e tudo e a peça não havia sido pintada ainda.

Veja que eu não estou dizendo que a empresa tinha culpa, não tinha culpa, não... Foi uma coisa que chamou atenção. Nós fomos lá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Hum, hum...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – ...limpamos isso, jateamos e pintamos.

Foi a única coisa que tínhamos e que... fic... vamos dizer assim, um serviço que ficou pra trás, mas por ter ficado pra trás porque terminou o contrato. Foi a única coisa que tinha. Não... não... não... não.. não... não posso em absoluto dizer que tinha sido feito uma besteira, uma coisa errada ou uma coisa... Não. Isso, de forma nenhuma eu posso dizer isso. *[Transcrição: Rafael de Souza Milke]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra qual era a função do senhor Carlos Gabriel Fraxino?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Foi esse que eu falei, o Fraxino, o Fraxino foi nosso engenheiro de obra aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ele assinou um ofício no dia 26/10/81 sugerindo a remoção total do pavimento asfáltico da ponte...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...para aliviar a carga estrutural da ponte. O senhor lembra dessa ocasião?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Lembro. Lembro muito bem disso e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Lembra quando foi feita a remoção?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Essa remoção foi feita um pouco... Antes, veja, tô lhe dizendo como eu sou ruim de data, mas ela foi feita antes de terminar o primeiro contrato, boa parte dela. Quando nós saímos fora da ponte, isso eu lembro muito bem, eu recebi uma comunicação de um amigo aqui, dizendo que estavam retirando o asfalto de cima do vão grande. Eu, imediatamente, entrei em contato aqui, conversei inclusive com o pessoal da Steinman, nos Estados Unidos, e (*ininteligível*) assim: vocês estão fazendo uma loucura, vocês estão tirando o peso da ponte. Quando vocês tiram um peso do vão móvel, do vão móvel, desculpa, do vão pênsil, ele sobe, o cabo sobe. E vocês... tem um risco de derrubar a ponte. Continuaram tirando, começou a estourar rebite pra tudo que é lado — tau, tau, rebite partindo. E aí parou tudo. Isto eu lembro bem, lembro porque eu inclusive me meti, que não tinha nada a ver com a coisa, mas me meti porque eu vi que podia se chegar numa situação extremamente perigosa.

Só para dar uma ideia, os cabos da Ponte Hercílio Luz, quando começou a montar a viga embaixo, eles estavam a 1 metro e 80 acima da posição. À medida que punham o peso eles foram baixando. Na hora de montar a ponte faltou madeira, o estrado era de madeira, teve que por areia,



saco de areia para a ponte chegar na sua posição final. Uma ponte dessa você não pode levantar, tirar peso assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas não foi a sua empresa que executou esse serviço de retirada?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Do vão pênsil, não. Não. Pelo o amor de Deus, isso eu não deixaria fazer nunca. Nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra quem foi?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, eu não vi fazer, mas eu não tava no contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não é algo que desaparece da noite para o dia, né?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não.

Quer dizer, se você me perguntar: você viu fazer? Você viu quem fez? Eu não vi quem fez, mas tinha alguém responsável pela ponte na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor sabe quem foi o responsável?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não sei. Quem mandou tirar eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Empresa? DER?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Existia uma empresa trabalhando lá, ela deve ter recebido ordem de alguém ou ela sugeriu alguém, mas isso eu não tenho ideia, porque eu não estava aí. Entende? Eu vim e disse isso: vocês estão... não façam loucura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.



Senhor Raul, entre a execução dos contratos firmados entre a sua empresa e o Estado, de 80 a 86, foi firmado um contrato entre o Estado e a Usiminas, Usimec na época, né?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – No ano de 82, objetivando a restauração e reabilitação total da Ponte Hercílio Luz, que vigorou até o ano de 1987.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra da execução de algum serviço referente a esse contrato?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Na ponte? Era projeto ou era execução?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Execução.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Hum... no momento não tô lembrando o que foi feito lá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra de algum... Perdão.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, eu lembro que a Usimec ficou envolvida muito tempo aqui. Nós tivemos muitas reuniões com a Usimec, a Usimec deu muita assessoria, porque eles têm um corpo técnico espetacular, muito competente. Depois da Usimec, a Usimec deu origem à RMG, que foi a empresa que também fez o projeto aqui, mas eu não lembro do que que eles tenham executado na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra de alguma inspeção?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Ah! Inspeção foi feita. Eles fizeram inspeções.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A Steinman também?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A Steinman também. Quando nós fechamos a ponte, a Steinman veio, avalizou o fechamento da ponte e o governo trouxe um engenheiro da Steinman, chamado John Schmid, que trabalhou aqui muito tempo fazendo levantamento da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra se foi feito então um projeto ou algum documento sobre restauração na época?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, eu lembro que a Steinman fez essa inspeção, eu acompanhei essas inspeções, muito, mas eu te confesso que eu não vi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não leu...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Ou se vi não lembro de ter visto um relatório da Steinman. Ela deve ter mandado esse relatório, mas eu... não caiu na minha mão. Porque, veja, eu não tinha... eu era um terceiro. O contrato aí era o governo e a Steinman, então não... Participei de muitas discussões, muitas conversas com o pessoal da Steinman na ponte, sobre problemas técnicos, isso sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

Nos contratos firmados entre a sua empresa e o Estado era recorrente o item “troca de todos os componentes estruturais que se apresentarem como comprometidos”. O referido item envolvia que tipo de componentes?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Basicamente os componentes princi... O maior... Os componentes... Uma ponte... Veja, desculpa aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Só peço para o senhor ser objetivo na resposta.



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Uma ponte é dividida na parte de estrado, que a gente chama, que é onde passa os carros em cima, e na parte de viga principal, que é onde o estrado apóia e a estrutura aguenta. E tem uma coisa chamada contraventamento, que é o que resiste aos esforços horizontais, vento, tudo isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Hum!

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – O que tava muito, muito, muito, muito corroído nessas pontes era esse contraventamento, essa peça, as peças, aquele x que forma na ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor chegou a trocar esses contraventamentos?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Uh, uma quantidade imensa disso aí, imensa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Utilizou guindastes?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nunca utilizou?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, porque a gente não conseguia por guindaste porque como não tinha mais estrado, não tinha como entrar um equipamento pesado lá. O guindaste não, não, não, não era necessário o guindaste. Foi tudo feito... Não havia... Levantar uma peça de 100 quilos, 200 quilos, 300 quilos, quer dizer, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a empresa do senhor participou de algum certame licitatório no ano de 1990 para prestar serviços de manutenção e conservação na ponte? O senhor lembra disso?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – 90? 90? Deixa eu ver... Sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Venceu?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Eu não tô, eu não tô, eu não tô... Eu tô perdido aqui nesse 90 (n)... Não, não... Te confesso que agora eu não tô me localizando no que seja. Nós perdemos a concorrência quando foi aqui nos anos oitenta e... Não, acho que foi... Foi 90? Que entrou a... Nós perdemos uma concorrência que entrou essa empresa... Eles fizeram... parece que deram depoimento ontem aqui. Fugiu o nome agora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Essa nós perdemos essa concorrência pra eles. Nós ficamos em segundo lugar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ainda sobre a troca de todos os componentes. O senhor trocou os contraventos, não utilizou guindastes, não eram necessários, como o senhor falou, e as longarinas? Foram trocadas?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Foram, foram. As longarinas foram trocadas. Nessa reabilitação final que nós fizemos aqui, foi feito um projeto disso e nós trocamos uma quantidade bastante grande de longarinas. Essas longarinas inicialmente na ponte elas foram feitas para passar um trem. Então, quando se resolveu transformar aquele estrado que era de madeira, passou pra asfalto e depois ia usar um outro estrado, que a gente chama estrado ortotrópico, precisava de mais longarinas, porque o estrado ortotrópico exigia uma distância menor entre as peças. Então foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O senhor, na verdade... A sua empresa ficou fora no ano de 90, participou do certame, não venceu, como o senhor mesmo recordou, e o senhor lembra qual foi o motivo? Porque o senhor vinha prestando serviço ano após ano e, de repente, essa sequência foi quebrada.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra por que foi quebrada e depois retomada?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, o que acontece é o seguinte: é sabido por todo mundo que quando um órgão faz, abre uma concorrência, ele exige um conhecimento técnico. Então, você apresenta os atestados. Eu já trabalhei em estrutura desse tipo, já trabalhei em estrutura daquele tipo. Isso era sistematicamente solicitado. Neste ano não foi, ô, ô, ô... as exigências técnicas foram reduzidas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então a outra empresa...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A outra empresa entrou, porque não precisava ter... E nós mantivemos a nossa taxa de BDI exatamente como era no contrato anterior e ele...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E foi somente nessa licitação?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Das que eu lembre, foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Porque na seguinte já voltou a exigência.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Voltou a exigência. Voltou, voltou porque deu... Desculpa, não quero nem falar (*ri*), mas deu problema, tiveram problemas, e aí então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Que tipo de problema?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Aí eu não sei te dizer. Tiveram, houveram problemas na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – De quê? Estruturais? Serviços mal prestados? O que aconteceu?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não sei te dizer. Não, serviço mal prestado eu não posso afirmar nada, porque nós pegamos depois a obra. Não tinha nada grave. *[Transcrição: Ana Clara Mota.]*



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não tinha nenhuma alteração estrutural relevante?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não. Isso não. Isso de jeito nenhum! Só aquela retirada do estrado, que eu falei, que aquilo... mas aí parou e não fez mais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E essas exigências técnicas que deixaram de ser necessárias e depois voltaram a ser necessárias, o senhor lembra quais eram essas exigências?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Era basicamente que tinha que ter experiência para trabalhar em grandes pontes e experiência em fazer rebite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Fazer rebites?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Rebite! Rebite era uma exigência básica na obra, porque a ponte é toda rebitada. E a técnica de rebite é uma técnica que não é dominada por todas as empresas. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Hoje, por exemplo, a grande maioria das empresas utiliza parafusos, mas essa obra tem que ser com rebite, porque nós tínhamos que deixar... e a obra ela é tombada pelo Iphan, nós tínhamos que deixá-la exatamente como ela foi feita.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

Entre 96 foi firmado um consórcio entre a Roca e a TEC.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor pode explicar como é que começou essa parceria?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Posso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o que motivou?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – O que motivou foi o seguinte: nós temos, nossa sede é no Paraná e nós estávamos tendo um custo administrativo alto aqui, que dificultava a tocar a obra. O nosso BDI era baixo. Então o que nós fizemos? Nós procuramos uma empresa que tivesse capacidade técnica, que pudesse somar conosco e que fosse uma empresa de nossa confiança. O que acontece com a TEC? A TEC tinha uma empresa, que era uma pessoa, que era sócia dele, da TEC, que era meu parceiro de aula, nós dávamos aula na faculdade de Engenharia juntos. Então eu o procurei e ele disse: eu tenho, sou sócio dessa empresa, tem lá o engenheiro Tolstoi (?), e aí então nós sentamos, conversamos e havemos por bem juntar as forças. E essa parceria funcionou muitíssimo bem, hoje nós somos grandes amigos e nunca tivemos um desentendimento comercial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Mas o objetivo foi esse, de reduzir os nossos custos administrativos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor conhece o engenheiro Ricardo Procopiak Saporiti?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Conheço o Ricardo. Não sou amigo do Ricardo, mas conheço o Ricardo. O Ricardo, inclusive, é parente do Paulo, que esteve aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ele teve alguma influência na contratação da Roca?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, não. Eu conheço o Ricardo assim, socialmente. Ele é parente dos Procopiak que são meus amigos, mas eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Porque ele, inclusive, participou de reuniões, ele esteve... por exemplo, eu tenho uma ata aqui de reunião do dia 13/11, realizada no DER, que tratava do cronograma físico-financeiro da obra de recuperação da Ponte Hercílio Luz.



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Uhum. Sim, ele trabalhava no DER, então ele participava disso, ele participava disso, porque ele trabalhava na parte técnica do DER. Então ele tinha que participar mesmo, era... ele tinha que participar disso, não tinha como ele não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em 1994 o Tribunal de Contas emitiu uma informação que abordava o Contrato 88/92 e os dois aditivos seguintes, respectivamente 93 e 94. O Tribunal de Contas concluiu que não havia necessidade do contrato vigor por mais de um ano, pois se tratava de serviços de manutenção e conservação, ou seja, a execução de serviços contínuos.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Uhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A equipe do TCE ainda avaliou que o objeto do contratado era (I) genérico, (II) não havendo a especificação dos serviços. O senhor também classifica dessa maneira? O senhor concorda com essa afirmação do Tribunal de Contas?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Classificá-lo de genérico e não havendo especificação de serviço? Concordo em gênero, número e grau! Era a necessidade do contrato, aquilo que nós já conversamos aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Apesar...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Isso é... veja, desculpe falar aqui... eu discordo da interpretação do Tribunal, entende?! Porque o Tribunal... claro, você não pode querer que uma pessoa do Tribunal conheça profundamente uma manutenção de ponte metálica, né?!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor não enxerga como irregular?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, veja, eu não enxergo, porque você não consegue... aquilo que nós já conversamos bastante, você não consegue quantificar, não consegue quantificar. Você não pode adivinhar quantos rebites vai trocar ou que peça vai trocar. Veja, essa ponte é muito



antiga, quando você passa o jato... passou o jato de areia, tem peças que parecem que estão boas que furam com o jato, entende?! Tá cheio de corrosão, você tem que ir lá e trocar. Ninguém... e outra coisa é muito... praticamente impossível determinar as quantidades, porque a ponte é gigantesca, você tem que montar um andaime para chegar lá para examinar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nós estamos nos...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Então não tem forma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...encaminhando para as duas últimas perguntas.

Apesar dos vários contratos de manutenção que a sua empresa mantinha com o Deinfra, o relatório de inspeção da Ponte Hercílio Luz de 07/10/96 registra que “o inspetor Mr. John Schmid antecipou que”...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Uhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...”encontrou o processo amplo e generalizado de deterioração da estrutura suspensa”...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Uhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...”nas mesmas condições encontradas há dois anos atrás”.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – “Entretanto o processo continua atuante face à falta de medidas de manutenção preventiva.”

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Uhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor pode esclarecer se havia ou não manutenção na Ponte Hercílio Luz?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Nas barras de olhal, não. E explico por quê. Quando rompeu a barra de olhal...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas ele não se refere apenas a...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, ele fala da...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Estrutura suspensa.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A estrutura suspensa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – São as barras de olhal. A estrutura suspensa são as barras de olhal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor considera que é apenas isso?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Mas é. É isso! Veja, não é só aí... essas barras de olhal e os cabos de aço que penduram, mas essa corrosão nos cabos de aço não tinha... o cabo não tinha corrosão. Os cabos tinham um problema interno dos cabos, mas isso não cabe discutir aqui esse problema técnico.

O que que acontece? Nós quando começamos a mexer na obra, nós jateamos e pintamos todas as barras de olhal. Quando apareceu a barra de olhal rompida, foi feito o reforço da barra de olhal. Existia a necessidade imperiosa de substituir essas barras de olhal. Então, o que que foi dito? Não adianta você ficar pintando se o governo vai trocar isso aí dentro de pouco tempo. Só que foi acontecer em 2018. O reforço que nós fizemos na barra de olhal era para durar seis meses, seis meses. Ele veio de 83 a 18. Claro que nós enquanto trabalhamos aqui, inspecionávamos regularmente, víamos como é que tava aquilo, víamos que ele tava se comportando bem, víamos que as peças estavam aguentando. Mas não foi mais mexido nas barras de olhal, porque elas iam ser trocadas. Se você vai trocar, não vai jogar dinheiro bom em cima de uma coisa que vai jogar fora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.



Número: **RQC/0016.6/2019**

Origem: Legislativo

Autor: Deputado Bruno Souza e outro(s)

Data Limite: 13/06/2019

Requerem a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigar ilicitudes praticadas nas obras da Ponte Hercílio Luz em procedimentos licitatórios ocorridos desde sua interdição até a atualidade.

Ato da Presidência nº 030-DL, de 2019 - Constitui
Ato da Presidência nº 077-DL, de 2019 - Prorroga

Volume XCIV

PARECER (ES).....

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

EMENDA (S).....

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....



Senhor Raul, eu agradeço pelas suas respostas. O seu depoimento foi, naturalmente por ser o responsável técnico, o mais extenso. Agradeço pela sua paciência. Se o senhor quiser acrescentar alguma coisa que possa ser relevante para esta CPI, eu peço para que faça muito brevemente, porque acredito que os outros Deputados também podem ter alguma pergunta.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, veja, eu não... absolutamente relevante, não. A única coisa que eu queria rapidamente dizer é o seguinte: eu me emociono e me animo, falo muito quando falo dessa ponte, porque realmente essa ponte faz parte da minha vida. Então, às vezes eu me exalto um pouco, porque realmente isso para mim é uma coisa extremamente importante. Essa ponte tem comigo há trinta e tantos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, abro a palavra aos senhores. Deputado Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Boa noite, senhor Raul.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Haveria funcionários da Roca trabalhado em outros contratos da Ponte Hercílio Luz, como por exemplo na Vivenda?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Funcionários da Roca?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Da Roca trabalhando em outros contratos.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não. O que acontece é o seguinte: quando a Vivenda ganhou o contrato, eu demiti todo o meu pessoal, porque eu não tinha onde colocar. Então eu chamei meu pessoal aqui e disse: olha, nós perdemos a concorrência e infelizmente eu não tenho obra para colocá-los, então eu vou ter que acertar a conta de vocês. Ainda disse a eles: vocês conversem com o pessoal que ganhou a obra, vê se conseguem ter um lugar aí, porque eu infelizmente não consigo mais manter vocês.



Eu não tinha como manter o pessoal, entende? Era muito dinheiro pra eu ficar com esse pessoal esperando um ano. O que eu faria? Como é que eu faria isso, né? É inviável. Senti muito, porque tinha vários operários que estavam conosco há muito tempo, mas eu tive que dispensá-los.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E qual a estrutura de operação na Roca? Aqui em Florianópolis.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Em Florianópolis?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Isso.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Em Florianópolis nós tínhamos o escritório, que nos era cedido na obra. Nós tínhamos um escritório aqui no lado da Ilha, que até era em cima do antigo cemitério. E esse escritório é que nos dava todo o apoio, era a nossa estrutura básica aqui. Justamente por isso foi uma das razões que nós, então, nos juntamos com a TEC, que a TEC tinha uma outra estrutura que facilitava muito a nossa administração da obra. Mas a nossa estrutura Roca era o escritório da obra, aquele escritório de madeira que tem ali. [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Certo.

Como eram estabelecidos os valores da licitação, uma vez que não havia estudo prévio ou um plano de ação de manutenção?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Veja, aí eu não.. não... como é o DER que fazia isso, eu não sei te dizer, mas o meu *feeling* é que o que era feito era: o DER determinava um número - veja que eu não tô dizendo que foi isso, eu tô dizendo que é o meu entendimento. O DER determinava: eu quero quarenta homens, trinta homens, então ele via o custo disso, multiplicava por doze, imaginava o BDI e coisa, ó, isso aqui vai custar tanto. Quanto é que eu tenho pra pôr de material, quanto é que eu posso pôr de material? Eu posso pôr tantos mil de material. Esse é o valor que ele tinha pra gastar, porque o DER não tinha condições técnicas de determinar essas quantidades, é impossível.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Tu achas isso uma negligência de certa forma?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, não acho. Desculpa, eu não acho. Não acho porque.. Se eu dissesse o seguinte: se ele fossem na obra, olhassem, eles podiam determinar a quantidade, seria negligência, mas eles não tinham acesso, eles não tinham um andaime para descer lá embaixo da ponte, não tinha como andar, então eu....ele, ele, ele não podia imaginar o que ia acontecer. Não tinha... não, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E tu achas que foi alguma negligência do Estado com um todo, assim, uma falta de cuidado? As informações...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu, eu tinha jurado que eu não ia dizer isso, mas eu vou dizer: foi, de 1926 pra cá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não foi nem trinta, nem quarenta, nem cinquenta, nem sessenta, começou em 1926.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E vocês comunicavam ao DER cada situação...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Ah, lógico, eu não fazia nada, qualquer coisa, o que era...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Então quando vocês viam alguma danificação muito...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Aí imediatamente chamava, imediatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E como que eles tratavam essa situação?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Olha, eles se preocupavam demais. As pessoas às vezes dizem que eles não... o DER tinha uma